

A ARTE DE TECER PARTICIPAÇÃO

Legado Metodológico do
PEA Rendas do Petróleo



**A Arte de Tecer Participação:
Legado Metodológico do PEA Rendas do Petróleo**

**A Arte de Tecer Participação:
Legado Metodológico do PEA Rendas do Petróleo**

PEA Rendas do Petróleo
Fundação Instituto de Administração

2025 | 2026

IBAMA (Órgão Licenciador):

Coordenador Geral da CGMac: Itagyba Alvarenga Neto.

Coordenadora da Coprod: Patricia Maggi.

Analistas Ambientais Responsáveis: Bruno Bernardes Teixeira, Julio Cesar Silva Dias.

Petrobras (Empreendedor):

Gerente Setorial de Gestão Ambiental para a Bacia de Santos: Cristina Guerreiro de Meneses.

Gerente do Contrato: Vinicius Vendramini Cesário.

Fiscais do Contrato: Carlos André Sardenberg Teixeira, Sérgio de Souza França Júnior e Suseli de Marchi Santos.

Equipe: Ana Carolina Pavão Leite de Oliveira, Andréia Martucci Esteves, Barbara Moura Banzato, Carlos Alexandre Harding Miranda, Estefânia da Silva Ferreira, Jean Pierre Pierote Silva, Mônica Coelho Mitkiewicz, Nathalye Evelyn Armecy Mieldazis Fluckiger, Olga Maria de Souza Santos, Suzan Roberta Pontes e Vilma Aparecida da Silva.

Fundação Instituto de Administração - FIA (Executor):

Coordenador de Projetos: Prof. Dr. Hélio Janny Teixeira.

Responsáveis técnicos: Luiz Patrício Prado Filho, Rodolfo Victório Carvalho Guido, Fernanda Nunes Gonçalves e Carolina Rodrigues Alves.

Equipe de apoio administrativo e logístico: Marcia Farah, Milrielem Cassemiro, Bianca Alves Ferreira, Fernando Neves, Sara de Almeida, Ricardo Vera e Roberta Kelly Brito.

Coordenação do PEA Rendas do Petróleo: Isabela Mariz Pereira de Araújo, Débora Cubateli Redivo, Emanuelle Spironello, Rodrigo Silva Lemos, Marcos Bruno da Silva, Kamila Louzada Rangel, Verônica Parente Gomes de Araujo, Alexandre Rycheta Arten, João Baccarin Xisto Paes, Eliza Maria Lopes Barbosa e Roberto Nicacio da Costa.

Organização: Emanuelle Spironello.

Capa e diagramação: Ana Maria Masson.

Revisão: Carolina Rodrigues Alves, Emanuelle Spironello, Fernanda Nunes Gonçalves e Gabriela Santiago.

A realização do PEA Rendas é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Executor:



Empreendedor:



Licenciador:



A Arte de Tecer Participação:
Legado Metodológico do PEA Rendas do Petróleo.
PEA Rendas do Petróleo; Coord. Hélio Janny Teixeira;
Org. Emanuelle Spironello: 2026.
153 p. ISBN 978-65-985097-5-0
Recurso eletrônico (PDF)

1. Educação 2. Ambiente; 3. Metodologias;
4. Participação; 5. Condicionante; 6. Licenciamento.

Apresentação



O Ibama e a Educação Ambiental Crítica no Licenciamento Ambiental Federal

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é o órgão federal responsável pela execução da Política Nacional do Meio Ambiente e pela condução do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de significativo impacto ambiental em âmbito nacional. No caso das atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural em águas marítimas, essa atribuição se concretiza por meio da análise técnica, do acompanhamento sistemático e da fiscalização de processos complexos, nos quais se articulam, de forma indissociável, dimensões ambientais, sociais, econômicas e institucionais.

O licenciamento ambiental não se restringe a um procedimento técnico-administrativo voltado exclusivamente à emissão de autorizações. Trata-se de um instrumento de gestão pública orientado pelo princípio da prevenção, que reconhece a necessidade de enfrentamento integrado dos impactos socioambientais decorrentes da implantação e da operação de grandes empreendimentos.

Nesse contexto, a educação ambiental, ao ser incorporada à gestão pública e ao licenciamento ambiental, passa a se constituir como estratégia para promover processos formativos voltados à problematização dos conflitos socioambientais, à explicitação das assimetrias de poder presentes nos territórios e ao fortalecimento de sujeitos coletivos para a incidência qualificada nas políticas públicas. Parte-se do entendimento de que os impactos ambientais extrapolam a dimensão biofísica, configurando-se também como impactos sociais, econômicos e políticos.

No âmbito do licenciamento ambiental federal, os Programas de

Educação Ambiental (PEAs) são concebidos como medidas mitigadoras direcionadas aos grupos sociais afetados pelos empreendimentos. Esses programas têm como finalidade contribuir para o fortalecimento do controle social, da gestão democrática e do acesso qualificado à informação, sobretudo em contextos territoriais marcados por desigualdades socioeconômicas persistentes.

O PEA Rendas do Petróleo responde a impactos específicos associados ao recebimento das rendas petrolíferas pelos municípios, conformadas principalmente pelos *royalties* e pelas participações especiais, tais como o aumento populacional, a sobrecarga dos serviços públicos, a ampliação das desigualdades regionais e a possibilidade de dependência econômica e de desequilíbrio fiscal. A exigência do PEA Rendas pelo Ibama fundamenta-se no entendimento de que, embora essas rendas possam viabilizar investimentos relevantes para o desenvolvimento local, o limitado acesso da população à informação qualificada e aos processos decisórios sobre os critérios e as formas de aplicação desses recursos representa um desafio crítico.

Nessa perspectiva, a gestão das rendas petrolíferas não se configura como uma questão meramente financeira, mas como um tema ambiental em sentido amplo, marcado por disputas sociais, institucionais e territoriais. Assim, ao promover processos formativos voltados à leitura crítica do orçamento público, das políticas municipais e das dinâmicas territoriais, o PEA Rendas contribui para a mitigação de impactos socioambientais associados à exploração de petróleo e gás.

**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
Recursos Naturais Renováveis - Ibama**



Petrobras e o contexto do PEA Rendas do Petróleo

Este livro apresenta as metodologias adotadas pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Rendas do Petróleo: Tecendo a Participação Popular. Para compreender seu propósito, é importante conhecer o contexto que orientou sua criação.

A relação entre seres humanos e natureza assume significados diversos: para alguns, a natureza é recurso; para outros, patrimônio a ser conservado; para muitos, a base da vida. Nessa complexidade, o licenciamento ambiental se estabelece como instrumento essencial para equilibrar conservação ambiental, desenvolvimento e responsabilidade social. Ele existe para mitigar (reduzir) ou compensar impactos previamente identificados nos estudos ambientais, além de potencializar impactos positivos decorrentes das atividades licenciadas.

No caso da produção de petróleo e gás natural em águas marinhas, o processo de licenciamento é conduzido pelo Ibama. Na Etapa 3 do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos, foram definidas condicionantes à Petrobras em função dos impactos socioambientais identificados. Entre elas, instituiu-se o PEA Rendas do Petróleo, com foco na mitigação de impactos associados ao recebimento de rendas petrolíferas — principalmente *royalties* e participações especiais — pelos municípios da área de influência do empreendimento.

Essas receitas podem gerar dependência econômica e desequilíbrio fiscal, impactos mitigáveis por iniciativas de educação ambiental crítica, fundamentais para qualificar o debate público e fortalecer o controle social.

O Projeto atua em nove municípios onde as rendas petrolíferas representam parcela expressiva do orçamento local: Niterói, Maricá, Guapimirim e Paraty (RJ); Caraguatatuba, Ilhabela, Iguape, Ilha Comprida e Cananéia (SP). Executado pela Fundação Instituto de Administração (FIA), o PEA Rendas buscou, ao longo de cinco anos, formar, apoiar

e instrumentalizar grupos voluntários — os Elos — para participarem de forma contínua das ações desenvolvidas nos territórios. Esses grupos participaram de processos formativos voltados ao debate público sobre a aplicação das rendas petrolíferas no orçamento municipal.

A partir da articulação entre grupos sociais afetados e diferentes segmentos da sociedade civil (com destaque para a juventude), foram promovidas ações formativas para acesso qualificado à informação, estímulo à participação política e fortalecimento do controle social sobre o uso dessas receitas.

Este livro reúne parte dessas metodologias, sistematizando conhecimentos produzidos no cotidiano do projeto. Embora algumas práticas tenham sido aplicadas nos nove municípios, cada atividade respeitou as especificidades locais, resultando em experiências únicas e contextualizadas.

Ao tornar pública essa trajetória, o PEA Rendas busca contribuir para a consolidação de práticas eficazes de educação ambiental crítica e para o fortalecimento de processos participativos em diferentes territórios.

A Petrobras, responsável pela execução do Projeto, dedicou-se ao planejamento e ao acompanhamento das ações implementadas pela equipe da FIA, de modo a assegurar coerência metodológica e compromisso socioambiental. Os resultados encontram-se materializados em cada Elo mobilizado, em cada liderança fortalecida e em cada debate qualificado — sementes de transformação rumo a uma sociedade mais justa, equilibrada e consciente de seu papel na gestão socioambiental.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

Petrobras



A FIA e a Execução do PEA Rendas do Petróleo

A Fundação Instituto de Administração (FIA Business School) é uma instituição privada e sem fins lucrativos, instituída em 1980 por professores do Departamento de Administração da FEA/USP, que se dedica à geração de conhecimento aplicado para administração empresarial e pública, com mais de 11.500 projetos de consultoria, pesquisa e educação executados ao longo de seus 45 anos de história.

Na FIA o conhecimento ganha propósito. É lógica que transforma complexidade em soluções. É conexão entre ideias, oportunidades e pessoas. Nossos projetos unem o conhecimento à ação, por isso unimos teoria sólida a profissionais especializados na consultoria, pesquisa e educação, oferecendo soluções estratégicas que orientam decisões e moldam o mundo que está por vir. Tudo isso sustentado por um propósito claro, SABER PARA AGIR, AGIR PARA IMPACTAR. Afinal o conhecimento só tem valor quando se transforma em prática e soluções de impacto.

A metodologia de execução dos projetos, adotada pela FIA, prevê que as atividades sejam estruturadas em componentes agrupados em áreas de conhecimento específicas, necessários para a melhor obtenção dos resultados, e contemple um componente dedicado ao controle e gerenciamento do projeto. Assim, nossos projetos são conduzidos e alicerçados nos seguintes pilares:

- Planejamento e controle de todas as fases do projeto;
- Flexibilidade e adaptabilidade necessárias para atingir os resultados esperados;
- Alocação e organização de equipe como recurso estratégico ao projeto; e
- Transferência e disseminação do conhecimento ao longo de todo o trabalho.

No contexto da execução do PEA Rendas do Petróleo a FIA atuou como instituição responsável pelo planejamento, pelo desenvolvimento

metodológico, pela implementação e pelo acompanhamento das ações educativas do PEA Rendas do Petróleo nos nove municípios contemplados. Essa atuação dialoga com a trajetória da Fundação na condução de projetos complexos que articulam gestão pública, formação social, análise de políticas públicas e atuação territorial, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas.

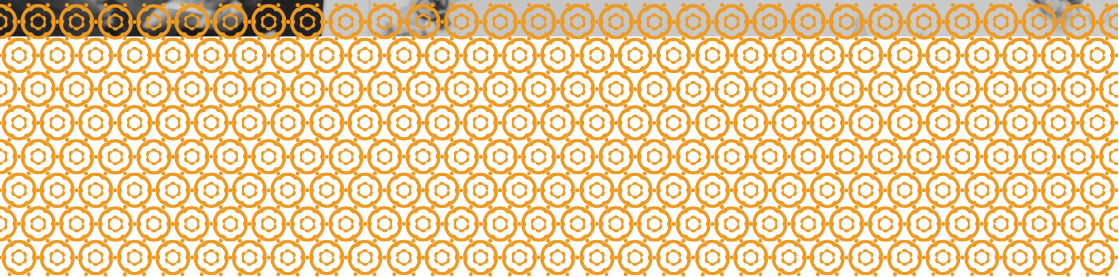
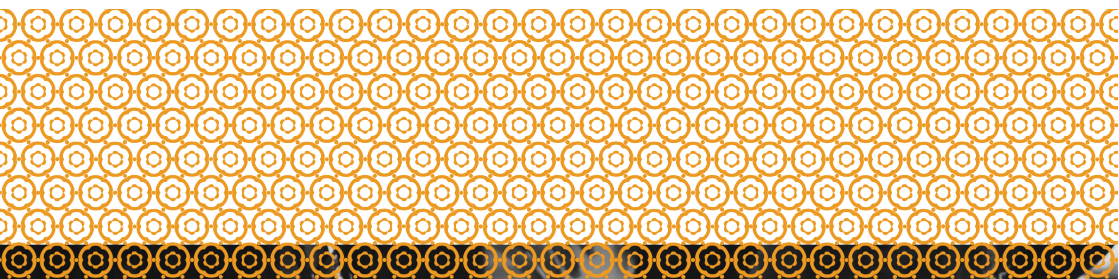
Os municípios integrantes do recorte territorial do PEA Rendas foram selecionados a partir de critérios que consideraram a representatividade histórica, ao longo de dez anos, das rendas petrolíferas, *royalties* e participações especiais, nas receitas municipais da área de influência da Bacia de Santos, que se estende de Arraial do Cabo, no estado do Rio de Janeiro, até Florianópolis, em Santa Catarina. A partir dessa análise, definiu-se que os municípios nos quais essas rendas representavam, no mínimo, 20% das receitas municipais totais seriam considerados dependentes desse recurso e, portanto, incluídos nas atividades educativas do Projeto.

A execução do PEA Rendas estruturou-se a partir de um Plano de Trabalho dinâmico, continuamente ajustado ao longo de sua implementação, em diálogo permanente com as equipes técnicas e os grupos participantes, considerando a diversidade dos contextos municipais inseridos em sua área de atuação.

Ao sistematizar as experiências metodológicas do PEA Rendas, a FIA reafirma seu compromisso com a produção e a disseminação de metodologias que contribuam para o fortalecimento da gestão pública, da participação social e do controle democrático das políticas públicas em contextos marcados pela presença de grandes empreendimentos e pela circulação de recursos de elevada relevância socioeconômica.

Fundação Instituto de Administração - FIA





Aplicação da metodologia Bolão Bexigão do Cifrão.

Sumário



LISTA DE SIGLAS	15
------------------------------	-----------

PREFÁCIO	16
Marcelo Carlos Gantos	

INTRODUÇÃO	20
Emanuelle Spironello Gabriela Santiago	

CAPÍTULO 1 .	
A CAMINHADA FORMATIVA DO PEA RENDAS	23
Emanuelle Spironello Gabriela Santiago Paula Araujo	

CAPÍTULO 2 .	
VARAL DAS ARTES: Práticas de educação ambiental crítica e expressão coletiva nos territórios do PEA Rendas	32
Fharah Mahrud Luana Wanderley Jéssica Barbosa Vanessa Rocha	

CAPÍTULO 3 .	
EDUCAÇÃO, CINEMA, TEATRO E TERRITÓRIO: Trajetória e experiências do Cine Interação	51
Heloamir Paiva Isabela Mariz	

CAPÍTULO 4 .

“BOLÃO|BEXIGÃO DO CIFRÃO”: Uma metodologia aplicada como estratégia de mobilização social e leitura territorial

participativa69

Bianca Santos | Eliza Maria Lopes Barbosa | Jacqueline de Castro Vieira |
Jéssica Toledo Brandão | Leonardo Santos Gomes | Nikolas Daves dos Santos
| Rafaela Neves Luís

CAPÍTULO 5 .

METODOLOGIA “PREFEITO POR UM DIA: DESAFIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL” COMO FERRAMENTA DE FORMAÇÃO CIDADÃ 88

Angélica Oliveira da Costa | Amanda Lamara Demetrio | João Baccarin Xisto
Paes | Emanuelle Spironello | Renato Costa

CAPÍTULO 6 .

CAMINHO DOS ROYALTIES108

Marcos Bruno da Silva | Paula Araujo

CAPÍTULO 7 .

METODOLOGIAS MUNICIPAIS: Caminhos de reinvenção e aprendizagem 124

Gabriela Santiago | Emanuelle Spironello

CAPÍTULO 8 .

APRENDIZADOS E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PEA RENDAS 140

Débora Cubateli Redivo | Kamila Louzada Rangel | Emanuele Spironello | Rodolfo
Victório Carvalho Guido | Isabela Mariz | Luis Patricio Prado Filho | Rodrigo Silva
Lemos | Marcos Bruno da Silva | Fernanda Nunes Gonçalves | Carolina Rodrigues
Alves da Silva

Lista de Siglas

- AMA – Ativistas pelo Meio Ambiente
- ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
- APA – Área de Proteção Ambiental
- CCBB – Centro Cultural Banco do Brasil
- **Confiro** – Conselho Municipal de Acompanhamento das Aplicações dos *Royalties*
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- FIA – Fundação Instituto de Administração
- FPE – Fundo de Participação dos Estados
- FPM – Fundo de Participação dos Municípios
- **Ibama** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- **Iphan** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- IFF – Instituto Federal Fluminense
- IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
- IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
- ISS – Imposto Sobre Serviços
- LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
- LOA – Lei Orçamentária Anual
- MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
- PEA – Projeto de Educação Ambiental
- **Planeja+** – Programa Macrorregional de Apoio ao Planejamento Participativo de Políticas Públicas
- PLIP – Projeto de Lei de Iniciativa Popular
- PPA – Plano Plurianual
- UBS – Unidades Básicas de Saúde
- ZL – Zona Limítrofe
- ZPP – Zona de Produção Principal
- ZPS – Zona de Produção Secundária

Prefácio



Marcelo Carlos Gantos

Da Alquimia das Águas ao Tecido da Pólis

O mar, em sua imensidão azul e inescrutável, nunca foi apenas um cenário geográfico; ele é, antes, um território aberto de disputas, sonhos e sobrevivências. Nas profundezas da Bacia de Santos, sob camadas quilométricas de sal e silêncio, repousa o que a modernidade convencionou chamar de “ouro negro” — um sol antigo, liquefeito pelo tempo, cujo despertar altera não apenas a balança comercial de uma nação, mas a própria pulsação das cidades que o avistam do horizonte.

O livro “A Arte de Tecer Participação: Legado Metodológico do PEA Rendas do Petróleo” não trata meramente das implicações da exploração de petróleo na imensidade do Oceano Atlântico brasileiro. Trata, fundamentalmente, do que acontece quando esse recurso emerge das profundezas e transborda para o orçamento público do país e seus entes federativos, convertendo-se em números, recursos, leis e, sobretudo, em conflitos e expectativas humanas. A moderna relação dialética entre sociedade e natureza, historicamente marcada por tensões entre o desenvolvimento econômico e a procura de justiça ambiental pela sociedade, impôs à contemporaneidade o desafio de gerir e tentar mitigar os impactos decorrentes da exploração intensiva de recursos naturais, onde as rendas provenientes da exploração do petróleo *offshore* são parte dessa dinâmica.

O impacto da chegada das rendas petrolíferas aos municípios de Niterói, Maricá, Paraty, Ilhabela e tantos outros é um fenômeno de natu-

reza anfíbia. Por um lado, traz o brilho do investimento, a promessa do desenvolvimento e a disputa pela redistribuição desses recursos financeiros, por vezes exorbitantes; por outro, traz a sombra da dependência fiscal, o inchaço das periferias, a diluição da identidade local ante o gigantismo do empreendimento e o fantasma da corrupção.

É neste cenário de complexidade, nesta zona de arrebentação socioambiental, que a Educação Ambiental Crítica se faz necessária e renova sua vigência. A obra que o leitor tem em mãos é a crônica de um esforço hercúleo: o Projeto de Educação Ambiental (PEA) Rendas do Petróleo, uma iniciativa executada por uma equipe de jovens educadores populares que buscou laboriosamente transformar o fluxo financeiro dos royalties em fluxo de informação e consciência crítica. Ao “Tecer a Participação Popular”, este projeto não apenas cumpriu uma condicionante legal do licenciamento ambiental conduzido pelo Ibama; ele costurou, com fios de diálogo e práxis pedagógica, a relação muitas vezes esgarçada entre o Estado, a indústria extrativista e os cidadãos dos territórios impactados.

Diferente de uma educação puramente conservacionista, que muitas vezes isola a natureza em uma redoma de vidro, a proposta aqui vertida entende o meio ambiente como o *locus* da vida política, portanto marcado por disputas desiguais. O modelo de licenciamento ambiental, promovido e condensado nestas páginas, deixa de ser um rito burocrático e gélido para se revelar como um pacto de proteção. As medidas mitigadoras e compensatórias, comumente lidas como “custos de operação”, são aqui reinterpretadas como o resgate de uma dívida social, transformando-se em ferramentas de empoderamento comunitário. O livro nos ensina que a verdadeira preservação não se faz apenas com cercas e multas, mas com a construção de sujeitos capazes de decidir se o “Cifrão” que chega à prefeitura servirá para edificar o futuro ou para alimentar o esquecimento ou o bolso de políticos inescrupulosos.

O coração desta obra bate no ritmo dos “Elos”. Não são apenas grupos de trabalho; são constelações de indivíduos — jovens, lideranças, caixas, acadêmicos — que escolheram o caminho da participação voluntária. A formação desses grupos, detalhada com rigor metodológico e sensibilidade etnográfica, revela a busca por uma autonomia que Paulo

Freire chamaria de “vocação ontológica de ser mais”.

Os capítulos que se sucedem são como janelas abertas para o cotidiano dessas comunidades. Ao descrever o “Varal das Artes”, o “Cine Interação”, jogos lúdicos sobre orçamento (“Bolão/Bexigão do Cifrão”) e simulações de gestão pública (“Prefeito por um dia”), os autores não nos entregam apenas receitas didáticas, mas sim rituais de visibilidade. Quando um cidadão se coloca nesses papéis ou percorre o “Caminho dos *Royalties*”, ocorre uma alquimia pedagógica: o orçamento público, antes um labirinto de tecnicismos impenetráveis, torna-se um mapa do território comum. A educação, aqui, é o ato de devolver ao povo o alfabeto da gestão, permitindo que cada um possa escrever seu próprio nome nas decisões que moldam suas cidades.

Estruturalmente, o livro propõe-se a ser um guia metodológico, organizando o conhecimento produzido em oito capítulos que narram desde a concepção do plano de trabalho até a avaliação dos resultados. A sistematização das metodologias pela Fundação Instituto de Administração (FIA) é um ato de generosidade acadêmica. A obra enfatiza uma premissa que venho defendendo há mais de uma década, a que tais ferramentas não são estáticas nem dogmáticas; há uma valorização explícita da “reinvenção local” e do viés tecnológico desta época, onde as novas ferramentas disponíveis e as especificidades territoriais moldam a aplicação das dinâmicas, respeitando a diversidade cultural e social de cada local atendido. Onde o afeto se torna uma dimensão fundamental para que o encontro pedagógico aconteça e perdure.

Em suma, o livro apresenta-se como um documento vital para a compreensão das atuais exigências da gestão pública ambiental, promovendo uma governança que engaja a sociedade civil, o setor privado e as diversas esferas de governo na difícil tarefa do monitoramento das rendas petrolíferas.

Ele defende que a verdadeira mitigação dos impactos da indústria extrativa passa, invariavelmente, pelo fortalecimento e engajamento das comunidades afetadas. Ao instrumentalizar os cidadãos para o exercício do controle social, o PEA Rendas — e o livro que o retrata — reafirma a educação como alicerce para a construção de sociedades mais justas, ca-

pazes de interferir na dinâmica das rendas públicas e converter a riqueza finita dos recursos naturais em benefícios coletivos duradouros e sustentáveis.

Esta publicação não se pretende um ponto final do caminho aberto pelo PEA Territórios do Petróleo há mais de uma década no Licenciamento Ambiental da Bacia de Campos, mas uma reticência esperançosa. Ao registrar os avanços e acertos, mas também os desafios e as reinvenções locais, os autores oferecem uma bússola para futuras incursões no campo das políticas públicas e da gestão democrática.

Ler este livro é mergulhar em uma rica experiência de quatro anos e meio onde o tempo não foi contado em cronômetros, mas em planejamento, ações e transformações. É perceber que a complexidade de um empreendimento de petróleo e gás encontra sua única mitigação verdadeira na densidade da participação popular. Que estas páginas inspirem não apenas educadores e gestores institucionais, mas todo aquele que acredita que a democracia se constrói, ponto a ponto, no tecido vivo das realidades locais. Boa leitura, e que o diálogo aqui proposto ecoe como o som das marés: persistente, transformador e eterno.

Introdução



Emanuelle Spironello

Gabriela Santiago

Prezado leitor, prezada leitora,

Este livro sobre as metodologias adotadas pelo Projeto de Educação Ambiental Rendas do Petróleo: Tecendo a Participação Popular, conhecido como PEA Rendas do Petróleo, surge da necessidade de sistematizar os aprendizados construídos ao longo de sua implementação. Mais do que um compilado metodológico, trata-se do registro de um processo formativo desenvolvido a partir do encontro entre diferentes territórios, equipes pedagógicas e pessoas mobilizadas em torno de um debate que historicamente permanece restrito a espaços técnicos: as rendas petrolíferas, seu uso no orçamento público e seus impactos socioambientais.

Executado pela Fundação Instituto de Administração (FIA) como medida de mitigação exigida à Petrobras no âmbito do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama, o PEA Rendas do Petróleo atuou, ao longo de quatro anos e meio, em nove municípios: Niterói, Maricá, Guapimirim e Paraty, no estado do Rio de Janeiro; Caraguatatuba, Ilhabela, Iguape, Ilha Comprida e Cananéia, no estado de São Paulo. Nesse período, o Projeto buscou formar, instrumentalizar e apoiar pessoas interessadas em participar de forma contínua e voluntária das ações desenvolvidas em seus territórios. Esses grupos, denominados Elos, participaram de um processo formativo voltado à qualificação do debate público sobre a distribuição e a aplicação das rendas petrolíferas no orçamento municipal.

Os capítulos reunidos neste livro não descrevem uma sequência

linear de ações, mas evidenciam como o trabalho educativo se consolidou na prática, em diálogo com as condições concretas dos municípios e com as especificidades dos grupos envolvidos. Cada capítulo demonstra que a educação ambiental crítica, especialmente quando vinculada ao licenciamento ambiental, exige postura investigativa, escuta ativa, adaptação permanente e compromisso com a autonomia dos participantes.

O conjunto de textos revela que não há um único caminho formativo. A equipe partiu de uma matriz conceitual comum, apresentada no primeiro capítulo, “A caminhada formativa do PEA Rendas”, mas a efetividade das ações esteve sempre relacionada à capacidade de interpretar o território, compreender suas dinâmicas e reconhecer seus limites e potencialidades. Essa articulação entre método, contexto e mediação se expressou na diversidade das metodologias sistematizadas ao longo do livro.

Algumas dessas metodologias emergiram de necessidades pedagógicas identificadas durante a execução do Plano de Trabalho, como o “Espaço de Expressão: Varal das Artes” e o “Cine Interação”, descritos nos capítulos dois e três, que se consolidaram como portas de entrada acessíveis para temas complexos relacionados à cadeia do petróleo e aos impactos socioambientais. Outras, como o “Bolão/Bexigão do Cifrão”, o “Prefeito por um Dia: desafio do orçamento municipal” e o “Caminho dos *Royalties*”, apresentadas nos capítulos seguintes, demonstram como conteúdos técnicos podem ser traduzidos em dinâmicas pedagógicas que ampliaram a compreensão sobre gestão pública, orçamento público e rendas petrolíferas. Essas práticas, descritas a partir das experiências dos educadores, favoreceram aprendizagens diversas, como a leitura do território, a tomada de decisão, a análise crítica de políticas públicas, a visualização de desigualdades e a compreensão do orçamento como ferramenta política.

O sétimo capítulo, “Metodologias municipais: caminhos de reinvenção e aprendizagem”, apresenta como as equipes locais reinterpretaram e desenvolveram variações metodológicas alinhadas às realidades de cada grupo.

O oitavo e último capítulo, “Aprendizados e desafios do PEA

Rendas”, aborda a complexidade pedagógica e os desafios operacionais enfrentados ao longo do Projeto, propondo uma reflexão crítica sobre a gestão e os aprendizados institucionais. A execução do PEA Rendas constituiu não apenas um exercício pedagógico, mas também um processo de coordenação logística, política, administrativa e formativa, orientado pela busca de unidade metodológica sem desconsiderar a pluralidade dos municípios envolvidos.

O conjunto de aprendizados apresentados ao longo do livro demonstra que metodologias participativas não se limitam a ações pontuais de sensibilização. Configuram-se como estratégias de fortalecimento da cidadania, capazes de promover análises críticas, estimular protagonistas comunitários e ampliar a incidência política nos municípios.

Ao leitor, seja educador, gestor, pesquisador ou integrante de iniciativas sociais, este livro oferece não apenas ferramentas, mas uma perspectiva: a de que a educação ambiental crítica pode contribuir para a construção de caminhos de participação mais qualificados, capazes de enfrentar desigualdades territoriais, ampliar o acesso à informação e fortalecer a autonomia dos sujeitos.

Capítulo 1

A CAMINHADA FORMATIVA DO PEA RENDAS

Emanuelle Spironello

Gabriela Santiago

Paula Araujo



Como apresentado no prefácio deste livro, este texto parte da experiência do PEA Rendas do Petróleo, condicionante prevista no licenciamento ambiental federal da Etapa 3 de produção e escoamento de petróleo e gás natural no Polo Pré-Sal da Bacia de Santos. Realizado pela Petrobras e executado pela Fundação Instituto de Administração (FIA), o Projeto, inspirado em uma perspectiva de educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória, buscou fortalecer a participação popular no debate sobre os impactos socioambientais e a gestão das rendas petrolíferas nos nove municípios de atuação.

Entre 2021 e 2025, foram criadas bases conceituais, metodológicas e operacionais, essenciais para estruturar a proposta formativa e mobilizar os diversos atores sociais envolvidos. O trabalho foi marcado por desafios, como o contexto da pandemia, e por inovações metodológicas voltadas a aproximar a população do debate sobre rendas petrolíferas, orçamento público e justiça intergeracional.

As atividades foram organizadas em sete etapas articuladas, que conduziram desde o planejamento preliminar até a formação dos Elos, grupo de pessoas que participaram voluntariamente das ações contínuas do Projeto. Ao longo deste capítulo, descrevem-se essas etapas, com seus objetivos, atividades e principais resultados. O propósito é evidenciar como, passo a passo, o PEA Rendas do Petróleo consolidou uma rede de formação e mobilização social fundamental para fortalecer e instrumentalizar a participação cidadã no acompanhamento, na divulgação e na discussão pública sobre a distribuição das rendas petrolíferas nos municípios participantes.

DESENVOLVIMENTO DAS ETAPAS FORMATIVAS

O desenvolvimento das etapas do Plano de Trabalho iniciou-se com a Etapa Prévia, que ocorreu no segundo semestre de 2021, no contexto da pandemia da Covid-19. Por isso, as atividades foram desenvolvidas de forma remota. Nesse período, foram realizadas formações para o alinhamento conceitual e metodológico da equipe, conversas com lideranças de cada um dos nove municípios, articulação com poderes públicos municipais e outras instituições, além da construção da identidade

visual do Projeto e dos seus planos de avaliação e monitoramento, e de comunicação.

Na Etapa 1, desenvolvida de janeiro a julho de 2022, o avanço da vacinação permitiu a entrada da equipe em campo, marcando o início da mobilização presencial do Projeto, com foco em estimular a participação cidadã. Para tanto, foram realizados os EmTendas, que constituíram eventos públicos em áreas centrais de grande fluxo de pessoas, em cada um dos nove municípios¹, com ênfase na mobilização comunitária e no cadastramento de participantes. Mais de 2.400 pessoas participaram dos EmTendas, realizados entre maio e julho de 2022, alcançando um público diverso, majoritariamente jovem e proveniente de distintas instituições e comunidades. Ao longo de quatro dias de evento em cada município, foram desenvolvidas atividades educativas sobre a história da exploração e produção de petróleo e gás natural, os impactos ambientais e sociais dessa atividade e sua relação com a vida cotidiana da população. A partir dessas temáticas, a equipe abordou o controle social dos recursos públicos e a necessidade de justiça intergeracional no uso das rendas petrolíferas.

A Etapa 2 consistiu na estruturação das bases físicas do Projeto nos nove municípios, com aquisição de equipamentos e adequação de espaços, consolidando uma infraestrutura de apoio às ações continuadas. Os imóveis foram locados em regiões de fácil acesso, sendo majoritariamente áreas centrais.

Dando continuidade à mobilização e à divulgação de informações, a Etapa 3 destinou-se à formação ampliada e à posterior seleção dos Elos municipais.

Inicialmente, estavam previstas duas mesas-redondas por município, cada uma para até 100 participantes, com a expectativa de que o mesmo grupo acompanhasse os dois encontros. Contudo, a experiência

1 O EmTendas de Paraty, inicialmente programado para ocorrer em espaço público localizado na área central do município, precisou ser readequado após a Prefeitura requisitar o local no primeiro dia de atividades, mesmo após tratativas prévias para sua utilização. Diante do impedimento inesperado, a equipe do PEA Rendas reorganizou a ação em formato itinerante, levando as atividades às instituições e comunidades previamente mobilizadas.

dos EmTendas mostrou que ações com públicos muito numerosos dificultavam a aprendizagem significativa e o diálogo horizontal. Além disso, o formato itinerante adotado em Paraty, criado em resposta ao impedimento de realizar o EmTendas no local originalmente programado, revelou-se especialmente positivo, pois permitiu que o PEA Rendas chegasse diretamente às comunidades mobilizadas, ampliando o acesso, fortalecendo vínculos e favorecendo a participação de grupos que dificilmente estariam presentes em ações centralizadas.

A partir desses aprendizados, a coordenação pedagógica, em conjunto com os educadores, reformulou as mesas-redondas e propôs o formato de Rodas de Diálogo com caráter itinerante, proposta aprovada pela Petrobras e pelo Ibama. A substituição não representou uma redução do público previsto, mas sim uma reestruturação da forma de organização dos encontros, mantendo o alcance estimado e qualificando o processo formativo. No novo formato, os educadores passaram a deslocar-se até os grupos mobilizados, de modo que cada grupo participou de duas Rodas de Diálogo, compostas por turmas de 20 a 25 pessoas, o que favoreceu vínculos mais próximos entre a equipe e os participantes. Entre julho de 2022 e janeiro de 2023, foram realizadas de oito a dez Rodas de Diálogo por município, mobilizando 56 grupos e totalizando mais de 1.500 participações².

As Oficinas Ampliadas ocorreram entre abril e julho de 2023 e, diferentemente das Rodas de Diálogo, contaram com especialistas nos temas abordados. Cada oficina combinou momentos teóricos e práticos para favorecer o debate e a compreensão das seis temáticas nos nove municípios: administração pública, políticas públicas, participação e controle social, orçamento público, transparência na administração pública e incidência política. Em diálogo entre a coordenação do Projeto e os educadores, identificou-se a necessidade de uma sétima oficina, voltada ao encerramento e celebração do ciclo formativo. Ao todo, foram realizadas 63 Oficinas, com mais de 650 participantes e 1.526 participações. As

2 O termo “participações” refere-se ao número total de presenças registradas nas atividades, incluindo a participação repetida de um mesmo integrante em diferentes encontros.

taxas de retorno indicaram que mais de 50% dos participantes estiveram presentes em pelo menos três das sete oficinas.

Por meio das Rodas de Diálogo e das Oficinas Ampliadas, as ações formativas promoveram o afunilamento gradual do público, concentrando-se naqueles que demonstraram maior interesse em dar continuidade às atividades do Projeto. Esse processo culminou na seleção dos Elos, grupos compostos por até 20 participantes em cada município. A escolha considerou a participação e a frequência nas atividades, a inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade socioambiental diante dos impactos das rendas petrolíferas e a diversidade de perfis em termos de grupos sociais, gênero, faixa etária e distribuição territorial.

Amparados por suas Cartas de Princípios e Diretrizes, os Elos também definiram critérios internos para sua organização coletiva e para a entrada de novos integrantes e participantes flutuantes, garantindo coesão e clareza no processo de construção do grupo. É importante ressaltar que o Projeto permaneceu aberto a todos os demais interessados, que puderam continuar acompanhando as formações e participando das atividades de mobilização e aprendizado.

A Etapa 4 teve como objetivo a formação continuada dos Elos e a realização de intercâmbios. Nos Grupos de Estudos, conduzidos por especialistas, registraram-se aproximadamente 1.432 participações, das quais 660 eram de integrantes dos Elos, dedicando-se ao estudo das rendas petrolíferas, orçamento público, políticas públicas, transparência, comunicação popular, comunicação social, participação popular, controle social e incidência política. A carga horária de oito horas dos Grupos de Estudos foi distribuída entre atividades síncronas, realizadas presencialmente com a equipe e os participantes, e atividades assíncronas, conduzidas previamente de forma flexível com as equipes municipais. As atividades assíncronas permitiram apresentar a proposta dos especialistas, esclarecer dúvidas e compreender as particularidades locais, assegurando que cada Grupo de Estudo fosse contextualizado aos territórios e perfis dos Elos, sem perder a unidade do Projeto.

As avaliações dos Grupos de Estudos indicaram que 87% dos res-

pondentes³ consideraram as atividades excelentes. Quando questionados sobre a contribuição das ações formativas do PEA Rendas para o aumento do conhecimento sobre transparência, políticas e orçamento públicos, 90% afirmaram que foram “muito importantes”, demonstrando o sucesso dessas atividades sob a perspectiva dos participantes.

Os intercâmbios tiveram como objetivo promover a troca de experiências, permitindo que os integrantes dos Elos conhecessem diferentes realidades de incidência política no contexto ambiental. Reconhecendo o potencial dessas trocas, a proposta inicialmente prevista no Plano de Trabalho, limitada a visitas a instituições externas ao PEA Rendas, foi ampliada para incluir encontros entre Elos de um mesmo agrupamento e entre agrupamentos distintos. Essa expansão fortaleceu o trabalho em rede e estimulou trocas regionais, enriquecendo o aprendizado coletivo.

A Etapa 5 ocorreu de forma concomitante à Etapa 4 e foi orientada para o estudo e aprofundamento dos contextos municipais, especialmente no que se refere às rendas petrolíferas e às políticas públicas consideradas prioritárias pelos Elos. Para isso, realizaram-se Reuniões Mensais, com carga horária de três horas, que consolidaram o conhecimento acumulado no processo educativo, em consonância com o nível de maturidade de cada Elo municipal, buscando reverberar os temas dos Grupos de Estudo, estruturar dúvidas para os especialistas e aprofundar os conteúdos trabalhados. Nessa etapa, também foram realizados encontros municipais de diagnóstico sobre as rendas petrolíferas, nas quais a equipe técnica, juntamente com os Elos, estudou, coletou e analisou dados municipais, desenvolvendo importantes habilidades de pesquisa e contribuindo para a construção da proposta metodológica do Programa Macrorregional de Apoio ao Planejamento Participativo de Políticas Públicas (Planeja+)⁴.

3 O universo amostral foi composto por 632 avaliações.

4 O documento diagnóstico “Plano de Trabalho da Fase II – Contribuições do PEA Rendas do Petróleo para a Construção do novo Programa do Eixo 4 do Plano Macro”, que reúne dados secundários e análises sobre o orçamento dos nove municípios, com destaque para as rendas petrolíferas, está disponível no *site* do PEA Rendas: <https://pearendas.com.br/wp-content/uploads/2025/06/Plano-de-Contribuicoes-PEA-RENDAS_Elos.pdf>. Tal documento constituiu uma adaptação do Plano de Trabalho da Fase II do projeto inicialmente previsto, porque o Planeja+ foi proposto pelo órgão

Durante essas etapas, ocorreram ainda os EmTendinhas, eventos realizados nas comunidades e instituições que possibilitaram a aproximação da equipe técnica com os grupos sociais não contemplados pela primeira edição dos EmTendas e o fortalecimento das parcerias e redes construídas pelas equipes e pelos Elos. Os integrantes dos Elos foram estimulados a participar ativamente do planejamento e da condução das atividades dos EmTendinhas, fortalecendo a divulgação do Projeto em espaços já ocupados pelos próprios Elos e ampliando sua autonomia no desenvolvimento de ações.

Além disso, a equipe técnica participou de ações formativas durante a Etapa Transversal (perpassando toda a Fase I), que também incentivou a participação em atividades e eventos externos ao Projeto. Foram realizadas 16 oficinas de formação continuada, conduzidas por especialistas e organizadas em duas frentes complementares: formações estruturantes e formações instrumentais. As formações estruturantes tiveram como foco o fortalecimento do corpo técnico no campo da educação ambiental crítica aplicada ao licenciamento ambiental, conhecimento essencial no contexto dos PEAs. Já as formações instrumentais foram direcionadas aos objetivos específicos do PEA Rendas, abordando temas como *royalties*, orçamento e políticas públicas.

ATIVIDADES ADICIONAIS

O conhecimento adquirido em campo ao longo das Etapas Prévia, 1, 2 e 3 evidenciou a necessidade de aprofundar a compreensão sobre políticas públicas setoriais, um aspecto não previsto no planejamento inicial do Projeto. Desta forma, foram propostas atividades adicionais para fortalecer a atuação junto aos Elos e expandir as estratégias de comunicação.

A primeira atividade adicional consistiu na capacitação da equipe técnica em políticas públicas setoriais, com o objetivo de ampliar a habilidade dos educadores na elaboração de diagnósticos aprofundados

ambiental como Programa que virá a substituir os PEAs voltados ao controle social dos orçamentos municipais nas bacias de Santos, Campos e Espírito Santo no âmbito do Plano Macro.

sobre essas políticas e de compreender sua relação com a aplicação das rendas petrolíferas. As formações, conduzidas por especialistas, instrumentalizaram os educadores para analisar, junto com os Elos, os conflitos vivenciados nos municípios no âmbito da gestão pública. As capacitações, realizadas em encontros virtuais, versaram sobre oito políticas públicas, selecionadas de acordo com as demandas municipais: poderes da administração pública municipal, saúde, educação, assistência social, meio ambiente, desenvolvimento local e segurança, infraestrutura e defesa civil.

A segunda atividade foi a produção de materiais audiovisuais sobre temas gerais do PEA Rendas, destinados a servir como apoio pedagógico e ferramenta de comunicação para os Elos, utilizando linguagem simples e acessível. Foram elaborados três vídeos, abordando temáticas comuns como receitas de *royalties*, matriz energética e transição energética, e a relação entre *royalties* e desenvolvimento municipal⁵.

A terceira atividade centrou-se na elaboração de diagnósticos municipais, fundamentais para aprofundar o entendimento local dos Elos sobre políticas públicas setoriais⁶. O trabalho surgiu a partir da interação dos educadores do projeto e dos Elos com especialistas contratados para a produção dos diagnósticos. Foi feito um mapeamento das políticas públicas mais importantes para cada município, como forma de complementar as informações coletadas nas Rodas de Diálogo. Assim, cada território discutiu a política pública que fosse considerada, ali naquele momento, como mais importante para os Elos. Por meio da reunião mensal, os Elos e a equipe técnica do PEA fizeram um processo de discussão para levantar problemas cruciais relacionados a políticas públicas para as cidades. Esse processo incluía o levantamento de dados secundários, indicadores e a percepção dos Elos e lideranças locais.

5 A trilogia de curtas-metragens produzida pelo PEA Rendas está disponível no canal do Projeto no YouTube: <<https://www.youtube.com/watch?v=tONKvwZskdo&list=PLfjHHpnY7noQnFsjC6B2rs7VecZ96hEq>>.

6 Os diagnósticos municipais referentes às políticas públicas setoriais selecionadas por cada Elo estão disponíveis no *site* do PEA Rendas: <<https://pearendas.com.br/diagnosticos-municipais/>>.

A quarta atividade ampliou a dimensão comunicacional dos diagnósticos, prevendo a produção de audiovisuais para cada município. Esses materiais abordaram uma visão geral das políticas públicas setoriais selecionadas, utilizando filmagens locais, entrevistas e videografismo. A elaboração dos roteiros contou com a participação ativa dos Elos e dos educadores, garantindo uma linguagem adequada às realidades territoriais e às estratégias de engajamento comunitário.

A quinta atividade introduziu o uso estruturado das redes sociais, especialmente Instagram, como ferramenta estratégica de comunicação. Buscou-se ampliar a divulgação das ações do PEA Rendas e fortalecer o vínculo com os grupos participantes. Foram estabelecidas diretrizes de uso, formação específica para os Elos e produção e difusão de conteúdos de forma contínua, distribuídos em pacotes mensais e temáticos de postagens de forma orgânica e de impulsionamento regionalizado.

Por fim, para encerrar este percurso, a sexta atividade voltou-se à sistematização das metodologias desenvolvidas pelo PEA Rendas, registrando de forma estruturada o conhecimento construído ao longo do Projeto. A partir daqui, abre-se um convite para se avançar na leitura deste livro, que apresenta, de maneira detalhada, algumas dessas metodologias, suas bases conceituais, seus caminhos práticos e os aprendizados coletivamente construídos. Seguir adiante é mergulhar em um conjunto de ferramentas que não apenas documentam as experiências, mas inspiram novas formas de atuação, diálogo e participação nos territórios. Que a leitura siga ampliando horizontes e fortalecendo caminhos.

Capítulo 2



VARAL DAS ARTES

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E EXPRESSÃO COLETIVA NOS TERRITÓRIOS DO PEA RENDAS

Fharah Mahmud
Luana Wanderley
Jéssica Barbosa
Vanessa Rocha



A metodologia “Espaço de expressão: Varal das Artes” foi desenvolvida como parte das atividades pedagógicas dos EmTendas, com o objetivo de introduzir, de forma crítica e acessível, o conceito e a discussão sobre os impactos socioeconômicos decorrentes da cadeia de exploração e produção de petróleo e gás natural no cotidiano das populações locais. Para isso, a proposta incentivou o uso de linguagens artísticas, como poemas, ilustrações e colagens, como ferramentas de leitura e interpretação da realidade, estimulando os participantes a expressarem e registrarem suas percepções sobre os impactos socioambientais.

Inspirada na Literatura de Cordel, manifestação reconhecida da cultura popular brasileira e declarada Patrimônio Cultural Imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2018, a metodologia foi elaborada por uma comissão composta por seis educadores do PEA Rendas do Petróleo à época: Jhonatha Barcelos dos Santos, Kananda Albuquerque, Lais Helena da Silva, Lilia Gomes de Souza, Verônica Parente Gomes de Araujo e Monaliza Melo Brandão Assis.

O cordel, apresentado em folhetos, possui uma estética visual, textual e temática própria da cultura na qual está inserido, valorizando a oralidade, a musicalidade e o caráter afetivo da linguagem poética. Essa abordagem foi escolhida por favorecer a construção de narrativas críticas e sensíveis sobre o território, contribuindo para a compreensão de temas densos de maneira lúdica e acessível. Assim, a inspiração cordelista foi incorporada principalmente como um instrumento de expressão livre e popular, de confecção simples e linguagem acessível.

Para estruturar o conteúdo da metodologia, a comissão tomou como referência os cinco macroimpactos da indústria do petróleo na Bacia de Campos, identificados no Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PETROBRAS, 2012):

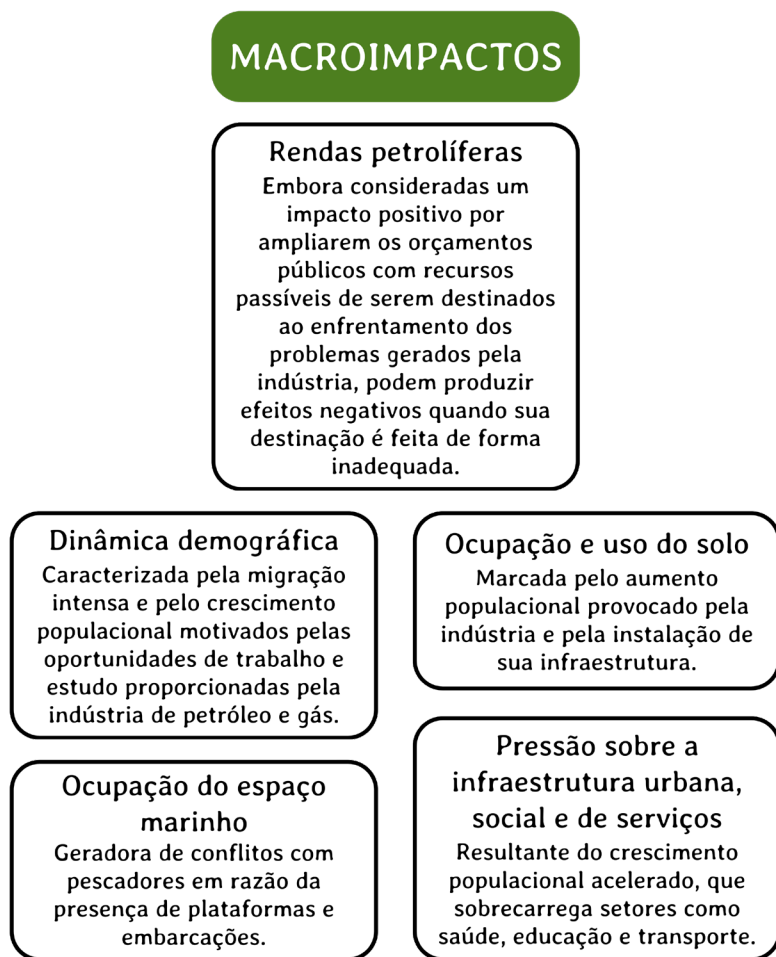


Figura 1. Macroimpactos identificados no Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PETROBRAS, 2012).

A análise desses impactos forneceu ferramentas para que a equipe mediadora sensibilizasse e orientasse a discussão desses temas na produção artística dos participantes, permitindo uma leitura crítica da relação entre a presença da indústria e a percepção das transformações socioambientais nos territórios, bem como a conceituação dos impactos positivos e negativos da cadeia produtiva petrolífera.

No campo teórico, o “Espaço de Expressão: Varal das Artes” ancorou-se em autores que compreendiam a educação e a cultura como práticas de transformação social e ambiental. Entre os principais referenciais, destacou-se Carlos Frederico Loureiro (2004), que, inspirado no legado freireano, defendeu uma educação ambiental crítica como prática política e transformadora, articulando dimensões ambientais, sociais, culturais e econômicas. No contexto do licenciamento ambiental, Loureiro evidenciou que os processos educativos deveriam ultrapassar a dimensão técnica e normativa, garantindo participação social qualificada e reconhecendo as diversas formas de leitura da realidade, problematizando os modelos de desenvolvimento que geram desigualdades socioambientais, perspectiva diretamente relacionada às discussões sobre grandes empreendimentos licenciados.

Também contribuiu para a fundamentação teórica a obra de Isabel Cristina de Moura Carvalho, que investigou a formação “sujeito ecológico”, indivíduo que, por meio de experiências educativas e culturais, desenvolve consciência crítica e atua frente às questões socioambientais. Essa concepção reforçou a ideia de uma metodologia voltada à formação não apenas de cidadãos informados, mas sujeitos capazes de se reconhecerem como agentes de transformação social e ambiental em seus próprios contextos.

De forma complementar, Regina Dalcastagnè fundamentou o caráter inclusivo e plural da metodologia ao defender a valorização das narrativas periféricas e das linguagens artísticas populares e contemporâneas. Por meio do estudo da literatura marginal, dos quadrinhos e das produções culturais populares, seu trabalho evidenciou o compromisso com a democratização da palavra e com a inclusão de sujeitos historicamente marginalizados no debate público. No campo da educação ambiental crítica, essa abordagem mostrou-se essencial, pois reconheceu que os impactos da cadeia petrolífera afetam diferentes grupos sociais e territórios de maneira desigual. Assim, a valorização de múltiplas linguagens ampliou o alcance da metodologia e fortaleceu o diálogo com as comunidades locais, especialmente com a juventude.

ORGANIZAÇÃO E APLICAÇÃO DA METODOLOGIA

A atividade tem início com a organização do espaço, que deve comportar a instalação de um varal de barbante com pregadores, destinado à exposição dos cordéis produzidos ao longo da prática. As mesas e cadeiras são dispostas em formato de bancada coletiva ou círculo, favorecendo o trabalho colaborativo e a interação entre os participantes.

Sobre as mesas, são disponibilizados materiais diversos para escrita, pintura e colagem, como imagens impressas para recorte, papéis sulfite branco e colorido, canetas esferográficas, giz de cera, canetinhas, lápis de cor, colas em bastão e tesouras. Embora a metodologia não estabeleça um número máximo de participantes, a equipe organizadora deve dimensionar o espaço e os materiais conforme o tamanho do grupo, garantindo o conforto e a participação de todos.

A atividade é voltada para jovens e adultos, buscando promover o diálogo intergeracional e estimular a reflexão crítica sobre os impactos socioambientais da indústria do petróleo e gás natural. A escolha desse público visa valorizar diferentes perspectivas e experiências, ampliando o repertório coletivo e fortalecendo o protagonismo comunitário.

A prática tem duração de aproximadamente uma hora e se estrutura em dois momentos principais. No primeiro, promove-se uma discussão sobre os impactos da indústria do petróleo e gás natural; no segundo, os participantes são convidados a produzir cordéis que expressem suas percepções sobre esses impactos.

O primeiro momento tem início com uma apresentação dialogada, que busca estimular reflexões sobre as transformações provocadas pela presença da indústria do petróleo. Para isso, o mediador apresenta os cinco macroimpactos da cadeia produtiva de petróleo e gás natural (Figura 1), utilizando essa exposição introdutória como ponto de partida para que o grupo identifique como esses impactos se manifestam no cotidiano de seus municípios.

Durante esse diálogo, o mediador pode lançar perguntas norteadoras, como:

- "O que é impacto?";
- "Os impactos são sempre negativos ou podem ser positivos também?";
- "Quais tipos de impactos vocês enxergam no seu município?";
- "Vocês enxergam no seu município os impactos vindos da indústria do petróleo e gás?";
- "Vocês sabem o que são royalties e participações especiais (rendas do petróleo)?";
- "Já ouviram falar dos Projetos de Educação Ambiental? Sabem qual é o papel desses projetos na minimização dos impactos da cadeia produtiva de óleo e gás?"

O mediador deve assegurar que o grupo compreenda os conceitos básicos de impacto ambiental, com ênfase nos efeitos provocados pela cadeia de óleo e gás. Esse debate é essencial, pois muitas vezes os impactos do setor petrolífero são associados apenas a danos ambientais diretos, como vazamentos de óleo ou atividades de pesquisa sísmica, sem considerar os efeitos sociais, econômicos e culturais decorrentes da presença da indústria.

Na sequência, o mediador apresenta os elementos histórico-culturais da Literatura de Cordel, destacando seu papel como forma de arte popular e instrumento de comunicação acessível e poético. Explica-se que o cordel é um gênero literomusical, frequentemente marcado por ritmo e rima, capaz de traduzir experiências, sentimentos e saberes do povo (Tabela 1). A inspiração na estética do cordel é incorporada como um

recurso de expressão livre e popular, de confecção simples e linguagem acessível.

Capa do Cordel	Conteúdo Interno do Cordel
 The cover is pink with a black dotted border. At the top, it says 'ROYALTIES?' in black capital letters. Below that is a black silhouette of an oil rig on a platform with wavy lines representing water. At the bottom, it says 'RENDAS DO PETRÓLEO' in black capital letters.	O projeto de educação ambiental Nos traz de forma evidente O entendimento de certas palavras Que tem um falar diferente Como esse tal de royalties Que dá um nó em nossa mente E confunde a cabeça da gente. Tão mais fácil falar Rendas do Petróleo Usando a Comunicação Popular Afinal é gente como a gente Que faz a economia girar.
 The cover is blue with a black dotted border. At the top, it says 'HISTÓRIAS QUE ALGUÉM HÁ DE CONTA' in black capital letters. Below that is a black silhouette of a fisherman wearing a hat and holding a net, with a small boat and birds in the background.	O impacto ambiental Mexe com todo mundo Quilombola, pescador, D. Maria e Sr. Raimundo. Todo cuidado é pouco Ao lidar com uma comunidade Lembrando que é direito do povo Viver com dignidade. Lançar sua rede ao mar Ir pra roça trabalhar São costumes de um povo São histórias que alguém há de contar.

Capa do Cordel	Conteúdo Interno do Cordel
	E essa tal mitigação Ela existe na real? Mitigar é a redução Do impacto ambiental. Mitigar é reduzir e remediar A ação humana no meio ambiente São projetos para amenizar E devolver a natureza pra gente Rios, florestas, solos e ar Estando limpos novamente.

Tabela 1. Modelos de cordéis que podem ser apresentados para ilustrar o gênero literomusical. Elaborado por Lília Gomes de Souza e Monaliza Melo Brandão Assis.

No segundo momento, os participantes são organizados em duplas e convidados a criar cordéis, abordando impactos percebidos em seu município e relacionados à cadeia de óleo e gás. Ressalta-se que a percepção não se constrói apenas a partir dos sentidos (visão, audição, olfato, tato e paladar), mas também das elaborações simbólicas e representações coletivas. Daí a importância de se construir coletivamente o entendimento sobre os impactos antes de propor sua identificação nos territórios.

Ao final, quando as produções forem concluídas, cada dupla apresenta o seu cordel, explicando os impactos representados nele. Na sequência, o mediador conduz o fechamento da atividade, destacando as principais conclusões e descobertas do grupo.

As discussões e os cordéis produzidos podem ser utilizados como uma ferramenta de diagnóstico participativo, permitindo identificar percepções, sentimentos e experiências das comunidades em relação aos impactos socioambientais da cadeia do petróleo e gás. Assim, o “Espaço de Expressão: Varal das Artes” se consolida não apenas como um recurso educativo, mas também como um instrumento de escuta sensível e análise coletiva da realidade local, capaz de subsidiar processos de planejamento e ação no campo da educação ambiental.

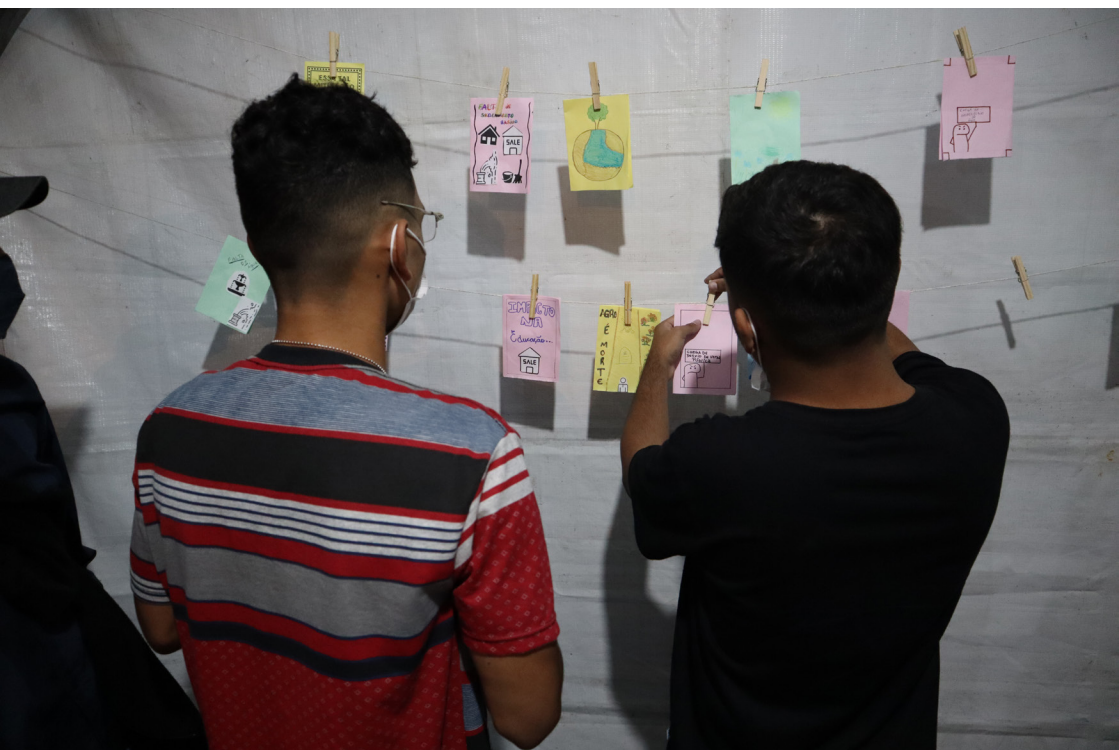


Imagem 1. Material produzido na metodologia “Espaço de Expressão: Varal das Artes”.

Os próximos tópicos deste capítulo apresentam uma síntese das experiências conduzidas pela equipe de Maricá com a metodologia “Espaço de Expressão: Varal das Artes”. Ao longo da prática, os educadores identificaram a necessidade de adaptar a proposta inicial, centrada na produção de cordéis, para ampliar as possibilidades de expressão dos participantes. A metodologia passou a incorporar diversas linguagens artísticas, respeitando os repertórios culturais dos grupos envolvidos e promovendo maior inclusão, engajamento e diversidade nas formas de criação e reflexão.

RELATO DAS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NO TERRITÓRIO

A experiência realizada em Maricá foi aplicada em ambiente escolar durante os EmTendinhas, envolvendo alunos da rede pública municipal, estadual e estudantes do Instituto Federal Fluminense (IFF), abrangendo turmas dos ensinos fundamental, médio e técnico. A diversidade de faixas etárias, realidades socioeconômicas e vínculos com o território enriqueceu a vivência, permitindo-se observar nuances significativas nas percepções e expressões de cada grupo. A equipe de educadores contou com o apoio de membros do Elo municipal, que auxiliaram na condução das atividades e dialogaram com os alunos sobre suas experiências no Projeto.

Considerando o contexto escolar, uma das adaptações realizadas consistiu no uso de equipamentos audiovisuais, como projetor, televisão e computador com apresentação em *slides*, para introduzir os cinco macroimpactos da cadeia de petróleo e gás natural. Em seguida, os educadores conduziram rodas de diálogo voltadas à troca de experiências e percepções sobre os temas apresentados. A introdução desses conteúdos despertou surpresa entre os participantes, pois muitos desconheciam a existência e a abrangência dos impactos da cadeia petrolífera, o que motivou explicações mais detalhadas. Diversos jovens demonstraram interesse em compreender melhor os impactos dessa indústria em seu cotidiano.

Para introduzir as linguagens artísticas, os educadores apresentaram exemplos de formatos possíveis, como histórias em quadrinhos, poesia, rap, colagem, texto jornalístico e cordel, incentivando a experimentação e a combinação entre eles. Nessa etapa, os participantes eram convidados a escolher a linguagem de sua preferência e a criar narrativas e ilustrações baseadas em suas vivências e nas provocações sobre o tema, trabalhando individualmente ou em pequenos grupos. A equipe acompanhou todo o processo, oferecendo suporte técnico e criativo. Essa mediação ativa garantiu um ambiente de escuta, orientação e incentivo à expressão artística.

Ao final da produção, cada participante era convidado a apresentar sua criação ao grupo. A partilha era seguida de uma roda de conversa mediada pelos educadores, que promoveram discussões sobre os temas

retratados, suas implicações e os sentimentos evocados. As produções eram penduradas no varal, formando uma exposição temporária que valorizou os trabalhos realizados e transformou o espaço em um ambiente de circulação e apreciação estética.

Foram produzidos desenhos, colagens e textos que refletiram as percepções dos jovens sobre questões ambientais, sociais e urbanas que afetam diretamente suas comunidades. Muitos trabalhos retrataram a falta de áreas verdes e espaços de lazer, evidenciando a ocupação desordenada do solo e a urbanização acelerada. Outros ilustraram a presença de dutos de gás e estruturas ligadas à indústria do petróleo, apontando para a pressão sobre a infraestrutura urbana e social, como o acesso limitado à saúde, transporte e educação. Também foram representadas situações de desigualdade na distribuição dos *royalties* do petróleo, com críticas à má gestão dos recursos públicos e à ausência de melhorias visíveis nos bairros. Os estudantes expressaram, por meio de suas criações, o desejo de uma cidade mais justa, com melhor qualidade de vida, saneamento básico, mobilidade urbana eficiente e preservação ambiental.

Além disso, algumas ilustrações abordaram a ocupação do espaço marinho, com referências à poluição das praias e à degradação dos ecossistemas costeiros. Houve ainda produções que destacaram a importância da educação ambiental e da participação social nos processos de decisão sobre o uso dos recursos naturais.

A criação das obras em diferentes linguagens favoreceu a expressão autêntica e a inclusão. Participantes não letrados ou com deficiência intelectual puderam se expressar por meio de ilustrações e colagens, o que reforçou o caráter democrático da metodologia. O processo criativo foi marcado por trocas constantes de ideias, momentos de inspiração mútua e colaborações espontâneas. O diálogo mediado pelos educadores estimulou reflexões sobre os impactos socioambientais e gerou soluções simbólicas e narrativas que extrapolaram a perspectiva individual, organizando-se organicamente em visões coletivas.

Entre os momentos mais significativos, destacaram-se falas de jovens que conectaram problemas cotidianos, como a falta de saneamento básico e a precarização do transporte público, aos impactos mais amplos

da presença da indústria petrolífera em seus territórios. Essas conexões possibilitaram uma leitura crítica da realidade local e fortaleceram o senso de pertencimento e o protagonismo juvenil.

A atividade também suscitou reflexões políticas e sociais sobre a distribuição das rendas do petróleo, a infraestrutura urbana e o papel do Estado na gestão dos recursos públicos. No campo econômico, os participantes foram capazes de identificar relações entre a indústria petrolífera, a geração de empregos e as desigualdades locais, muitas vezes manifestadas na dificuldade de acesso a oportunidades ou na falta de equipamentos públicos adequados. No plano sociocultural, a metodologia favoreceu o diálogo entre diferentes grupos e realidades, promovendo o respeito à diversidade e valorizando saberes populares e expressões culturais periféricas. O uso de linguagens contemporâneas, como o *rap*, o *funk*, a história em quadrinhos e o cordel, aproximou os participantes de suas próprias referências culturais, promovendo pertencimento e valorização da identidade local.

No aspecto ambiental, a metodologia estimulou a percepção crítica sobre os efeitos negativos da cadeia de petróleo, como a degradação de ecossistemas, a poluição e os riscos à saúde pública. Ao traduzirem essas questões em obras artísticas, os jovens construíram uma compreensão integrada entre meio ambiente, desenvolvimento econômico e qualidade de vida, reforçando a importância da justiça socioambiental.

Os materiais resultantes dessas experiências foram digitalizados, editados e transformados em uma revista digital que registrou todo o processo vivido: desde os debates até a exposição das obras, tornando-se um instrumento de memória e ampliando o alcance da atividade, permitindo sua circulação entre escolas, comunidades e redes virtuais. A metodologia adaptada teve duração de aproximadamente duas horas, acrescidas de três a cinco horas destinadas à pós-produção da revista digital.



Aponte a câmera do seu celular para acessar as revistas digitais.

Sempre que possível, os educadores retornaram às escolas para apresentar a revista finalizada, promovendo uma nova rodada de reflexão e fortalecendo o vínculo dos participantes com o conteúdo trabalhado. Em algumas escolas, o material foi incorporado pelos professores às práticas pedagógicas como recurso didático, servindo como material de avaliação, aprofundamento temático ou ferramenta para retomada dos debates sobre impactos socioambientais. Desta forma, apesar de não ter sido possível o retorno presencial da equipe do PEA Rendas a todos os espaços para a apresentação do produto, o vínculo com os grupos se manteve por meio do material enviado.

Assim, o “Espaço de Expressão: Varal das Artes” revelou-se uma metodologia potente e adaptável, capaz de promover escuta, criação, reflexão crítica e protagonismo. Ao valorizar a diversidade de expressões e realidades, contribuiu para o fortalecimento da identidade cultural e para a ampliação da consciência socioambiental entre os participantes, consolidando-se como um espaço de expressão e transformação social.

ANÁLISE CRÍTICA DA METODOLOGIA

A metodologia do “Espaço de Expressão: Varal das Artes” revelou-se uma prática educativa potente, capaz de promover expressão criativa, protagonismo juvenil e reflexão crítica sobre os impactos da cadeia petrolífera no cotidiano dos grupos. A flexibilidade para a valorização das múltiplas linguagens artísticas e comunicativas permitiu o engajamento ativo de pessoas com diferentes níveis de letramento e habilidades. Ao oferecer alternativas como cordel, história em quadrinhos, colagem, poesia, música e desenho, a atividade ampliou o alcance da expressão individual e coletiva, favorecendo a inclusão e o reconhecimento da diversidade cultural e cognitiva dos sujeitos envolvidos.

Entre os efeitos mais expressivos observados, destacou-se a transformação do olhar dos participantes sobre o território ao se estimular os jovens a identificarem e interpretarem os impactos da cadeia petrolífera sobre o espaço urbano, a infraestrutura, a vida cotidiana e a dinâmica econômica local, demonstrando como esses temas estão presentes em seu cotidiano, mesmo que muitas vezes de forma invisível. Essa compreensão

crítica foi evidenciada tanto nas produções artísticas quanto nas discussões coletivas, nas quais emergiram conexões entre problemas concretos, como mobilidade, moradia, desigualdade e precarização dos serviços públicos, e os processos estruturais relacionados à indústria do petróleo.

No plano individual, observou-se que, inicialmente, alguns jovens demonstravam timidez ou resistência à criação artística. Contudo, ao longo da execução da metodologia, muitos passaram a se envolver de forma mais ativa na elaboração de suas obras, apresentando seus trabalhos ao grupo e participando das discussões com desenvoltura. Essa mudança de postura evidenciou o potencial da metodologia para aproximar os participantes e fortalecer a autoestima, o senso de pertencimento e a capacidade de expressão crítica. No plano coletivo, a atividade favoreceu a cooperação, a empatia e a escuta ativa, promovendo o fortalecimento dos vínculos entre os participantes e a construção de um ambiente de aprendizagem colaborativo e acolhedor.

No entanto, apesar de suas potências, a metodologia também revelou desafios importantes. Um dos principais obstáculos observados foi a resistência inicial de alguns participantes, sobretudo diante de linguagens artísticas com as quais não estavam familiarizados. A diversidade de níveis de letramento e a complexidade dos temas abordados contribuíram para que alguns jovens se sentissem inseguros ou despreparados para se engajar plenamente na proposta. Além disso, fatores emocionais, como timidez, medo de julgamento e dificuldade de socialização, interferiram na participação de parte do grupo.

Essas resistências foram gradualmente superadas pela atuação sensível da equipe, que adotou estratégias de mediação ativa e diferenciada. O uso de exemplos concretos, o acompanhamento individualizado, o incentivo à experimentação e a formação de pequenos grupos foram recursos fundamentais para se criar um ambiente seguro e estimulante. A utilização de recursos audiovisuais e a valorização das produções por meio da diagramação da revista digital também contribuíram para o engajamento dos participantes, reforçando o reconhecimento simbólico do trabalho realizado.

Outro desafio enfrentado pela equipe foi a limitação de infraes-

trutura em algumas unidades escolares, especialmente quanto à disponibilidade de tempo, espaço e equipamentos adequados. A falta de tempo para aprofundar as discussões ou realizar a devolutiva presencial da revista digital representou um ponto crítico. Em vários casos, a equipe não conseguiu retornar aos espaços para apresentar o produto, o que comprometeu parcialmente o ciclo completo da experiência pedagógica, representando uma perda no processo de sedimentação das aprendizagens. Ainda assim, o material foi enviado aos professores responsáveis, que, em alguns contextos, o incorporaram às atividades pedagógica como recurso de continuidade e aprofundamento.

A inclusão de participantes com deficiência também exigiu atenção especial. A ausência de um planejamento prévio para atender às necessidades específicas desse público evidenciou a importância de aprimorar os recursos metodológicos e logísticos da atividade. Foram necessárias adaptações nos espaços, nos materiais e na condução da metodologia para garantir acessibilidade e participação efetiva, o que foi realizado com sensibilidade pela equipe. Entretanto, observou-se a necessidade de um planejamento mais inclusivo e de uma formação específica dos educadores para lidar com essas demandas.

Apesar dos desafios, o processo de sistematização da metodologia trouxe aprendizados valiosos. O principal deles foi a constatação de que a escuta ativa, a flexibilidade e o respeito à diversidade constituem elementos centrais para o êxito de práticas educativas transformadoras. O “Espaço de Expressão: Varal das Artes” demonstrou ser altamente adaptável e replicável, desde que sustentado por princípios como a mediação qualificada, o suporte técnico adequado, a valorização das múltiplas formas de expressão e o compromisso com a criação de um ambiente seguro para a experimentação e o erro.

Por fim, a experiência com a metodologia reforçou a relevância de se articular arte, território e educação crítica como estratégia pedagógica. A atividade demonstrou que é possível despertar o interesse dos jovens por temas complexos, promover protagonismo e, ao mesmo tempo, produzir conhecimento situado, criativo e coletivo. A proposta não apenas cumpriu seu papel pedagógico, mas também lançou sementes para novas

experiências de educação ambiental crítica, fortalecendo o vínculo entre cultura, política e transformação social.

POTENCIAL DE REPLICAÇÃO E ADAPTAÇÃO

O “Espaço de Expressão: Varal das Artes” apresenta elevado potencial de replicabilidade em diferentes territórios e entre variados perfis sociais, culturais e etários. Por sua natureza flexível e adaptável, pode ser aplicado em contextos tão diversos quanto escolas públicas, aldeias indígenas, territórios quilombolas, comunidades pesqueiras, associações de bairro, movimentos sociais e coletivos culturais. Em todos esses espaços, a metodologia se configura como um instrumento de expressão comunitária, valorização cultural e estímulo à consciência crítica sobre as realidades locais.

Para que a proposta mantenha seu caráter transformador e inclusivo, é essencial realizar ajustes metodológicos conforme o público-alvo. Entre eles, destaca-se a necessidade de se adequar a abordagem à realidade sociocultural e ao repertório dos participantes, utilizando-se referências próximas ao seu universo de experiências. Isso pode envolver a seleção de músicas, imagens, textos e linguagens visuais que dialoguem com o cotidiano do grupo. Em contextos nos quais o acesso à leitura ou à escrita é limitado, o uso de recursos orais e visuais, como histórias contadas, desenhos, colagens ou produções em áudio, mostra-se especialmente eficaz para garantir a participação ativa e a compreensão dos conteúdos.

Outro aspecto fundamental é a formação de pequenos grupos de trabalho, acompanhados de uma mediação educativa atenta e constante. Oferecer suporte individualizado, apresentar exemplos concretos das linguagens possíveis e criar um ambiente acolhedor e livre de julgamentos são estratégias que despertam o interesse e encorajam a experimentação criativa. A valorização das produções, tanto por meio da montagem do varal quanto pela digitalização das obras e elaboração de uma revista coletiva, reforça o sentimento de pertencimento e autoestima dos participantes, além de ampliar o alcance e a permanência da atividade para além do seu momento de execução.

Em relação aos recursos materiais, a metodologia demanda itens simples, porém específicos. Em contextos com restrição de acesso a equipamentos digitais, como projetores, caixas de som ou computadores, é perfeitamente possível adaptar a apresentação dos macroimpactos utilizando materiais acessíveis, como papel pardo e cartolinas, ou ainda realizar uma apresentação dialogada, como ocorreu nas experiências dos EmTendas, preservando o caráter participativo e crítico da proposta.

Os materiais para criação das obras são facilmente encontrados em contextos escolares ou comunitários. A produção da revista digital, embora exija algum conhecimento básico de edição, pode ser realizada com ferramentas gratuitas disponíveis *online*, sendo sua impressão ou difusão digital definida conforme os recursos e prioridades do território.

Durante o processo de criação da metodologia, a comissão idealizou também a incorporação do “Jogo do Varal” no momento introdutório. Nessa dinâmica, seriam disponibilizados folhetins inspirados no estilo cordelista (Tabela 1), abordando diferentes temas, alguns relacionados aos impactos socioeconômicos da cadeia do petróleo e outros não. O grupo seria convidado a identificar quais folhetos tratavam de impactos associados à indústria petrolífera e organizá-los no varal. No entanto, essa proposta não foi implementada devido à falta de tempo para a elaboração e impressão dos materiais para os EmTendas. Ainda assim, o capítulo mantém o convite para que outros coletivos ou instituições possam experimentar e aperfeiçoar essa ideia.

Para educadores, lideranças comunitárias ou professores que desejem replicar a metodologia sem vínculo direto com o PEA Rendas, é possível utilizar outros temas geradores tendo como base questões que sejam relevantes para o território ou grupo. A metodologia é suficientemente aberta para acolher temáticas diversas, como direitos humanos, meio ambiente, identidade cultural, economia local e desigualdade social, desde que se respeitem os princípios de escuta ativa, liberdade de expressão e valorização dos saberes dos participantes.

Em síntese, o “Espaço de Expressão: Varal das Artes” é acessível e sensível às diferenças culturais e formativas, e capaz de promover processos significativos de aprendizagem, pertencimento e transformação

social. Sua aplicação em novos contextos depende menos de grandes estruturas ou recursos e mais da sensibilidade, da escuta e da capacidade criativa do mediador. O essencial é que o educador ou facilitador esteja disposto a ouvir, adaptar e criar junto com o grupo, transformando a atividade em um espaço de partilha, escuta e construção coletiva de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do “Espaço de Expressão: Varal das Artes” consolidou-se como uma prática significativa, capaz de integrar arte, diálogo e reflexão crítica em torno das realidades territoriais. Mais do que uma atividade de sensibilização, a metodologia promoveu processos de aprendizagem que valorizam a escuta, a expressão criativa e o pensamento crítico sobre as relações entre sociedade, economia, cultura e meio ambiente.

Ao criar um espaço para que os participantes expressassem suas percepções sobre os impactos da cadeia petrolífera, a metodologia contribuiu para a construção de narrativas locais e para o fortalecimento de uma consciência coletiva sobre as transformações vividas no território. Por meio de diferentes linguagens, os participantes ressignificaram suas vivências e transformaram suas experiências em produções artísticas que expressam críticas à ausência de políticas públicas, a expansão urbana desordenada e aos desafios cotidianos enfrentados por suas comunidades.

Entre os valores evidenciados ao longo do processo, destacam-se a cooperação, o pertencimento e o reconhecimento da diversidade como dimensão formativa e criativa. A proposta mostrou-se inclusiva ao acolher diferentes níveis de letramento, habilidades artísticas e necessidades específicas, assegurando a participação de todos. Essa abordagem reforçou a ideia de que a educação ambiental crítica se constrói na escuta e no reconhecimento da pluralidade de vozes que compõem cada localidade.

O “Espaço de Expressão: Varal das Artes” também contribuiu para fortalecer o papel do PEA Rendas como um espaço de diálogo e reflexão sobre os impactos socioambientais da cadeia produtiva do petróleo. A metodologia possibilitou a construção de aprendizagens contextualizadas

e significativas, ampliando o alcance das ações educativas e estimulando o engajamento dos participantes com as questões do território. O momento mais expressivo ocorreu quando os participantes conseguiram relacionar os impactos às suas próprias experiências e vivências locais. As produções resultantes revelaram percepções críticas sobre o presente, demonstrando a potência da arte como mediadora de processos educativos e sociais.

De modo geral, a experiência reafirma a importância de se articular arte, território e educação crítica como caminho para promover a formação de sujeitos conscientes e atuantes. O legado dessa prática está em sua capacidade de inspirar novas ações educativas, adaptáveis a diferentes contextos e públicos, mantendo viva a proposta de uma educação ambiental que seja, ao mesmo tempo, sensível, participativa e transformadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: fundamentos e práticas. São Paulo: Cortez, 2005.

DALCASTAGNÈ, Regina. O prego e o rinoceronte: resistências na literatura brasileira. São Paulo: Editora Escrituras, 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Literatura de Cordel agora é Patrimônio Cultural do Brasil. Brasília: IPHAN, 13 set. 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4819>>. Acesso em: 15 out. 2025.

LOUREIRO, Carlos Frederico. Educação ambiental crítica: fundamentos e perspectivas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

PETROBRAS. Diagnóstico participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos – PEA-BC: versão resumida. [S.l.]: Petrobras, 2012.

Capítulo 3

EDUCAÇÃO, CINEMA, TEATRO E TERRITÓRIO: TRAJETÓRIA E EXPERIÊNCIAS DO CINE INTERAÇÃO

Heloamir Paiva
Isabela Mariz



A concepção do “Cine Interação” teve origem em diferentes referências práticas. A então coordenadora pedagógica do PEA Rendas, Isabela Mariz, que havia trabalhado por dois anos no PEA Observação, onde o Teatro do Oprimido e a Comunicação Popular eram utilizados como ferramentas no processo educativo, trouxe consigo essas referências. O Teatro do Oprimido simula vivências em que os participantes podem se colocar coletivamente em determinadas situações a fim de refletir sobre sua realidade, visando a transformação social. Já na Comunicação Popular os sujeitos se apropriam dos meios de comunicação, colocando-se no lugar dos fazedores e protagonistas dessas peças - e não meros espectadores.

Outras experiências que compuseram a inspiração do “Cine Interação” foram a exposição “Rebobine, Por Favor” e um trabalho do multiartista Lucas Mariz.

A exposição “Rebobine, Por Favor”, inspirada no filme homônimo de Michel Gondry e montada originalmente na Deitch Gallery, em Nova York, oferecia uma experiência interativa, disponibilizando cenários, indumentária e objetos de cena para que os visitantes criassem seus próprios vídeos de forma improvisada. A coordenadora teve acesso a essa exposição no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) no Rio de Janeiro.

O multiartista Lucas Mariz é cineasta, ator, diretor, palhaço, produtor e artista visual. Em sua trajetória se destacam experimentos em videoarte. Lucas subverte os limites do uso das tecnologias, imprimindo criatividade e criando subjetividade. Em um dos seus experimentos, utilizou o efeito especial do audiovisual *chroma-key* ao vivo com o público de uma instalação artística.

O *chroma-key*, também conhecido como “fundo verde” ou “tela verde/azul”, é uma técnica de efeitos visuais usada largamente em cinema, televisão e outras mídias para remover uma cor específica de um vídeo ou figura e substituí-la por qualquer imagem desejada. Essa técnica permite criar a ilusão de que o objeto ou pessoa está em um ambiente diferente, adicionando elementos visuais que não estavam presentes na gravação original.

Na instalação, Lucas criou um ambiente no qual ele estendeu um

tecido verde e posicionou uma tela de projeção a poucos metros à frente, de forma que o público conseguia se movimentar diante do tecido enquanto assistia à tela. Também diante do tecido estendido ele colocou uma câmera conectada a um computador, que, por sua vez, estava conectado a um projetor apontado para a tela. Fazendo uso de um programa específico, Lucas projetava a imagem do público posicionado diante ao tecido verde, porém com um fundo diferente com imagens divertidas. Para animar as pessoas também havia uma música tocando. O público, então, ao se enxergar em um cenário distinto, dançava ao som da música, interagindo com os diferentes cenários apresentados.

A estrutura do “Cine Interação” baseou-se essencialmente na estrutura dessa instalação artística. Da exposição “Rebobine, Por Favor” o Cine Interação herdou a ideia de produzir um filme improvisado, em cenários diversos, com o uso de indumentária e objetos de cena. Da Comunicação Popular veio o conceito de produzir uma peça comunicativa “para e pela comunidade”, com sua própria narrativa e escolha estética. Do Teatro do Oprimido veio a ideia de usar a arte cênica como instrumento para ilustrar, compreender e discutir o tema em questão.

Trazida para o PEA Rendas com o objetivo de promover a construção coletiva de um curta-metragem, utilizando o processo criativo como ferramenta de reflexão crítica sobre os temas abordados pelo Projeto, essa ideia ganhou corpo no contexto dos EmTendas, por meio de uma comissão composta por sete integrantes da equipe técnica do Projeto à época: a coordenadora pedagógica Isabela Mariz, o comunicador popular Davi Paiva, e os educadores Heloamir Paiva da Conceição, Jacqueline de Castro Vieira, Fabiane Rodrigues Ribeiro, Leonardo Santos Gomes e Luis Guilherme Rosa Martins.

ORGANIZAÇÃO E APLICAÇÃO DA METODOLOGIA

Os materiais utilizados no “Cine Interação” foram: computador com *software* de gravação e transmissão (como OBS Studio, Streamlabs ou NimoTV Streamer), conexão de *internet*¹, *webcam* com resolução mí-

1 Na ocasião o *software* exigia conexão com a *internet* para funcionar. A equipe

nima de 720p, microfone², projetor, tela de projeção, tecido verde, luzes de apoio, cabideiro, espelho, peças de indumentária variadas, objetos de cena, claquete, giz para escrever na claquete, fita crepe, fita dupla face³, fichas com roteiros semiestruturados, ficha de apoio pedagógico ao mediador e banco de imagens para composição dos cenários virtuais.

A preparação prévia da atividade tem duração de aproximadamente duas horas e envolve uma organização cuidadosa do espaço e dos materiais necessários. Monta-se uma estrutura de fundo infinito⁴ para aplicação da técnica de *chroma-key*, utilizando o tecido verde bem esticado e fixado com fita dupla face, de modo a garantir uma superfície lisa e uniforme. Ajusta-se a iluminação, realçando o verde e melhorando a qualidade da imagem captada. O computador, conectado à *internet*, é configurado com o aplicativo de gravação, e a *webcam* é ajustada em altura e enquadramento adequados. O microfone é posicionado de forma a otimizar a captação do som de toda a cena. Realiza-se teste prévio do projetor para assegurar boa resolução e sincronia entre gravação e projeção.

Durante esse momento, também são organizados os figurinos e acessórios, dispostos no cabideiro. Por fim, define-se a condução metodológica e a divisão de funções entre os facilitadores, assegurando que aspectos técnicos e pedagógicos estejam previamente alinhados. A condução da atividade se estrutura em oito etapas sequenciais, que duram em média cinco horas (contando com o tempo de preparação prévia do espaço). A equipe chegou a realizar a atividade em duas horas ou menos.

também fazia uso da *internet* para pesquisar novos cenários.

2 Na época foi utilizado um microfone de lapela, porque era o equipamento que a equipe dispunha. Para captar todo o som da cena, o microfone precisava ser pendurado. Esse equipamento serviu ao propósito, mas o ideal seria um microfone *shotgun boom*, o modelo mais utilizado em filmagens.

3 As fitas adesivas (crepe e dupla face) foram muito utilizadas na montagem dos *sets* de filmagem.

4 Fundo infinito é uma técnica, muito usada em estúdios de fotografia e vídeo. Ele elimina a percepção de horizonte ou quinas entre o chão e a parede, criando um ambiente visualmente “infinito”. Isso é feito com superfícies curvas ou tecidos que suavizam a transição entre o plano vertical e o horizontal.

Inicialmente, o mediador realiza a recepção do grupo e apresenta brevemente a proposta, sem detalhar a metodologia, criando um ambiente acolhedor. Em seguida, conduz uma roda de diálogo introdutória, abordando temas diversos conforme o enfoque desejado. No contexto do PEA Rendas, essa etapa foi dedicada a retomar conceitos sobre políticas públicas, orçamento municipal, controle social e os impactos da cadeia de óleo e gás, com ênfase no recebimento das rendas petrolíferas. O objetivo é estimular a reflexão crítica sobre os temas e fortalecer a conexão entre o debate e a realidade dos participantes. Essa é uma etapa muito importante, pois esse é o momento de reflexão e construção de compreensão sobre o assunto escolhido.

Na etapa seguinte, o mediador explica em detalhes o passo a passo da atividade, certificando-se de que todos compreenderam o processo. Caso haja a intenção de futuramente exibir os filmes em outros espaços ou plataformas, é importante informar os participantes e solicitar a devida autorização para o uso de imagens.

Na fase de elaboração do roteiro, o grupo é convidado a construir coletivamente uma narrativa ficcional relacionada ao tema discutido. Para isso, o mediador disponibiliza o catálogo de imagens com diferentes cenários e, quando necessário, oferece roteiros semiestruturados como ponto de partida para o processo criativo. Também propõe perguntas que estimulem o pensamento e a criatividade, apoiando o grupo no desenvolvimento da trama e dos personagens.

Na sequência, o mediador conduz dinâmicas teatrais com exercícios de improvisação e expressão corporal, estimulando os participantes a se soltarem e ganharem confiança na interpretação dos personagens. Antes, é importante que o mediador firme um pacto de respeito mútuo, garantindo um ambiente seguro e colaborativo.

Com o roteiro definido, são distribuídos os papéis e funções, contemplando tanto os responsáveis pela encenação quanto aqueles que atuam nos bastidores⁵. Com o elenco preparado e os cenários escolhidos,

5 Alguns papéis de bastidores foram criados, para apoiar a produção do filme e para contemplar a participação de todos, como figurinista, claquete, contrarregra e produção de arte.

inicia-se a produção do curta-metragem (Imagem 1). O facilitador orienta quanto à escolha dos figurinos, marcações de cena, uso da claquete⁶ e sequência de imagens no *software*. A gravação ocorre em tempo real, com projeção simultânea do cenário digital e sem edição posterior. Apesar de seguirem um roteiro, os diálogos dos personagens são improvisados, e as cenas são gravadas na ordem definida pelo grupo, que assiste ao filme enquanto grava, razão pela qual a estrutura do *chroma-key* é montada de frente para a tela de projeção.

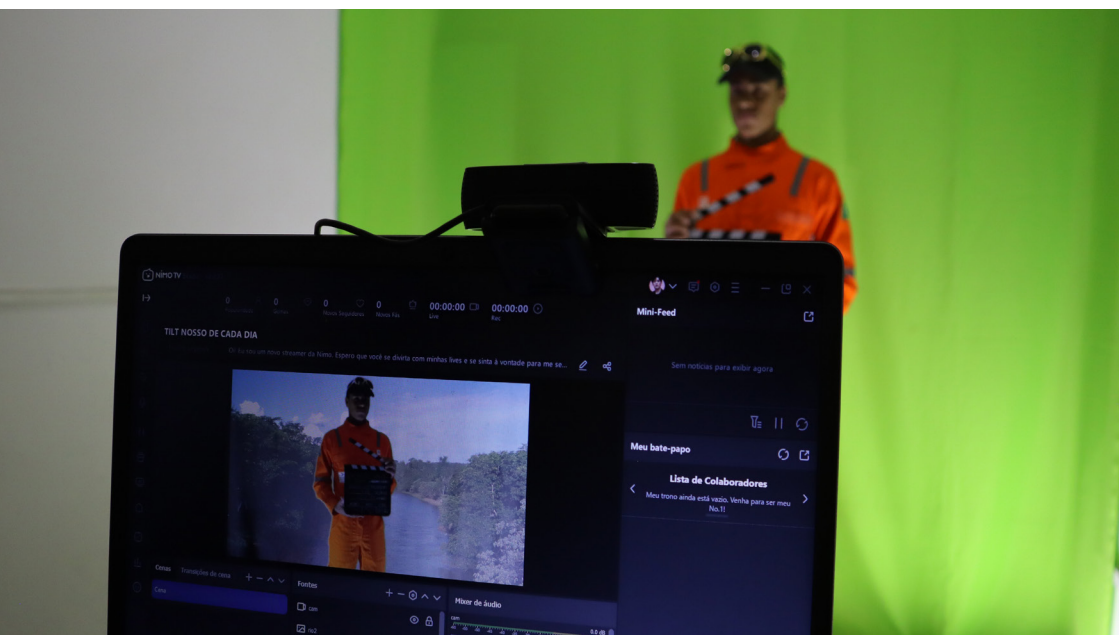


Imagem 1. Encenação e gravação do “Cine Interação”.

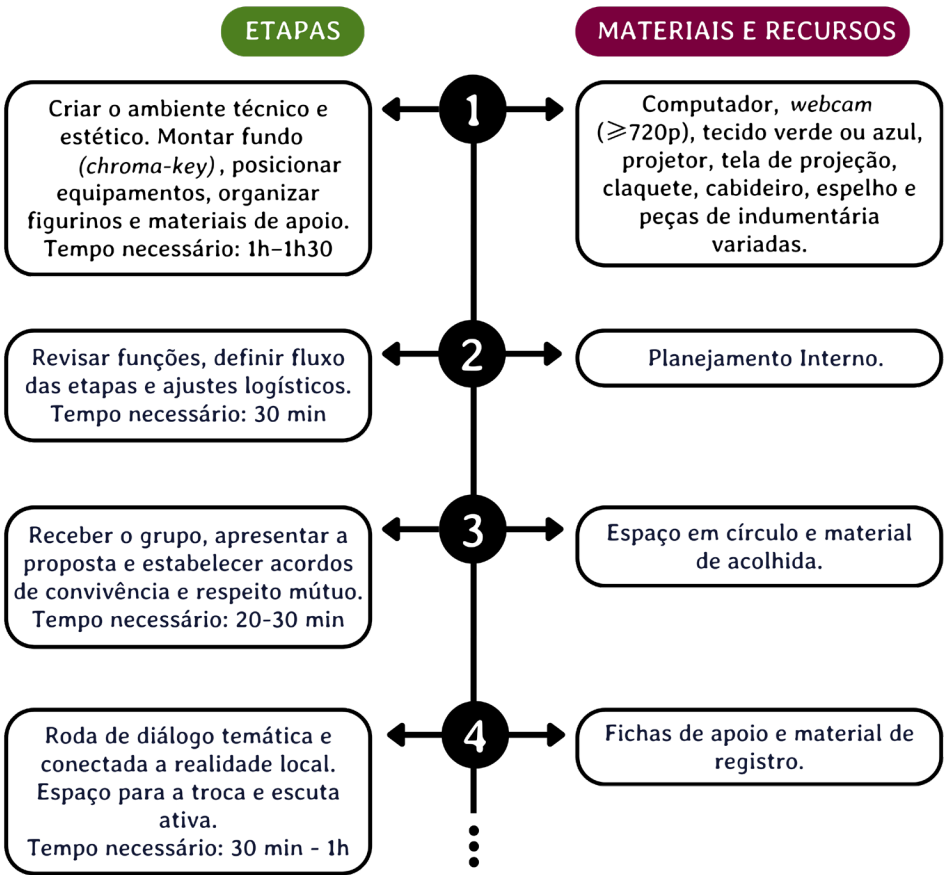
Ao final, o mediador conduz o momento de fechamento, promovendo uma escuta sensível sobre os sentimentos despertados, celebrando os resultados alcançados e reafirmando os conhecimentos construídos ao longo da experiência. A atividade se encerra com a exibição coletiva do curta, reforçando o sentimento de pertencimento e valorizando o prota-

6 Embora não houvesse edição do filme, a claquete era utilizada para marcar o início da gravação e para trazer o *glamour* do cinema para a atividade.

gonismo dos participantes.

Os tempos de cada etapa são estimativos e podem ser ajustados conforme o perfil do grupo, o espaço e os recursos disponíveis. O essencial é preservar o caráter participativo e colaborativo da experiência audiovisual.

ORGANIZAÇÃO E APLICAÇÃO



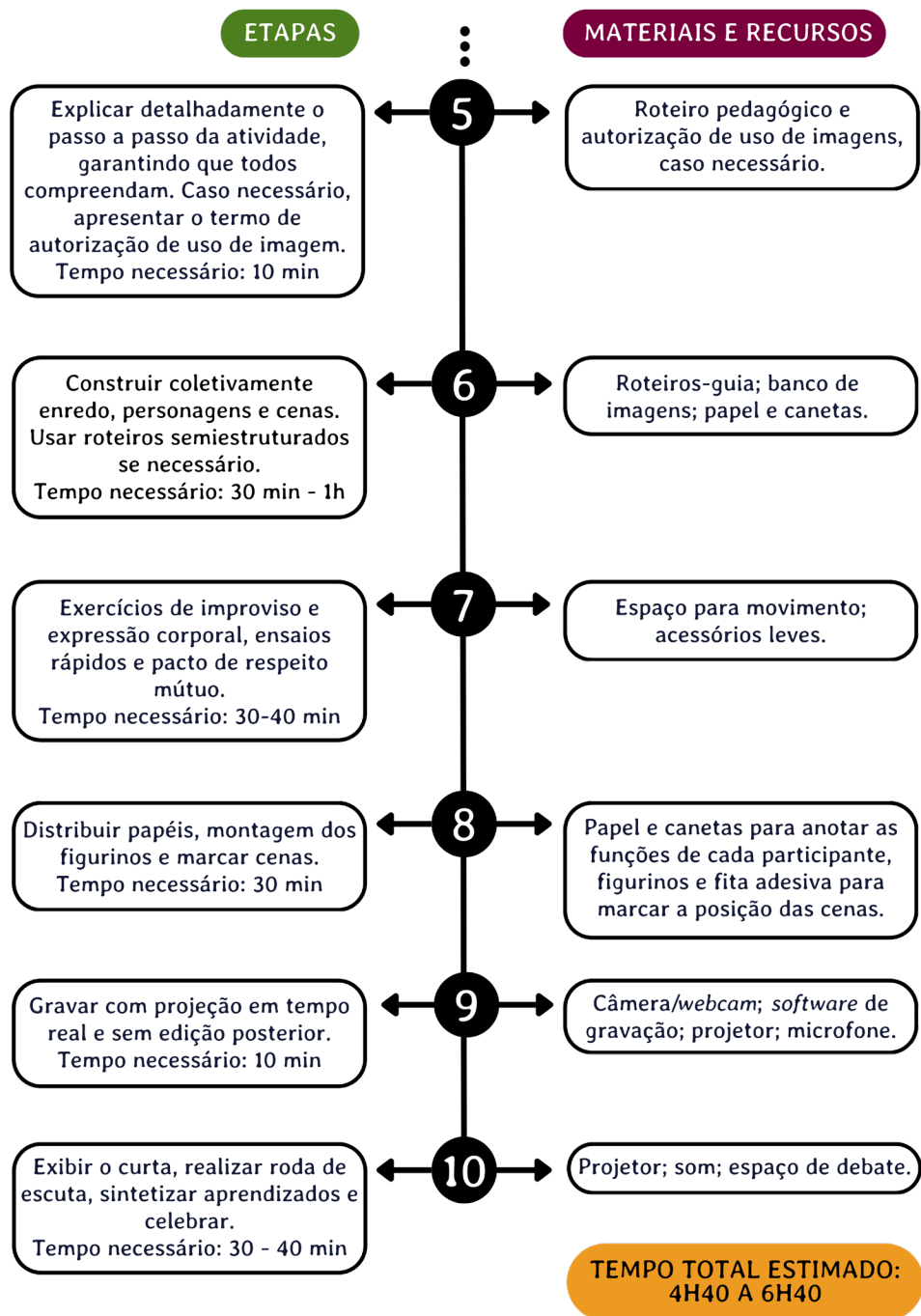


Figura 1. Resumo do processo de organização e aplicação do “Cine Interação”.

O próximo tópico deste capítulo traz uma síntese das experiências desenvolvidas no âmbito do PEA Rendas, construída a partir do olhar crítico e dos relatórios produzidos pelas equipes municipais.

RELATO DAS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NOS TERRITÓRIOS

Durante os EmTendas, o “Cine Interação” percorreu diferentes municípios, reunindo estudantes, educadores e moradores em experiências marcadas pela troca, pela criatividade e pela construção coletiva. Em cada localidade, a atividade envolveu pessoas de diferentes idades e contextos, que criaram curtas-metragens com duração média de cinco minutos, inspirados em situações do cotidiano e nas discussões sobre as rendas do petróleo.

Em Caraguatatuba, a metodologia foi aplicada em dois momentos. No primeiro, estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e moradores da comunidade participaram de uma conversa sobre meio ambiente, dinheiro público e rendas do petróleo. Inicialmente, o grupo associou o meio ambiente apenas à natureza, mas, com o diálogo, passaram a inclui-lo como parte da cidade, das pessoas e das relações cotidianas. Muitos se surpreenderam ao descobrir que o município recebia *royalties* e questionaram o destino desses recursos. Dessa curiosidade nasceu o curta “Como ficar pobre em uma noite?”, que, de forma metafórica e bem-humorada, criticou o uso inadequado das rendas petrolíferas, comparando gastos públicos supérfluos a excessos na vida pessoal, culminando em uma crise quando os repasses diminuíram.

No segundo encontro, alunos do ensino médio lembraram o derramamento de petróleo no litoral norte paulista em 2013 e relacionaram o tema ao crescimento desordenado e à desigualdade entre bairros. Divididos em grupos, criaram roteiros que refletiram essas preocupações. Um produziu “A Revolta”, que abordou a ausência de serviços básicos e de participação popular; o outro, “Não adianta chorar pelo petróleo derramado”, destacou o direito coletivo aos recursos naturais e a importância do uso consciente do petróleo.

Em Paraty, o “Cine Interação” percorreu diferentes comunidades.

Na Aldeia Indígena Itaxim Paraty-Mirim, os moradores discutiram desafios como a demarcação das terras e o acesso à educação e à saúde. Durante o processo de gravação, o grupo decidiu incluir falas em guarani, valorizando a língua e a cultura local. O filme bilíngue foi exibido para todos, seguido de uma conversa sobre o processo criativo e a importância de ver suas vozes representadas.

Em outro encontro, jovens quilombolas relacionaram as rendas do petróleo às desigualdades territoriais do município. Observaram que as áreas turísticas recebiam mais atenção do poder público, enquanto as regiões periféricas enfrentavam carências de infraestrutura, saúde e segurança. Inspirados nessas reflexões, criaram o curta “Real Cidade”, que contrapôs a imagem turística da cidade à realidade vivida por seus moradores.

O terceiro encontro, com integrantes do coletivo Ativistas pelo Meio Ambiente (AMA), formado por jovens e adultos envolvidos em ações de educação ambiental e monitoramento de resíduos, a conversa abordou licenciamento ambiental, participação social e impactos socioeconômicos, relacionando essas questões às rendas petrolíferas. O grupo produziu o curta “Águas do Passado”, que retratou a poluição dos rios e a importância da participação social na gestão ambiental pública.

Em Ilhabela, estudantes refletiram sobre as diferentes formas de controle social, partindo de suas próprias experiências e percepções sobre o território, abordando as desigualdades urbanas, a corrupção e as diferenças entre investimentos públicos e privados. Das discussões surgiu o curta “A revolta do povo”, que, de forma bem-humorada, criticou o mau uso dos recursos públicos e retratou a mobilização popular em defesa da transparência.

Em Ilha Comprida, estudantes da EJA discutiram a aplicação das rendas petrolíferas e relataram que a prefeitura atribuía à Área de Proteção Ambiental (APA) a demora em obras e serviços essenciais, como asfaltamento, iluminação e segurança. O debate levou à reflexão sobre a importância da participação popular nas decisões políticas e o papel das associações e conselhos comunitários na defesa dos direitos coletivos. A partir dessas ideias, foi elaborado o curta “Unidos da Ilha”, que retratou a

distância entre o discurso político e as necessidades reais da população.

Em Maricá, a atividade se desenrolou ao longo de três dias, reunindo moradores, lideranças e parceiros do PEA Rendas. As discussões sobre saneamento básico, uso dos *royalties* em obras estéticas e impactos do turismo e da indústria do petróleo inspiraram o curta “El Dourado ou Ouro de Tolo?”, que refletiu sobre o futuro da cidade e o uso responsável dos recursos públicos. A presença de técnicos e comunitários do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Territórios do Petróleo ampliou o intercâmbio de experiências, apresentando exemplos da dependência orçamentária das petrorendas em cidades da Bacia de Campos. Jovens que participavam de uma batalha de *rap* contribuíram espontaneamente com ideias para o roteiro, integrando arte e crítica social.

Em Niterói, a atividade também contou com a participação de técnicos e comunitários do PEA Territórios do Petróleo, além do público do EmTendas. O grupo debateu o papel dos PEAs na formação cidadã e os obstáculos à participação popular nas decisões públicas. O curta resultante retratou, de forma lúdica, uma professora explicando a um aluno o funcionamento dos *royalties*, tornando o tema acessível e educativo.

Em Guapimirim, jovens do bairro Paraíso, localizado na região serrana e marcado pelo isolamento geográfico e social, relataram as dificuldades com mobilidade e acesso a serviços e empregos, bem como a ausência de equipamentos de saúde. A partir das discussões, criaram o curta “Unidos pelo Paraíso”, que mostrou a luta comunitária por um posto de saúde e os desafios de mobilização coletiva frente à burocracia e à falta de diálogo com o poder público.

Após os EmTendas, o “Cine Interação” ganhou novos contornos em atividades educativas do Projeto nos municípios de Paraty e Guapimirim.

Em Paraty, durante as Rodas de Diálogo, a metodologia foi adaptada para explorar novas ferramentas de gravação e estratégias de construção dos roteiros com estudantes do ensino médio. A ideia foi simplificar a metodologia, utilizando tecnologias digitais presentes no cotidiano dos jovens. Essa versão simplificada foi alcunhada de “Cine Interação de Bolso”.

O enfoque desejado foi o de levantar as principais questões municipais sentidas pelos jovens. O momento de debate também foi adaptado. Em círculo os participantes escreveram em tarjetas os principais problemas que os afetavam na cidade e, por consenso, definiram como prioritários as dificuldades no transporte, na segurança, na formação e nas oportunidades profissionais.

Divididos em grupos, elaboraram roteiros e produziram os vídeos utilizando celulares e o recurso de tela verde do aplicativo TikTok, que permitiu substituir os cenários de fundo por imagens de sua escolha. Um dos vídeos retratou a trajetória do jovem do ensino fundamental à vida adulta, abordando desafios escolares e de inserção no mercado de trabalho; e outro tratou de transporte e segurança, criticando a negligência do poder público e a violência cotidiana.

Os vídeos foram exibidos em plenária, mas não foram publicados na plataforma, que serviu de ferramenta criativa para a construção dos cenários e das narrativas. Essa adaptação demonstrou que, com recursos simples, era possível manter os elementos centrais do “Cine Interação”: participação, construção coletiva e reflexão crítica, se aproximando dos jovens através das linguagens digitais de seu cotidiano.

Em Guapimirim, a atividade ocorreu durante uma Reunião Mensal do Elo. Por se tratar de um grupo já consolidado, a proposta consistiu em dramatizar situações do cotidiano municipal, refletindo sobre problemas reais enfrentados pela população. O diálogo inicial destacou temas como o acesso precário à saúde, a pouca transparência do Conselho Municipal de Saúde, a coleta seletiva e mobilidade urbana. Após o debate, o grupo decidiu retratar as dificuldades de deslocamento, mostrando como o transporte público deficiente comprometia o acesso a serviços essenciais e a participação cidadã.

No roteiro do curta “A dificuldade de ir”, quatro personagens — uma mãe com um bebê, um trabalhador da construção civil, uma mulher recém-desempregada e um adolescente a caminho da escola — enfrentavam atrasos constantes nos ônibus. Ao buscar apoio no Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, encontravam desinformação e descaso, e decidiram recorrer ao Ministério Público.

A atividade seguiu todas as etapas do “Cine Interação” (roda de diálogo, elaboração coletiva do roteiro e gravação do curta com equipamentos completos), mas ocorreu em um contexto pós-Grupo de Estudos sobre políticas públicas, com participantes já familiarizados com os conceitos e objetivos do Projeto. Essa experiência evidenciou como a metodologia pode ser aplicada em contextos mais maduros, reforçando aprendizagens anteriores, consolidando o engajamento e permitindo uma dramatização mais profunda das vivências cotidianas da população.

ANÁLISE CRÍTICA DA METODOLOGIA

O “Cine Interação” revelou-se mais do que uma metodologia de educação participativa: constituiu-se como um espaço político-pedagógico em que os sujeitos puderam se reconhecer, se escutar e se reposicionar diante de suas realidades. A roda de diálogo e a produção audiovisual, combinadas de forma sensível e estratégica, criaram oportunidades para que a reflexão crítica emergisse das próprias vivências, e não apenas como um conteúdo transmitido.

A metodologia promoveu a escuta como ato político e a fala como exercício de autoria, resgatando a dimensão da palavra como potência transformadora, aquela que desvela o mundo, denuncia as injustiças e anuncia novas possibilidades de existência coletiva. Assim, refletiu uma educação ambiental crítica ao compreender que as questões socioambientais não se limitam à natureza física, mas atravessam os modos de vida, as relações de poder e as formas de participação social.

Os temas que emergiram foram tratados como expressões das contradições do território, e não como problemas isolados. Ao partir das experiências concretas dos participantes, a metodologia possibilitou ampliar o debate ambiental, conectando o cotidiano às estruturas políticas e econômicas que o sustentam. Essa ampliação revelou-se um de seus aspectos mais potentes, ao romper com a visão fragmentada do meio ambiente e o reinseri-lo como campo de disputa social, ética e cultural.

Destacou-se também a capacidade da metodologia de criar vínculos. Nos grupos iniciantes, funcionou como porta de entrada para o diá-

logo e a escuta ativa, estimulando o envolvimento gradual dos participantes, mesmo diante da timidez inicial ou da dificuldade de compreender a proposta. Nos grupos mais consolidados, serviu como instrumento de síntese, memória e elaboração coletiva. Em ambos os casos, a interação e a criação compartilhada de roteiros e cenas evidenciaram o valor político do encontro, capaz de produzir conhecimento, afeto e consciência.

Por outro lado, a experiência mostrou que a potência da metodologia dependia diretamente do contexto em que era aplicada e da qualidade da mediação. A construção de confiança, o tempo de maturação do grupo, a abertura para o imprevisto e a escuta definiram o alcance formativo da proposta. Não se tratou de uma receita, mas de um processo vivo, que exigiu cuidado e recriação a cada encontro.

O tempo de atividade diversas vezes foi um desafio, pois nem sempre os grupos dispunham de muito tempo. Nesse caso a atividade foi feita de forma mais rápida, o que demandou maestria da condução. As experiências demonstraram que talvez seja interessante dividir a atividade em diferentes momentos, num contexto de formação continuada.

Outro desafio identificado durante a aplicação foi a impossibilidade, em alguns momentos, de fazer a projeção simultânea à criação da cena. Isso exigiu maior orientação da equipe, para que os atores se posicionassem de forma a interagir melhor com o cenário, uma vez que eles não o visualizavam em tempo real. Ainda assim, a produção das cenas ocorreu de forma satisfatória. Essa situação evidenciou um aspecto importante da metodologia: sua condução adequada depende de condições técnicas mínimas, especialmente no que se refere ao desempenho dos equipamentos utilizados.

Ao articular arte, diálogo e território, o “Cine Interação” reafirmou a centralidade da experiência como fundamento do aprendizado. Demonstrou que a educação ambiental crítica não acontece apenas ao falar sobre o ambiente, mas ao sentir, narrar e transformar o mundo vivido. O gesto de dramatizar, construir roteiros e reconhecer-se no outro tornou-se, em si, um ato de resistência e de reencantamento com o comum.

Nesse percurso, evidenciou-se a plasticidade da metodologia, sua capacidade de moldar-se às realidades locais sem perder o sentido político

co e emancipador que a orienta. Essa maleabilidade abriu caminho para pensar sua replicação e adaptação em outros contextos, o que será discutido no próximo tópico, à luz das experiências e aprendizados compartilhados ao longo do Projeto.

POTENCIAL DE REPLICAÇÃO E ADAPTAÇÃO

As experiências vivenciadas nos diferentes municípios da área de abrangência do PEA Rendas demonstram a flexibilidade e a capacidade de adaptação do “Cine Interação” a distintos territórios, públicos e realidades. Em cada contexto, a proposta manteve seu núcleo pedagógico (diálogo, construção coletiva de narrativas e reflexão crítica), e incorporou ajustes que respeitaram as especificidades culturais, sociais e estruturais de cada grupo e território. Essa plasticidade faz com que a metodologia possa ser aplicada em escolas, comunidades tradicionais, coletivos juvenis, grupos ou espaços de formação cidadã, sem perder sua força política e educativa.

Em grupos iniciantes, o “Cine Interação” mostra-se potente quando aplicado de forma mais leve, com foco na escuta, no diálogo e na criação espontânea. Utilizando celulares e roteiros simplificados, é possível favorecer a aproximação dos participantes com a linguagem audiovisual e a experimentação criativa. Em comunidades indígenas e quilombolas, a metodologia acolhe os modos próprios de narrar e representar o mundo, valorizando os saberes e as histórias locais. Já em grupos consolidados, a proposta ganha densidade, permitindo o aprofundamento dos temas debatidos e resultando em uma produção coletiva mais completa.

O “Cine Interação” não é uma metodologia rígida, mas um processo vivo, que depende da qualidade da mediação, da confiança construída no grupo e do tempo de maturação das relações. Sua maleabilidade permite que seja aplicado tanto em contextos urbanos quanto rurais, com diferentes níveis de acesso à tecnologia, desde que se respeitem os princípios de participação, diálogo e construção coletiva. Mesmo perfis mais tímidos podem ser integrados à dinâmica, assumindo funções de apoio cenográfico ou papéis coadjuvantes, contribuindo de forma significativa para o resultado coletivo.

Para a replicação do “Cine Interação” em novos contextos, recomenda-se atenção a três dimensões principais: infraestrutura, mediação e flexibilidade metodológica.

Quanto à infraestrutura, o ideal é dispor de um espaço amplo, que permita a movimentação dos personagens e a projeção das cenas; fechado, pois a luz do sol atrapalha a projeção; e bem iluminado, já que luzes direcionadas para o tecido verde permitem uma boa definição da imagem. Também deve-se dispor de recursos tecnológicos, como projetor, tela de projeção (ou parede lisa), computador (com capacidade de processamento adequada) com *software* gratuito de gravação e transmissão, câmera, microfone e tecido verde para o fundo *chroma-key* ou, alternativamente, um celular com boa resolução e aplicativo que simule o fundo verde. Complementam o conjunto materiais como figurinos, objetos de cena, roteiros semiestruturados e fichas de apoio pedagógico.

A mediação, por sua vez, é o coração da metodologia. O mediador precisa dominar o processo e, sobretudo, criar um ambiente acolhedor, estimulando a escuta ativa, o respeito mútuo e a participação coletiva. Cabe a ele explicar cada etapa com clareza, promover rodas de diálogo que aproximem os temas da realidade do grupo e garantir que todos compreendam e se sintam parte da criação.

A flexibilidade metodológica é o que assegura a vitalidade do “Cine Interação”. Cada aplicação pode (e deve) ser recriada conforme o contexto, ajustando-se a duração das etapas, a complexidade técnica e a profundidade das discussões e dos roteiros. Recomenda-se realizar previamente um mapeamento do público e do território, identificando experiências, interesses e problemas sociais, ambientais, econômicos ou políticos que possam auxiliar na mediação da atividade e na conexão dos conteúdos à realidade local e ao cotidiano dos participantes.

Em síntese, o “Cine Interação” pode ser replicado e adaptado a múltiplos contextos, mantendo seu caráter político-pedagógico, potencializando a reflexão crítica e fortalecendo vínculos comunitários. Cria-se, assim, uma memória coletiva compartilhada e um fortalecimento do protagonismo local. O que se mantém constante é sua força de transformar experiências cotidianas em aprendizado, mobilização social e criação

coletiva de sentido, reafirmando que a educação ambiental crítica acontece quando se sente, se narra e se cria junto.



Figura 2. Resumo para execução da metodologia em diferentes contextos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “Cine Interação” não cabe em manuais. Ele pulsa, respira e se refaz em cada olhar que se encontra diante da tela, em cada gesto que atravessa o silêncio e em cada palavra que se arrisca a dizer o que sente. É uma travessia entre o real e o simbólico, um exercício de ver o mundo com o coração atento e os pés firmados no território.

Em cada experiência, descobriu-se que o essencial não estava na técnica, mas no encontro. É ali, entre o improviso e a escuta, que nascem os sentidos e se tecem os vínculos. O cinema deixa de ser apenas imagem e som: torna-se voz, corpo e memória coletiva.

A metodologia é, antes de tudo, um gesto de confiança, na potência do grupo, na força da arte e na esperança que insiste em brotar mesmo nos contextos mais desafiadores. O “Cine Interação” revela valores que se entrelaçam: sensibilidade, solidariedade, criticidade e pertencimento.

O legado que deixamos é o convite para continuar: olhar, sentir e agir juntos. Que outros educadores, comunidades e coletivos encontrem nesse processo um modo de escutar o mundo e reinventar o cotidiano. Que o cinema, mais do que ferramenta, siga sendo ponte, respiro e semente.

Capítulo 4

“BOLÃO|BEXIGÃO DO CIFRÃO”: UMA METODOLOGIA APLICADA COMO ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E LEITURA TERRITORIAL PARTICIPATIVA

Bianca Santos

Eliza Maria Lopes Barbosa

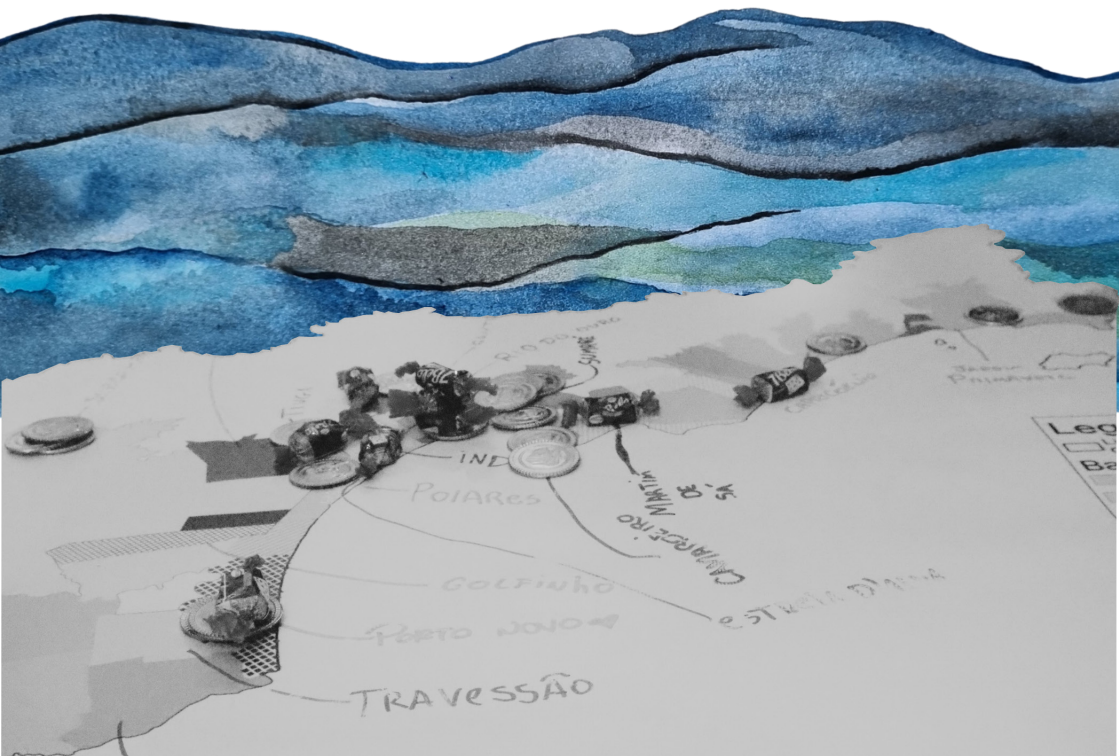
Jacqueline de Castro Vieira

Jéssica Toledo Brandão

Leonardo Santos Gomes

Nikolas Daves dos Santos

Rafaela Neves Luís



O “Bolão/Bexigão do Cifrão” foi concebido para os EmTendas a partir da adaptação de um exercício criado no contexto do diagnóstico participativo da Bacia de Campos, realizado pela consultoria Soma, como uma condicionante do licenciamento ambiental da Petrobras (PETROBRAS, SOMA, 2014). Sua intencionalidade era provocar uma reflexão sobre as assimetrias relacionadas aos impactos ambientais nos territórios, buscando estimular o exercício de que nem todos sofrem o mesmo impacto da mesma forma, relacionando espacialmente estas diferenças. No PEA Rendas do Petróleo, o objetivo inicial foi estimular os participantes a refletirem sobre a cidade onde vivem, reconhecendo os bairros a partir de suas próprias experiências de deslocamento e vivência cotidiana. Para isso, foi proposta uma dinâmica interativa apoiada no recurso visual de um grande mapa que pudesse ser tocado, servindo de suporte para que cada pessoa se identificasse no território.

Pensada para um público diverso, inclusive pessoas não letradas, a metodologia foi criada por uma comissão composta por cinco integrantes da equipe técnica do PEA Rendas, à época: a coordenadora do agrupamento Rio, Eliza Maria Lopes Barbosa, e as educadoras Jéssica Toledo Brandão, Verônica Parente Gomes de Araujo, Monaliza Melo Brandão Assis e Lais Helena da Silva. O grupo estruturou a atividade de forma a manter a provocação sobre as desigualdades ambientais, que também são sociais e econômicas, expressas nos territórios de atuação do Projeto.

Com o avanço das discussões da comissão, surgiu a necessidade de pesquisar se os moradores tinham informações sobre as rendas petrolíferas e os valores recebidos pelos municípios em *royalties* e participações especiais. Desta forma, o planejamento do objetivo da atividade foi ampliado: além de promover a reflexão sobre o território, buscou-se estimular o debate sobre a distribuição dos investimentos públicos municipais e apresentar o tema das rendas do petróleo, destacando sua proporção no orçamento local e incentivando um debate voltado para uma redistribuição mais justa desses recursos, com base em um consenso coletivo sobre as prioridades da população. Como resultado adicional, a expectativa foi contribuir para a atualização dos diagnósticos municipais, adicionando informações relevantes trazidas pelos próprios participantes.

Para apoiar os facilitadores na condução da atividade, a comissão realizou pesquisas sobre políticas públicas de responsabilidade das gestões municipais, como coleta e destinação final dos resíduos sólidos, serviços de iluminação, manutenção de ruas e calçadas, abastecimento de água, coleta e tratamento do esgoto domiciliar, educação pública até o nono ano do ensino fundamental e postos de saúde. Também foram levantadas informações sobre impostos e tarifas que compõem as receitas municipais, como Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Serviços (ISS), a parcela do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e as taxas de licenciamento, com o intuito de esclarecer possíveis dúvidas e fomentar o debate sobre a gestão pública das localidades.

Um resultado significativo do processo de concepção dessa atividade foi a produção de mapas municipais de qualidade, especialmente em localidades onde não havia mapas disponíveis. A nomenclatura da atividade também foi pensada para respeitar as regionalidades: quando aplicada em municípios do estado de São Paulo, foi chamada de Bexigão; e quando aplicada nos municípios do estado do Rio de Janeiro, de Bolão, o que motivou seu nome dúbio.

A fundamentação teórica da metodologia partiu da compreensão de que as desigualdades são inerentes às cidades capitalistas, nas quais os investimentos tendem a se concentrar em bairros cujos moradores têm maior influência nas gestões municipais. A história da organização territorial brasileira, desde o período Colonial, mostra que as transformações no espaço geográfico resultam de disputas políticas, econômicas e culturais. Logo, isso não poderia estar apartado da intencionalidade pedagógica da equipe ao aplicar essa metodologia. Esse entendimento dialoga com Quintas (2006), que ressalta a gestão ambiental pública como instrumento de enfrentamento das desigualdades estruturais, presentes em todas as escalas, da local à internacional.

A atividade também se fundamenta nos conceitos de justiça ambiental e sustentabilidade da ecologia política, segundo os quais, para que existam locais sustentáveis, é necessário que outros sejam definidos como zonas de sacrifício (ACSELRAD, 2004). Destaca-se, ainda, que a equipe

adotou a noção ampliada de território, que ultrapassa as divisões administrativas, como bairros, regiões e municípios, envolvendo relações de posse, domínio e poder (COLUSSI E PEREIRA, 2016).

ORGANIZAÇÃO E APLICAÇÃO DA METODOLOGIA

A aplicação do “Bolão/Bexigão do Cifrão” tem duração aproximada de 60 minutos e requer uma preparação prévia dos materiais que demanda 10 minutos.

Recomenda-se que a atividade seja conduzida por, no mínimo, duas pessoas, garantindo melhor organização e acompanhamento das etapas. Para a etapa prévia de preparação dos materiais, utiliza-se um mapa municipal¹ impresso em lona, com dimensões suficientes para que os participantes possam caminhar sobre ele. Um bolão (bexigão) de festa é enchido com ar e preenchido com balas ou moedas de plástico, que simbolizam o orçamento público. Esse bolão é pendurado sobre o centro do mapa com o auxílio de ganchos autocolantes e barbante. Também são utilizados um cavalete com bloco de papel e canetas pincel de três cores diferentes.

Antes do início, os facilitadores preparam todo o material e organizam o cavalete com quatro páginas direcionadas. A primeira é destinada ao registro dos locais que, segundo os participantes, recebem mais e menos investimentos públicos. A segunda serve para anotar as percepções sobre a origem dos recursos municipais. A terceira contém um círculo impresso com 10 divisões, onde o mediador irá compor um gráfico de pizza com a estimativa do grupo sobre a porcentagem anual da receita

1 Em cada município, a equipe buscou junto aos órgãos públicos a consulta sobre mapas oficiais. No caso de municípios como Niterói, a prefeitura possui um núcleo de geoprocessamento e é acessível para todos o *download* do mapa municipal em formato digital. Em Guapimirim, foi preciso consultar uma técnica da prefeitura para acessar o arquivo digital. No caso de Maricá, o mapa foi obtido a partir de um *site* da prefeitura denominado Guia Virtual de Maricá. Já no caso de Paraty, Caraguatatuba, Ilhabela, Iguape, Cananéia e Ilha Comprida, membros da equipe do Rendas, com experiência em geoprocessamento, trabalharam na composição destes mapas, utilizando dados de plataformas abertas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

municipal proveniente das rendas do petróleo. A quarta apresenta o gráfico real, baseado em dados oficiais, para comparação. A arrecadação de rendas petrolíferas pelos municípios pode ser encontrada no Portal de Dados Abertos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e as informações sobre a receita municipal podem ser consultadas em portais de transparência das respectivas localidades ou no *site* do Tribunal de Contas Estadual.

A primeira etapa da atividade começa com a recepção dos participantes e uma breve contextualização sobre as rendas do petróleo e a forma como esses recursos podem ser utilizados no município. Em seguida, os participantes caminham aleatoriamente sobre o mapa, que está dividido em bairros, regiões e distritos, enquanto uma música é tocada. Em um momento inesperado, preferencialmente quando o grupo está espalhado pelo mapa, o facilitador estoura o balão, liberando as balas ou moedas sobre o chão. Caso os participantes não recolham espontaneamente os itens, devem ser incentivados a fazê-lo.

Na segunda etapa, com os itens em mãos, o grupo é convidado a refletir sobre como os recursos públicos municipais são investidos, considerando exemplos como obras públicas, coleta de lixo, distribuição de escolas de ensino fundamental e postos de saúde. Os participantes depositam os itens sobre o mapa, representando os investimentos conforme sua percepção. Recomenda-se que o facilitador fotografe o mapa após a distribuição, pois a imagem pode servir posteriormente como fonte de informações sobre a realidade municipal.

Durante esta etapa, o mediador pergunta se os participantes percebem desigualdades na distribuição dos investimentos entre os bairros e comunidades. As localidades citadas como mais e menos favorecidas são anotadas no cavalete. O facilitador também investiga os motivos que justificam essas diferenças e o conhecimento dos participantes sobre a origem dos recursos públicos. As respostas são registradas e podem compor um diagnóstico municipal.



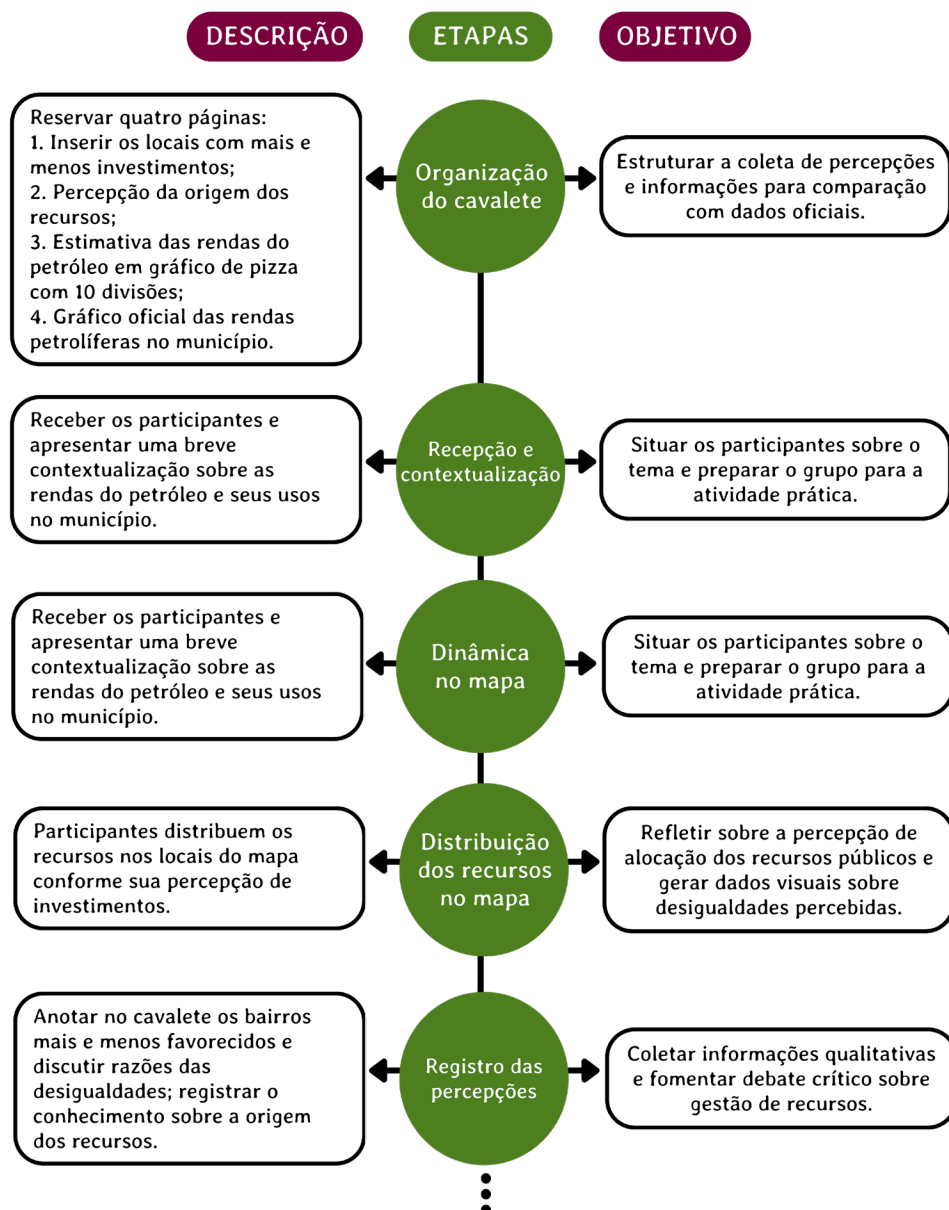
Imagem 1. Aplicação da metodologia “Bolão/Bexigão do Cifrão” no município de Niterói (RJ).

O mediador verifica se os participantes têm conhecimento de que parte dos recursos vem das rendas petrolíferas e a porcentagem correspondente no orçamento municipal. Uma estimativa consensual do grupo é registrada. Caso não haja consenso, é possível utilizar uma média dos valores apresentados.

Esse valor é representado graficamente no círculo já desenhado no cavalete. Em seguida, apresenta-se o percentual real, com a fonte de dados oficial, permitindo a comparação entre percepção e realidade. O facilitador pode provocar o grupo com perguntas adicionais, por exemplo: alguém sabe por que o município recebe rendas do petróleo? Até quando o município continuará recebendo estes recursos?

Na etapa final, os participantes são convidados a redistribuir os cifrões da forma que consideram mais justa, buscando um consenso coletivo. O facilitador pode novamente fotografar o mapa, utilizando essas imagens para fins de comparação e análises.

ORGANIZAÇÃO E APLICAÇÃO



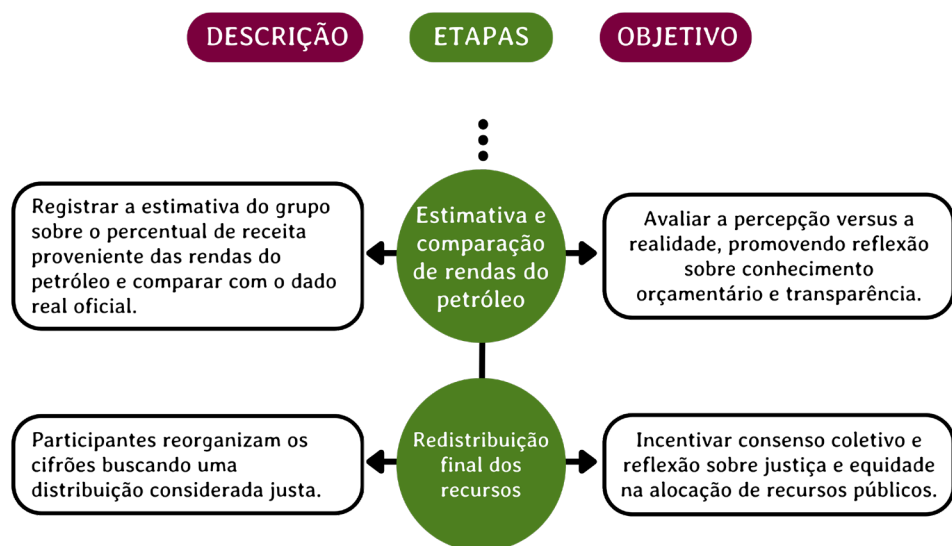


Figura 1. Resumo da metodologia “Bolão/Bexigão do Cifrão”.

O próximo tópico deste capítulo traz uma síntese das experiências desenvolvidas no âmbito do PEA Rendas, construída a partir do olhar crítico e dos relatórios produzidos pelas equipes municipais.

RELATO DAS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NOS TERRITÓRIOS

O “Bolão/Bexigão do Cifrão” foi replicado cerca de 62 vezes ao longo do Projeto, em diferentes contextos. Embora tenha apresentado elementos comuns nos municípios, também incluiu particularidades que variaram de acordo com o perfil dos participantes, as realidades territoriais e a mediação pedagógica.

Nos EmTendas, a metodologia foi aplicada com públicos variados: adultos, jovens, alunos de colégios, membros de associações de bairros ou de classe, além de grupos heterogêneos em idade, ocupação e local de moradia. Posteriormente, a dinâmica continuou sendo utilizada em diferentes ocasiões, como Rodas de Diálogo, EmTendinhas, Reuniões Mensais dos Elos e ações de mobilização, junto a esses públicos diversos.

Na primeira etapa da atividade, ao convidar os participantes para

observarem o mapa da cidade, reconhecendo bairros e características físicas, como lagunas e praias, a reação do público foi frequentemente de surpresa em relação ao tamanho do município, percebido como maior ou menor do que imaginavam. Além disso, foi possível observar o reconhecimento da percepção ou não da existência de comunidades isoladas e comunidades tradicionais. Esse contato inicial funcionou como um convite à exploração coletiva do território.



Imagem 2. Exploração coletiva do território de Caraguatatuba (SP) durante a aplicação da metodologia “Bô-lão/Bexigão do Cifrão”.

A materialização do orçamento por meio das balas ou moedas despertou reflexões sobre as desigualdades territoriais. Em praticamente todas as localidades e contextos, apareceram alguns padrões, por exemplo, a percepção de que os recursos se concentravam nos bairros centrais e turísticos.

Em algumas interações, uma parte dos participantes considerou que em áreas pouco ocupadas e com vegetação abundante não haveria necessidade do uso de recursos, tendo em vista que eram áreas que “não tinham nada”, o que foi contra-argumentado por outra perspectiva que valorizava a preservação ambiental como política pública.

A indignação diante da precariedade de serviços em áreas periféricas foi recorrente, revelando a compreensão coletiva da necessidade

de uma distribuição mais equilibrada dos recursos municipais, embora reconhecessem a importância de se manterem os investimentos na área central para o bom funcionamento de órgãos e estruturas públicas.

Em alguns relatos, foi possível observar que, quando os participantes eram informados sobre o montante das rendas petrolíferas que compõem o orçamento municipal, gerava-se grande impacto. Muitas falas revelaram desconhecimento sobre a origem e a dimensão desses recursos, acompanhadas de interesse e engajamento para aprender mais, bem como de dúvidas sobre a sustentabilidade futura das políticas públicas dependentes do petróleo e os riscos de colapso quando os recursos se esgotarem.

Em muitos momentos emergiram críticas à falta de transparência na gestão e à ausência de políticas estruturais capazes de reduzir desigualdades históricas. Em alguns casos, a revelação da forte dependência orçamentária em relação aos *royalties* e participações especiais despertou indignação e comparações entre o volume de recursos e a precariedade vivida nos bairros.

As falas registradas durante as atividades foram expressivas, de revolta e desconfiança em relação à gestão pública, como por exemplo: “O bairro *x* não tem nada!” ou “O bairro *y* é muito ruim, não tem asfalto e é muito perigoso à noite!”, ou ainda perguntas como “Por que a saúde do postinho está horrível no meu bairro?”.

Quando os participantes eram estimulados a efetivamente repensar a distribuição orçamentária, embora a tendência fosse a divisão igualitária, houve ocasiões em que os participantes optaram por não alocar recursos em bairros que entendiam já receber muitos investimentos, sendo priorizadas áreas periféricas e vulnerabilizadas, destacando-se a necessidade de maiores investimentos em serviços básicos, como saneamento, transporte, mobilidade urbana, saúde e educação. Também houve experiências em que as distribuições foram fortemente influenciadas pela área em que os participantes residiam, o que gerou discussões relevantes sobre a necessidade de maior investimento em outros bairros do município e os melhores critérios para a distribuição. Esses comportamentos abriram espaço para se discutir a importância de se manterem serviços essenciais

nas localidades em que o grupo não indicava previsão orçamentária e até mesmo em áreas mais favorecidas, caso contrário poderia comprometer a qualidade de vida dos cidadãos.



Imagem 3. Distribuição dos recursos no mapa do município de Niterói (RJ) durante a aplicação da metodologia “Bolão/Bexigão do Cifrão”.

Outro resultado recorrente foi a constatação de que problemas existentes em determinados bairros também estavam presentes em outras regiões do município, revelando padrões de desigualdade. Experiências de atividades realizadas com grupos compostos por moradores de diferentes regiões mostraram-se ainda mais enriquecedoras, pois cada pessoa compartilhou conhecimentos práticos sobre seu território. Assim, a metodologia permitiu a atualização de saberes sobre bairros pouco conhecidos ou recém-formados.

Embora alguns participantes tenham se mostrado mais tímidos, atuando sobretudo como ouvintes, e outros tenham demonstrado certo desinteresse, o que é compreensível, dado que os temas de economia,

território e política nem sempre despertam atenção imediata, a recepção geral foi positiva. A maioria se mostrou instigada a expor seus pontos de vista e se surpreendeu com a potência da dinâmica, que transformou um tema complexo em uma experiência lúdica, crítica e mobilizadora.

Em todos os municípios de abrangência do Projeto, a atividade também abriu espaço para reflexões sobre temas além da distribuição orçamentária, como a importância de se ocuparem conselhos e audiências públicas, a valorização de coletivos, a criação de projetos culturais e esportivos e a necessidade de alternativas que fortalecessem a cidadania.

Esse exercício de troca não apenas ampliava o repertório dos grupos, mas também possibilitava que os educadores entendessem melhor os desafios enfrentados por diferentes grupos sociais no acesso a políticas públicas, compondo diagnósticos significativos para cada município.

Ao longo do Projeto, com o Elo já instituído e tendo passado por formações específicas sobre orçamento público, algumas modificações foram incorporadas ao “Bolão/Bexigão do Cifrão”.

Em uma das experiências em Niterói, durante os EmTendinhas, a atividade foi aplicada com um grupo mais homogêneo, composto por pescadores artesanais, moradores do mesmo bairro. Como eles viviam uma realidade semelhante, já que tinham a mesma profissão e eram vizinhos, a dinâmica foi ajustada para estimular reflexões sobre a relação entre o planejamento orçamentário e as políticas públicas que afetavam diretamente seu território.

Após refletirem sobre a dinâmica de distribuição das balas sobre o mapa e relatarem suas experiências com serviços públicos municipais, como escola, posto de saúde, transporte e a moeda social, a equipe de educadores apresentou cartazes com dados da Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente, destacando previsões de obras e de financiamento para a região.

Também foram apresentadas informações sobre editais de fomento da prefeitura e o exemplo de um outro grupo de pescadores do bairro vizinho que acessou esses recursos para melhorar suas condições de trabalho. Este exemplo foi utilizado para destacar a importância de partici-

par da construção das políticas públicas e do orçamento municipal.

Neste mesmo município, em um momento posterior, na Reunião Mensal do Elo, a dinâmica foi adaptada para apoiar a discussão sobre a saúde pública, que foi tema do diagnóstico municipal. O mapa foi utilizado para pensar e ilustrar como as rendas petrolíferas eram distribuídas entre os diferentes bairros, tendo como foco os aparelhos públicos de saúde, tanto no que tange à disposição das Unidades Básicas de Saúde (UBS), clínicas da família e policlínicas, quanto para insumos disponíveis nesses aparelhos.

Para isso, as educadoras elaboraram algumas perguntas norteadoras, investigando quais eram os aparelhos de saúde existentes em cada bairro, quais valores os participantes acreditavam que o município recebia de *royalties* diretamente para a saúde, quais bairros deveriam receber mais investimentos e por quais motivos, se o valor recebido se refletia na realidade local e se os atendimentos variavam de bairro para bairro, bem como as razões dessas diferenças.

Por fim, outra experiência de adaptação durante os EmTendinhas foi no município de Caraguatatuba, onde a dinâmica foi muito utilizada em escolas. Durante a redistribuição das balas no mapa, os alunos foram estimulados a elencar políticas públicas prioritárias que necessitavam de maior investimento, criando um *ranking* das cinco prioridades, baseando-se nos problemas evidenciados na etapa inicial de distribuição das balas conforme suas percepções de investimentos. Dentre elas, ressaltaram-se as políticas de saúde, educação, cultura, esporte, meio ambiente e segurança.

ANÁLISE CRÍTICA DA METODOLOGIA

A aplicação do “Bolão/Bexigão do Cifrão” desempenhou um papel estratégico ao promover o reconhecimento do território, o fortalecimento do senso de pertencimento comunitário e a ampliação da compreensão crítica sobre como os recursos municipais poderiam ser aplicados. Ao envolver os participantes na simulação da distribuição orçamentária, a atividade estimulou reflexões sobre as desigualdades, prioridades locais,

desafios e possibilidades de transformações socioambientais. Nesse processo, evidenciou-se a relação direta entre a realidade socioeconômica e a gestão dos recursos públicos municipais, mostrando que a aplicação do orçamento não é apenas técnica, mas política e social (HEYNEN et al., 2006).

A reflexão sobre as rendas petrolíferas evidenciou que a forma como os municípios destinam esses recursos pode tanto reduzir quanto aprofundar desigualdades. Como apontam Gomes e Santos (2024), é fundamental que a distribuição seja orientada por necessidades específicas de cada território, sob pena de reforçar padrões históricos de concentração de investimentos.

Nessa perspectiva, a metodologia possibilitou que os cidadãos discutissem como os fatores econômicos, sociais e históricos moldam as oportunidades e dificuldades em cada bairro, tornando-se mais conscientes de sua própria realidade e da complexidade do município como um todo.

Apesar dos resultados positivos, a prática também revelou desafios importantes. Um deles foi a dependência de uma mediação qualificada para evitar interpretações superficiais. Em algumas situações, os participantes reforçaram visões estigmatizadas, como associar a oferta de serviços apenas a bairros ricos ou defender uma distribuição igualitária dos recursos sem aprofundar o debate sobre desigualdades estruturais.

Houve ainda episódios inesperados, como o consumo das balas distribuídas, que foi ressignificado pelos educadores e interpretado metaforicamente como corrupção e má gestão.

Outro aspecto observado foi a variação no tempo de duração da atividade conforme o nível de engajamento dos grupos. Quando o grupo interagiu menos, o tempo de realização se reduzia. Nessas ocasiões, os educadores assumiam o papel de aproveitar o silêncio para trazer falas relevantes, direcionando o debate orçamentário ao contexto municipal por meio de experiências próprias ou de temas presentes na mídia, o que estimulou a participação e interação do público.

A condução de grupos grandes, com mais de 20 pessoas, também

representou um desafio, já que nem todos conseguiram se posicionar sobre o mapa, o que acabou gerando dispersão ou desinteresse em parte dos participantes. Verificou-se que o ideal é trabalhar esta dinâmica com todos os participantes em torno do mapa, o que, no caso dos mapas grandes elaborados para o Rendas, perfaz em torno de 20 pessoas. De modo semelhante, em grupos com pessoas mais jovens, em especial abaixo de 14 anos, verificou-se que o engajamento foi menor, já que nem sempre tinham referências ou experiências que facilitassem a participação nos debates. Nessas situações, foi necessário adaptar a linguagem e os exemplos para a realidade dos jovens, criando-se alternativas que despertassem interesse e favorecessem a contribuição.

Para contornar essas dificuldades, as equipes adotaram três estratégias principais. A primeira foi evidenciar como o orçamento municipal impactava diretamente o dia a dia dos cidadãos, tornando o debate mais próximo e significativo. A segunda foi organizar as conversas em roda, o que incentivou a escuta ativa e estimulou maior atenção e participação de todos. A terceira consistiu em dividir os grupos grandes em subgrupos menores, conduzidos por mais mediadores, garantindo maior envolvimento de todos. Tais ajustes reforçaram a flexibilidade da metodologia e sua capacidade de se adaptar a diferentes perfis e contextos.

Além dos desafios, a metodologia demonstrou capacidade de provocar transformações concretas na percepção dos participantes sobre seus direitos e sobre o funcionamento da máquina pública.

Em um dos municípios, por exemplo, moradores de uma região, que buscavam serviços públicos em cidades vizinhas devido à maior proximidade geográfica se comparado ao centro do município onde vivem, passaram a compreender que tinham direito ao atendimento em seu próprio território. Após a criação do Elo neste mesmo município, os debates sobre transporte público se tornaram uma bandeira importante nas discussões sobre a qualidade de vida na localidade.

Em outros contextos, os participantes identificaram direitos já conquistados e reconheceram que as dificuldades enfrentadas em seus bairros não eram isoladas, mas compartilhadas com outros pontos das cidades, o que os inspirou a buscar soluções coletivas.

Em síntese, a potência da metodologia está na sua combinação entre ludicidade, criticidade e aplicabilidade. O exercício revelou-se eficaz não apenas para despertar reflexões imediatas, mas também para desencadear processos de engajamento político e fortalecimento comunitário.

Ao mesmo tempo, os desafios observados, sobretudo relacionados à mediação pedagógica e à adequação a diferentes perfis etários e tamanhos de grupos, indicam que sua efetividade depende diretamente da qualidade da facilitação e da capacidade de adaptação às realidades locais.

POTENCIAL DE REPLICAÇÃO E ADAPTAÇÃO

A experiência demonstrou que o “Bolão/Bexigão do Cifrão” possui alto potencial de replicação, desde que haja sensibilidade para ajustar a metodologia às condições materiais disponíveis e ao perfil dos grupos envolvidos. Em contextos nos quais não é possível imprimir um mapa em grande dimensão, por exemplo, ele pode ser reproduzido manualmente em papel pardo ou cartolina. De modo semelhante, as balas ou moedas podem ser substituídas por feijões, tampinhas de garrafas ou notas sem valor monetário. O importante é preservar a ideia central de que esses objetos representam os recursos orçamentários do município.

Também é possível flexibilizar os instrumentos de apoio. Na ausência do gráfico de pizza, pode-se utilizar um cartaz contendo os valores atualizados das rendas petrolíferas municipais, referenciadas no Portal de Dados Abertos da ANP, que é atualizado constantemente quanto ao pagamento de *royalties* e participações especiais.

Ao longo do Projeto, a equipe validou diferentes formas de adaptação da metodologia, que se mostrou resiliente diante de contextos diversos. Uma das principais lições aprendidas é a necessidade de cultivar a flexibilidade pedagógica: adaptar linguagem, recursos e tempo de execução de acordo com o público, seu grau de familiaridade com o tema e se já teve contato prévio com a dinâmica. Em alguns casos, tornou-se estratégico planejar etapas complementares ou versões simplificadas, de modo a manter o interesse e a participação ativa.

A mediação também se mostrou decisiva para o êxito da atividade. Conduzir a dinâmica requer não apenas clareza na explicação das etapas, mas capacidade de escuta atenta, valorizando a contribuição de todos os participantes. O conhecimento prévio sobre o território pode ser um diferencial, pois possibilita estabelecer diálogos mais próximos das vivências locais. Outro cuidado importante é garantir a organização das falas de forma equilibrada, evitando que apenas algumas vozes predominem, o que assegura o caráter inclusivo e democrático do exercício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência com o “Bolão/Bexigão do Cifrão” mostrou que é possível compreender o papel e a distribuição do orçamento público e das rendas do petróleo de forma descontraída, acessível e participativa. Ao usar mapas e objetos simbólicos, os participantes puderam refletir sobre a realidade do seu município, reconhecer desigualdades e pensar em formas mais justas de distribuir os recursos. A atividade fortaleceu o senso de pertencimento, despertou o interesse por uma política local e incentivou a participação cidadã. As inúmeras trocas presenciadas aprimoraram o conhecimento do público sobre o seu território e a realidade orçamentária do município.

O uso da metodologia deixou um legado de escuta e valorização, incentivando a ação coletiva nos territórios. Essa atividade pode ser usada como ferramenta de diagnóstico participativo, por parte da administração pública e conselhos comunitários, para valorizar a importância da participação e do saber popular no planejamento orçamentário, como instrumento para se obter justiça social.

Para além do poder público, também pode ser utilizada por organizações não governamentais e escolas, para transpor pedagogicamente o significado e a importância de se aprender sobre políticas públicas e orçamento público.

Dessa forma, o “Bolão/Bexigão do Cifrão” se consolidou como uma ferramenta pedagógica capaz de aproximar temas complexos da vivência cotidiana das pessoas de forma leve. Sua abordagem lúdica permi-

tiu que participantes de diferentes idades, formações e territórios se reconhecessem nos processos sociais, econômicos e políticos que estruturam suas comunidades. Assim, a atividade contribuiu para o fortalecimento do pensamento crítico e para uma incidência política mais consciente e qualificada.

Essa metodologia ajudou a fortalecer o sentimento de pertencimento, ao possibilitar que os cidadãos se sentissem parte ativa da construção de soluções e da tomada de decisões coletivas. Ao perceberem que suas vozes e percepções foram valorizadas, os participantes passaram a enxergar a cidade não apenas como um espaço físico, mas como um território vivo, marcado por relações, desafios e oportunidades que lhes dizem respeito diretamente.

Dessa forma, a dinâmica ultrapassou o caráter simbólico da distribuição do orçamento, tornando-se uma ferramenta de educação cidadã, fortalecimento comunitário e formação de consciência crítica sobre políticas públicas, desigualdades locais e o papel do cidadão no desenvolvimento sustentável do município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. Portal de Dados Abertos. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/organizacoes/visualizar/agencia-nacional-do-petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis-anp>. Acesso em: 21 set. 2025.

ACSELRAD, Henri (org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relumé Dumará; Fund. Heinrich Böll, 2004.

COLUSSI, C. F.; PEREIRA, K. G. Territorialização como instrumento do planejamento local na Atenção Básica. In: Série Formação para Atenção Básica. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2016.

GOMES, Leonardo Santos; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimen-

to econômico de Caraguatatuba: o efeito do recebimento de royalties na educação entre os anos 2000 e 2023. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO, 13., 2024, Taubaté. Anais... Taubaté: CEN – UNITAU, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xiiicicted24/958288-desenvolvimento-economico-de-caraguatatuba--o-efeito-do-recebimento-de-royalties-na-educacao-entre-os-anos-2000-e/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

HEYNEN, Nik; KAIKA, Maria; SWYNGEDOUW, E. Urban Political Ecology and the Politics of Urban Metabolism. In: HEYNEN, Nik; KAIKA, Maria; SWYNGEDOUW, E. In The Nature of Cities. Routledge, 2006.

PEA RENDAS DO PETRÓLEO. Relatórios de atividades do Projeto de Educação Ambiental Rendas do Petróleo. [Não publicado]. Rio de Janeiro; São Paulo, [s.d.]. Relatório interno.

PETROBRAS; SOMA. Relatório final do diagnóstico participativo do PEA-BC – Referente ao Plano de Trabalho para continuidade do Diagnóstico Participativo da Bacia de Campos – PEA-BC. [Rio de Janeiro]: Petrobras, 2014.

QUINTAS, José Silva. Introdução à Gestão Ambiental Pública. Brasília: IBAMA, 2006.

Capítulo 5

METODOLOGIA “PREFEITO POR UM DIA: DESAFIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL” COMO FERRAMENTA DE FORMAÇÃO CIDADÃ

Angélica Oliveira da Costa
Amanda Lamara Demetrio
João Baccarin Xisto Paes
Emanuelle Spironello
Renato Costa



A metodologia intitulada “Prefeito por um dia: desafio do orçamento municipal” foi desenvolvida por um grupo de especialistas em administração pública no âmbito das Oficinas Ampliadas do PEA Rendas do Petróleo. Sua criação se deu pela conjunção de dois fatores: de um lado, o interesse manifestado dos sujeitos da ação educativa em compreender, na prática, o funcionamento do orçamento municipal; de outro, a necessidade de se aprofundar esse tema, central para o controle social e para o acompanhamento das políticas públicas, dada sua importância e complexidade.

O objetivo principal da metodologia é proporcionar uma vivência simulada que permita aos participantes compreenderem a definição de prioridades e a alocação de recursos no orçamento público. Ao longo de sua aplicação, a prática revelou-se também como uma ferramenta de promoção da cooperação, do estímulo à negociação coletiva e à ampliação da percepção crítica sobre os limites e potencialidades do planejamento público municipal.

A atividade incentiva a análise sistêmica das relações entre orçamento, território e sustentabilidade, promovendo uma reflexão sobre justiça social, equidade e corresponsabilidade coletiva, refletindo-se sobre os princípios da Educação Ambiental Crítica. Ao simular o papel de gestores municipais, os participantes exercitam a compreensão sobre as decisões orçamentárias, reconhecendo que estas não partem da neutralidade, mas carregam implicações sociais e ambientais que afetam diretamente a vida comunitária. Assim, a metodologia incorpora práticas educativas voltadas à formação crítica e emancipatória, coerentes com a perspectiva freiriana de participação transformadora.

A atividade fundamenta-se em autores e práticas da administração pública que discutem a importância da participação social no planejamento governamental (BRESSER-PEREIRA, 2003; SOUZA, 2006), bem como em metodologias participativas que articulam a educação política e a cidadania ativa. Nesse processo de criação, também se inspirou e foi adaptada de iniciativas anteriores de jogos de simulação orçamentária, como a publicação “Prefeito por um dia: o jogo do orçamento”, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas em parceria

com o Ministério Público de Goiás (2013), que apresenta um guia metodológico voltado para aproximar jovens da gestão pública e estimular a compreensão do papel do prefeito e da administração municipal; e o jogo “Cidade em Jogo”, desenvolvido pela Fundação Brava e pelo *Brazil Institute do Woodrow Wilson Center* (2017), que utiliza uma plataforma *online* interativa para colocar os usuários na posição de prefeitos, desafiando-os a tomarem decisões sobre políticas públicas e a lidar com imprevistos, com foco na cidadania, na educação política e na gestão municipal.

Além disso, a metodologia estrutura-se em marcos legais centrais da realidade brasileira, ancorando suas regras na Constituição Federal (BRASIL, 1988), que estabelece percentuais mínimos de aplicação de recursos em áreas sensíveis como saúde e educação, e na Lei n.º 12.858/2013 (BRASIL, 2013), que vincula as receitas oriundas de contratos de exploração de petróleo firmados a partir de dezembro de 2012 ao financiamento dessas mesmas políticas sociais. Essa base normativa confere legitimidade ao exercício e reforça a conexão entre a prática pedagógica e os dispositivos de planejamento e controle social já previstos no ordenamento jurídico nacional.

Paralelamente, a proposta incorpora elementos territoriais que influenciam diretamente a dinâmica municipal, como os indicadores socioeconômicos, as demandas sociais específicas, os efeitos da exploração de recursos naturais sobre as comunidades locais e, sobretudo, a ausência histórica de canais institucionais consistentes de diálogo entre poder público e sociedade civil. Nesse contexto, ela se revela especialmente pertinente, pois, ao simular variações na receita pública, como o ingresso de *royalties*, as repercussões de crises econômicas ou a ocorrência de desastres naturais, desafia os participantes a lidar com dilemas próprios da gestão pública, evidenciando o peso de decisões estratégicas e éticas na garantia de direitos e na sustentabilidade do desenvolvimento local.

A experiência lúdica tem como propósito central empoderar os participantes, ampliando sua capacidade de compreender e interpretar os instrumentos de gestão pública, como a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA) e, assim, posicioná-los como sujeitos mais ativos, críticos e propositivos na

defesa de seus territórios. Ao simular o papel de gestores municipais, os participantes puderam exercitar a tomada de decisões estratégicas, éticas e distributivas.

ORGANIZAÇÃO E APLICAÇÃO DA METODOLOGIA

A metodologia foi concebida para ser acessível, dinâmica e replicável, utilizando-se materiais simples e de fácil obtenção, como cartolinas, folhas com indicadores socioeconômicos municipais, canetinhas, fita adesiva e moedas simbólicas ou balas de duas cores, uma representando os recursos gerais, e outra os provenientes dos *royalties* do petróleo. Essa escolha de materiais não foi meramente operacional, mas pedagógica, pois confere concretude a conceitos abstratos da gestão pública, aproximando-os da realidade dos participantes.

A atividade tem duração estimada entre duas e três horas, podendo ser ajustada conforme o número de participantes, o tempo disponível e o nível de aprofundamento desejado. Estruturada em cinco etapas sequenciais, simula situações típicas enfrentadas por gestores públicos ao longo de um ano fiscal.

Para que a atividade aconteça de forma dinâmica, participativa e organizada, sugere-se que sejam formados grupos compostos por quatro a seis pessoas, porque esse número favorece a participação equilibrada e o diálogo dentro de cada grupo. Além disso, é adequado que sejam feitos de quatro a seis grupos, totalizando aproximadamente 20 a 30 participantes. Esse tamanho auxilia na condução das rodadas do jogo com fluidez e para que a negociação final seja produtiva e participativa.

Para a equipe de mediação, propõe-se a seguinte estrutura: um facilitador para conduzir a atividade; um ou dois auxiliares para acompanhar os grupos, esclarecer dúvidas e controlar o tempo, e uma pessoa de apoio para registrar falas e decisões.

Para dar início ao jogo, cada grupo recebe inicialmente uma folha com indicadores socioeconômicos do município, contendo informações sobre população, demandas sociais e infraestrutura, de modo a fundamentar as decisões orçamentárias em diagnósticos territorializados. Além

disso, recebe uma cartolina, que funciona como um tabuleiro, representando 12 áreas de atuação do poder público municipal: saúde, educação, transporte, cultura, segurança, meio ambiente, habitação, coleta de lixo, saneamento básico, infraestrutura, esporte e educação profissional.



Imagem 1. Aplicação do jogo “Prefeito por um dia: o desafio do orçamento municipal” no município de Iguape (SP).

Na primeira etapa, correspondente ao mês de janeiro, os grupos são convidados a elaborar o orçamento inicial do município com base em uma receita estimada de 100 moedas. A tarefa exige a distribuição dos recursos entre as 12 áreas setoriais, observando-se os percentuais constitucionais obrigatórios de investimento de 25% para educação e 15% para saúde. Esse momento tem como objetivo introduzir os participantes ao funcionamento da LOA, estimulando-os a compreender os limites legais e a importância das escolhas distributivas.

A segunda etapa, correspondente ao mês de abril, simula a formulação da LDO. Nela, os grupos recebem uma receita adicional de 32 moedas, correspondente ao recebimento dos *royalties* do petróleo, cuja destinação é vinculada pela Lei n.º 12.858/13 (BRASIL, 2013), a qual determina que 75% sejam destinados para educação e 25% para saúde. Essa etapa estimula a reflexão sobre os impactos que o ingresso de receitas extraordinárias pode gerar, incluindo crescimento populacional, maior pressão sobre os serviços públicos e potenciais externalidades ambientais, permitindo a problematização da lógica de dependência das rendas petrolíferas.

A terceira etapa, correspondente ao mês de maio, introduz a experiência de uma crise econômica que reduz a receita geral para 112 moedas. Na ocasião, os grupos devem então retirar 20 moedas da previsão inicial de *royalties* e readequar os investimentos em educação e saúde conforme os limites constitucionais. Esse exercício reforça o aprendizado sobre a necessidade de flexibilidade, prudência e responsabilidade na gestão orçamentária diante de cenários imprevistos.

Na quarta etapa, correspondente ao mês de julho, um desastre natural fictício, como enchentes ou fortes chuvas, compromete vias e equipamentos públicos. Os grupos devem realocar 15 moedas para infraestrutura rodoviária e portuária, utilizando exclusivamente os recursos ordinários, sem comprometer as vinculações obrigatórias da educação e saúde. Esse momento desafia os participantes a lidar com a emergência, priorizando o atendimento a necessidades urgentes sem perder de vista as exigências legais.

Ainda em julho, na quinta e última etapa, os grupos são convidados a negociar coletivamente uma proposta única de orçamento municipal, válida até o final do ano. Essa etapa, embora simulada em um ciclo anual, conecta-se conceitualmente ao PPA, ao exigir que os participantes formulem decisões de caráter estratégico, estruturante e com perspectiva de sustentabilidade. A prática fortalece competências de escuta ativa, negociação e construção coletiva, permitindo a emergência de consensos e a identificação de prioridades compartilhadas.

Ao término da atividade, cada grupo apresenta seu orçamento fi-

nal e recebe uma avaliação crítica dos facilitadores. Nesse espaço de devolutiva, discute-se não apenas a alocação de recursos, mas também os efeitos projetados nas áreas prioritárias, os impactos sobre indicadores de qualidade de vida, a satisfação da população simulada e a sustentabilidade fiscal das escolhas. Esse momento constitui a síntese reflexiva da dinâmica, consolidando os aprendizados de forma crítica e participativa.

O público-alvo contempla cidadãos de diferentes faixas etárias, com ênfase em jovens e adultos interessados em compreender os mecanismos da administração pública e fortalecer sua capacidade de atuação cidadã.

Etapa	Momento do ciclo fiscal	Receita disponível	Situação simulada	Objetivo pedagógico principal
1ª (janeiro)	LOA Início do ano orçamentário	100 moedas	Elaboração do orçamento inicial, com 12 áreas setoriais.	Compreender a LOA, aplicar percentuais constitucionais e introduzir noções de alocação de recursos.
2ª (abril)	LDO Definição de metas e prioridades	Acréscimo de 32 moedas (<i>royalties</i>)	Entrada de receitas vinculadas pela Lei n.º 12.858/13.	Refletir sobre receitas extraordinárias, vinculação legal e impactos socioambientais.
3ª (maio)	Ajuste fiscal em cenário de crise	Redução para 112 moedas	Crise econômica reduz receita de <i>royalties</i> .	Exercitar flexibilidade, responsabilidade fiscal e priorização, diante de imprevistos.
4ª (julho)	Gestão de emergências	Redução de 15 moedas (infraestrutura)	Desastre natural danifica equipamentos públicos.	Refletir sobre emergências, readequação orçamentária e limites legais de vinculação.

Etapa	Momento do ciclo fiscal	Receita disponível	Situação simulada	Objetivo pedagógico principal
5ª (julho - fim do ciclo)	Negociação coletiva	Receita ajustada final	Construção de um único orçamento municipal.	Desenvolver competências de negociação, construção coletiva e visão estratégica associada ao PPA.

Tabela 1. Resumo da metodologia “Prefeito por um dia: O desafio do orçamento municipal”.

O próximo tópico deste capítulo apresenta uma síntese das experiências desenvolvidas no âmbito do PEA Rendas, elaborada a partir dos relatórios produzidos pelas equipes municipais.

RELATO DAS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NOS TERRITÓRIOS

Durante a aplicação da metodologia, emergiram efeitos enriquecedores que evidenciam seu potencial formativo para a promoção de uma educação política e ambiental crítica nos territórios. Ao ser vivenciada em municípios com perfis socioeconômicos distintos, a experiência permitiu identificar tanto convergências quanto singularidades nas práticas, nas reações dos participantes e nas formas de conexão com a realidade local. Esse caráter plural mostrou-se essencial para ressignificar a metodologia em cada contexto, reafirmando que o orçamento público deve refletir as necessidades, os interesses e as aspirações da população local.

De modo recorrente, saúde e educação foram priorizadas pelos participantes como áreas centrais de investimento, enquanto setores como cultura, esporte e turismo apareceram como suscetíveis a cortes em cenários de restrição orçamentária. Tal movimento não apenas confirmou a força normativa dos mínimos constitucionais, mas também revelou a percepção social de que setores ligados à infraestrutura e aos serviços essenciais devem ser preservados.

Em municípios como Maricá, Guapimirim e Ilhabela, a elevada participação dos *royalties* do petróleo no orçamento gerou intensos deba-

tes sobre planejamento estratégico, transparência fiscal e sustentabilidade a longo prazo, trazendo à tona preocupações sobre a dependência de uma única fonte de receita.

Os relatórios das equipes municipais ilustraram como cada território reinterpreta a proposta segundo suas próprias dinâmicas. Em Caraguatatuba, observou-se uma forte correlação com o Plano Diretor, que na época estava em processo de revisão. Em Ilhabela e Ilha Comprida, a reflexão evidenciou preocupações com a transparência e o equilíbrio fiscal, e os participantes expressaram críticas à dificuldade de acesso e compreensão dos dados públicos. Em Niterói, os participantes direcionaram as críticas à gestão de resíduos e refletiram sobre processos de privatização e a importância do orçamento participativo. Em Guapimirim, o debate foi marcado pela busca de alternativas sustentáveis para o período pós-petróleo e pela ênfase nos direitos humanos. Em Maricá, destacou-se a vulnerabilidade de uma economia excessivamente dependente das rendas petrolíferas e a necessidade de diversificação produtiva. Por fim, em Iguape, Cananéia e Paraty, a dinâmica foi relacionada às dificuldades do cotidiano, destacando-se a centralidade da saúde, da educação e da boa gestão dos recursos.

As reações dos grupos foram intensas e engajadas, sobretudo nas etapas que simulavam crises econômicas, desastres naturais e variações na entrada de *royalties*. Nessas situações, os participantes demonstraram clara identificação com os dilemas enfrentados pelas gestões locais, refletindo criticamente sobre a escassez de recursos, os impactos das decisões orçamentárias e a urgência do planejamento estratégico. Em Guapimirim, por exemplo, a surpresa diante das vinculações legais dos *royalties* e a frustração em relação à forma como a população percebe a aplicação desses recursos nas áreas da saúde e educação traduziram-se em discussões sobre alternativas de financiamento e sustentabilidade para o futuro.

A diversidade do público participante, composta por jovens estudantes, lideranças comunitárias, representantes de organizações da sociedade civil, professores, artesãos, conselheiros municipais e povos e comunidades tradicionais (particularmente em Iguape, Cananéia e Paraty), contribuiu para a riqueza dos debates. Essa heterogeneidade, no entanto,

exigiu maior sensibilidade pedagógica para garantir acessibilidade dos conteúdos e inclusão efetiva, sobretudo diante do uso de cálculos percentuais e operações matemáticas básicas, que podem gerar resistência ou insegurança em alguns grupos.

Além da dimensão reflexiva, a metodologia produziu encaminhamentos concretos. Em diferentes municípios, participantes manifestaram interesse em acompanhar de forma mais ativa as ações do Projeto e em integrar os Elos municipais, que na época ainda não estavam constituídos, o que confirma o potencial mobilizador da proposta. Relatórios também apontaram que a dinâmica contribuiu para fixar conceitos fundamentais sobre orçamento público, vinculações legais e gestão fiscal, fortalecendo a compreensão do orçamento como ferramenta de cidadania e de controle social.

Município	Tema central dos debates	Focos de reflexão principais	Aprendizados destacados
Cananéia	Serviços essenciais (saúde e educação).	Relação entre orçamento e carências locais; participação social.	Valorização do orçamento como instrumento de garantia de direitos fundamentais.
Iguape	Saúde, educação e cotidiano comunitário.	Conexão entre orçamento e serviços básicos.	Importância da boa gestão de recursos como eixo estruturante da qualidade de vida.
Ilha Comprida	Sustentabilidade financeira.	Equilíbrio entre receitas ordinárias e extraordinárias; pressão sobre serviços públicos.	Percepção da vulnerabilidade de municípios com baixa arrecadação própria.

Município	Tema central dos debates	Focos de reflexão principais	Aprendizados destacados
Ilhabela	Transparência e equilíbrio fiscal.	Gestão responsável dos <i>royalties</i> ; riscos de dependência econômica.	Importância da transparência na aplicação dos recursos e da sustentabilidade fiscal.
Caraguatatuba	Revisão do Plano Diretor.	Relação entre orçamento público e planejamento urbano; integração entre instrumentos legais.	Necessidade de alinhar orçamento municipal às diretrizes do Plano Diretor em revisão.
Paraty	Educação como base das políticas públicas.	Baixo investimento orçamentário na educação como raiz dos problemas públicos.	Necessidade de linguagem acessível para participação comunitária no orçamento público.
Niterói	Gestão de resíduos e orçamento participativo.	Impactos das privatizações; necessidade de participação social na alocação de recursos.	Reforço da centralidade do orçamento participativo para transparência e legitimidade.
Guapimirim	Futuro pós-petróleo e direitos humanos.	Alternativas sustentáveis de financiamento público.	Reflexão sobre a urgência de diversificar fontes de receita e adotar visão de direitos.

Maricá	Dependência dos <i>royalties</i> e diversificação.	Riscos da concentração de receitas em uma única fonte; planejamento de longo prazo.	Necessidade de reduzir a dependência do petróleo e promover desenvolvimento diversificado.
--------	--	---	--

Tabela 2. Comparativo das reflexões e aprendizados municipais dos participantes da Oficina Ampliada sobre Orçamento Público, onde o jogo “Prefeito por um dia: o desafio do orçamento municipal” foi aplicado.

Após a composição dos Elos municipais do PEA Rendas, durante a sétima reunião mensal, a equipe de Caraguatatuba, inspirada na metodologia “Prefeito por um dia: o desafio do orçamento municipal”, propôs uma versão adaptada que, embora preservasse os objetivos centrais da proposta original, passou a enfatizar questões específicas do território.

Os cenários fictícios de crise econômica, incremento orçamentário e desastres naturais foram substituídos por situações reais, extraídas de reportagens locais e dados atualizados sobre investimentos em saúde, educação, turismo, habitação e obras públicas. Essas informações foram organizadas em cartas distribuídas ao longo do jogo, tornando a simulação mais concreta, contextualizada e diretamente conectada à realidade municipal.

As regras do jogo também foram reformuladas. Os participantes deveriam escolher apenas quatro áreas prioritárias, respeitando-se o mínimo constitucional para a saúde e educação. Cada área prioritária deveria receber no mínimo dez moedas, enquanto as demais não poderiam receber menos que cinco. As moedas alocadas não poderiam ser retiradas posteriormente, simulando a rigidez de certos compromissos orçamentários. Além disso, foram introduzidas possibilidades de empréstimos e repasses não rubricados, ampliando-se a complexidade da gestão simulada.

O tabuleiro do jogo foi personalizado com as secretarias reais da Prefeitura de Caraguatatuba, o que reforçou a conexão com a estrutura administrativa local e facilitou a compreensão dos participantes sobre o funcionamento da gestão pública.

A reação do Elo foi bastante singular. Os argumentos apresentados durante a alocação das moedas estavam diretamente ligados ao cotidiano e às dicotomias presentes no município: enquanto um grupo defendia o turismo como vetor de geração de empregos, outro destacava a habitação popular como estratégia para reduzir desigualdades sociais. Na negociação final, prevaleceu o entendimento de que saúde e educação são pilares inegociáveis, mas que o orçamento exige escolhas difíceis e equilíbrio entre interesses diversos.

Outro ponto relevante foi o interesse espontâneo dos participantes em compreender melhor temas como emendas parlamentares, audiências públicas e mecanismos de acompanhamento do orçamento municipal. Essa curiosidade demonstrou que a adaptação metodológica contribuiu para a apresentação de outros conceitos e fortaleceu o desejo de acompanhar e influenciar as decisões locais.

ANÁLISE CRÍTICA DA METODOLOGIA

O principal atributo da metodologia reside em sua capacidade de traduzir um tema tradicionalmente percebido como técnico, abstrato e burocrático, que é o orçamento municipal, em uma experiência concreta, participativa e situada no território. Ao vivenciarem o processo, os participantes puderam compreender de forma mais nítida o peso político das decisões públicas, os limites impostos pelo marco legal e, sobretudo, os impactos diretos e indiretos das escolhas orçamentárias na vida coletiva. Assim, o orçamento deixou de ser visto apenas como uma peça contábil/fiscal e passou a ser entendido como um instrumento de poder, mediação de conflitos e definição de prioridades sociais.

Os desafios encontrados também revelaram aspectos formativos importantes. A dificuldade inicial de compreensão dos termos técnicos e dos percentuais obrigatórios para saúde e educação expôs as barreiras técnicas que afastam a população do debate orçamentário e reforçou a necessidade de mediação pedagógica. Da mesma forma, a tendência de alguns grupos em tratar o jogo de modo despretensioso foi gradualmente superada pela facilitação e pelo uso de indicadores reais dos municípios, que funcionaram como âncoras, reconectando a atividade às condições

objetivas dos territórios e elevando o engajamento dos participantes.

Entre os aprendizados mais expressivos, destacaram-se a centralidade da transparência pública como princípio estruturante da gestão democrática; o papel estratégico dos *royalties* na configuração dos orçamentos municipais; e a imprescindibilidade do planejamento coletivo como mecanismo para lidar com imprevistos, assegurar justiça distributiva e sustentar projetos de longo prazo. Nesse sentido, a metodologia não apenas ensinou conteúdos, mas estimulou o exercício da cidadania ativa, a capacidade de negociação e a construção de consensos.

Do ponto de vista crítico, a atividade demonstrou eficácia em promover a problematização das desigualdades, a construção coletiva de saberes e a formação de sujeitos sociais orientados para a ação transformadora. Ao confrontar os participantes com decisões a serem tomadas em cenários de recursos limitados, a dinâmica revelou que as escolhas orçamentárias não são neutras nem puramente técnicas: são políticas, carregadas de valores e prioridades que determinam quem ganha e quem perde na alocação de recursos públicos. A introdução dos *royalties* como recurso adicional potencializou ainda mais esse processo, desencadeando debates sobre sustentabilidade, justiça intergeracional e dependência econômica, dimensões que articulam diretamente a prática com os princípios da Educação Ambiental Crítica.

O “Prefeito por um dia: desafio do orçamento municipal” se mostrou capaz de conjugar educação política e ambiental crítica, sendo vivido de maneira particular em cada território, e respeitando suas especificidades locais e socioculturais. Sua aplicação resultou em aprendizagens significativas, ampliou a consciência crítica dos participantes, fortaleceu o debate público e estimulou a participação cidadã. Dessa forma, mostrou-se como uma ferramenta inovadora e potente para a formação de sujeitos políticos comprometidos com a justiça social, a sustentabilidade e a democratização da gestão pública e do orçamento.

POTENCIAL DE REPLICAÇÃO E ADAPTAÇÃO

A metodologia apresenta elevado potencial de replicação e adaptação em diferentes territórios, públicos e realidades, sobretudo em virtude de sua estrutura acessível, lúdica e flexível. Ao simular de forma participativa o processo de elaboração e gestão do orçamento público, a atividade transforma um tema frequentemente tratado como técnico e distante em uma experiência concreta, favorecendo a compreensão crítica sobre o uso dos recursos públicos e estimulando a participação cidadã.

Sua eficácia foi demonstrada tanto em contextos urbanos quanto rurais, alcançando públicos jovens, adultos ou intergeracionais, o que confirma sua versatilidade como ferramenta de educação política e ambiental crítica. Um exemplo é a experiência de Caraguatatuba, onde, durante a sétima reunião mensal do Elo Municipal, a equipe local propôs uma versão adaptada da metodologia, preservando seus objetivos centrais e incorporando questões específicas do território.

Para sua aplicação em novos contextos, alguns ajustes se mostram fundamentais. A linguagem deve ser adequada ao perfil sociocultural dos participantes, especialmente em territórios com menor familiaridade com os instrumentos legais da administração pública. A mediação, por sua vez, demanda sensibilidade às especificidades locais, valorizando os saberes prévios dos participantes e promovendo a escuta ativa como princípio metodológico. Em comunidades com baixos índices de escolarização ou acesso restrito à informação, recomenda-se incluir momentos introdutórios para a explicação de conceitos orçamentários básicos como receita, despesa, LOA, LDO e PPA, recorrendo-se a exemplos do cotidiano e analogias simples. Essa prática, já experimentada na Oficina Ampliada do PEA Rendas, mostrou-se eficaz para romper barreiras de compreensão e fortalecer o engajamento dos participantes.

Um dos desafios recorrentes diz respeito ao letramento matemático. A atividade exige cálculos de proporção e distribuição percentual, o que representa um obstáculo significativo em um país onde, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), apenas 20,4% dos estudantes do Ensino Médio apresentaram desempenho adequado em matemática em 2023. Essa realidade impõe aos facilitadores a responsabi-

lidade de oferecer suporte pedagógico, adotando recursos visuais, representações gráficas e estratégias de simplificação que tornem os cálculos mais intuitivos e acessíveis. Com isso, a metodologia não apenas cumpre sua função política e cidadã, mas também contribui para a superação de barreiras educativas estruturais.

Do ponto de vista operacional, a atividade exige recursos mínimos: indicadores socioeconômicos locais, facilmente obtidos em bases públicas como o IBGE e portais municipais; e materiais simples, como cartolinas, canetas coloridas, fitas adesivas e moedas ou balas de duas cores, representando, recursos ordinários e *royalties* do petróleo. O fator mais decisivo, no entanto, é a presença de um facilitador capaz de articular conhecimentos básicos sobre orçamento público com metodologias participativas.

O jogo pode ser replicado em múltiplos espaços formativos: escolas de ensino fundamental e médio, universidades, conselhos municipais, associações comunitárias, grupos de jovens, coletivos ambientais e espaços de formação cidadã. Sua flexibilidade ainda permite a customização por eixos temáticos: saneamento básico, habitação, educação ambiental, mobilidade urbana, entre outros, tornando-o uma ferramenta transversal de educação popular e formação política.

Para garantir sua efetividade, recomenda-se que cada rodada seja acompanhada de orientações claras e contextualizadas, capazes de conectar os desafios simulados à realidade local. A devolutiva coletiva, realizada ao final, é igualmente indispensável: nela, os aprendizados são sistematizados, discutem-se os impactos das escolhas feitas e são incentivados compromissos de engajamento em espaços de participação social, como conselhos, audiências públicas e fóruns comunitários.

A experiência acumulada nos municípios do PEA Rendas evidencia que, quando aplicada com sensibilidade pedagógica e respeito às especificidades territoriais, a metodologia “Prefeito por um dia: desafio do orçamento municipal” consolida-se como uma ferramenta inovadora e potente para o fortalecimento da cidadania, a promoção da justiça social e ambiental e a ampliação da compreensão coletiva sobre os limites, responsabilidades e potencialidades da gestão pública.

A atividade é versátil e pode ser adaptada a diferentes temas e realidades territoriais, mantendo sua essência lúdica e participativa. A seguir um passo a passo para a customização:



Figura 1. Dicas de adaptação metodológica do jogo “Prefeito por um dia: desafio do orçamento municipal”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência com a metodologia “Prefeito por um dia: desafio do orçamento municipal” demonstra que é possível transformar um tema técnico e de difícil apropriação social em uma vivência concreta, lúdica e crítica, capaz de ampliar a compreensão cidadã e fortalecer práticas de participação social. Ao articular princípios da educação política e ambiental crítica, a proposta evidencia que as escolhas orçamentárias não são neutras, mas atravessadas por valores, disputas e interesses que definem o modelo de desenvolvimento de cada território.

O exercício revelou-se especialmente potente ao combinar acessibilidade e rigor pedagógico: de um lado, aproximando os participantes por meio de materiais simples, exemplos cotidianos e simulações realistas; e de outro, exigindo a observância dos marcos legais, como os percentuais constitucionais e as regras vinculadas às rendas petrolíferas. Essa dupla dimensão, lúdica e normativa, permitiu que os participantes internalizassem tanto o caráter técnico quanto o político das decisões orçamentárias, compreendendo não só os limites impostos pela legislação, mas também os espaços de disputa e negociação que caracterizam a gestão pública.

Os efeitos observados nos territórios reforçam o potencial da metodologia para estimular a reflexão crítica, a construção coletiva de soluções e a mobilização comunitária. Em diferentes municípios, a atividade suscitou debates sobre transparência, dependência dos *royalties*, sustentabilidade fiscal, justiça intergeracional, revisão de planos diretores, gestão de resíduos e fortalecimento de conselhos. Essas discussões, ao mesmo tempo, ancoradas na realidade local e ampliadas para dimensões estruturais da gestão pública, demonstram a capacidade da metodologia de funcionar como catalisadora de aprendizagens significativas e de engajamento político.

Entre os desafios, destaca-se a necessidade de estratégias pedagógicas que minimizem as barreiras do letramento matemático, a adequação da linguagem a diferentes perfis socioculturais e a importância de uma facilitação sensível, capaz de equilibrar os tempos da dinâmica com os ritmos de compreensão e participação dos grupos. Essas condições são determinantes para que a atividade não se restrinja a um exercício pontu-

al, mas se converta em prática de educação popular, promotora de empoderamento coletivo.

Assim, podemos afirmar que a metodologia se consolidou como um instrumento de formação política, cidadã e ambiental, com comprovado potencial de replicação em múltiplos contextos. Ao integrar ludicidade, legislação, diagnósticos territoriais e participação, a atividade promove a problematização das desigualdades, fortalece a consciência crítica e estimula a corresponsabilidade na gestão do bem comum. Sua aplicação nos municípios do PEA Rendas não apenas qualificou o debate público, mas também reafirmou a centralidade do orçamento como ferramenta de democratização, justiça social e sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013. Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 set. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112858.htm. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Ministério Público do Estado de Goiás. Prefeito por um dia. Goiânia: MPGO, [2013]. Disponível em: https://www.mpggo.mp.br/portal/system/resources/W1siZiIsIjIwMTMvMDQvMTYvMTJfMzZfMjlfMjc4X3ByZWZlaXRvX3Bvcj91bV9kaWEucGRmIl1d/prefeito_por_um_dia.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e crise no Brasil:

história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. 5. ed. rev. São Paulo: Editora 34, 2003.

FUNDAÇÃO BRAVA; BRAZIL INSTITUTE DO WOODROW WILSON CENTER. Cidade em Jogo. [S. l.]: Cidade em Jogo, [s.d.]. Disponível em: <https://cidadeemjogo.org.br/o-jogo/index.html>. Acesso em: 15 set. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB 2023. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/ideb/apresentacao_ideb_2023.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

PEA RENDAS DO PETRÓLEO. Relatórios de atividades do Projeto de Educação Ambiental Rendas do Petróleo. [Não publicado]. Rio de Janeiro; São Paulo, [s.d.]. Relatório interno.

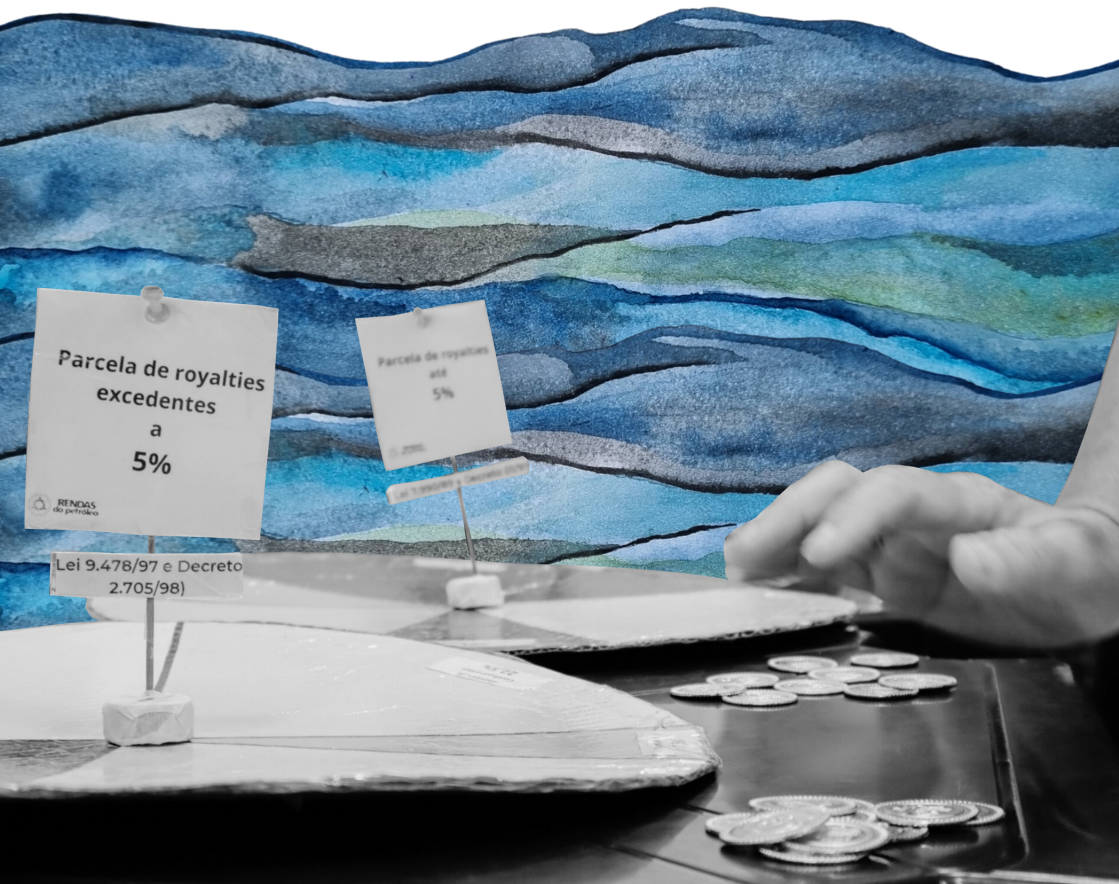
SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20–45, jul./dez. 2006.

Capítulo 6



CAMINHO DOS ROYALTIES

Marcos Bruno da Silva
Paula Araujo



A criação do jogo “Caminho dos *Royalties*” surgiu da necessidade de apresentar a um público diverso, os Elos do PEA Rendas do Petróleo, um processo histórico marcado por complexidades técnicas e jurídicas. O objetivo geral foi de explicar a trajetória dos *royalties*, desde a etapa de produção petrolífera até a chegada dos recursos aos cofres públicos municipais, buscando oferecer aos participantes uma compreensão clara das etapas e dos múltiplos atores institucionais envolvidos na regulação, administração e operacionalização desse fluxo de recursos.

O jogo foi desenvolvido durante a estruturação pedagógica do primeiro Grupo de Estudos realizado com os Elos, cujo tema foram as rendas petrolíferas. Naquele momento, os grupos estavam recém-formados, após terem passado pela intensa etapa de formação das Oficinas Ampliadas. Nessas oficinas, haviam sido abordados conteúdos sobre o funcionamento da administração pública e a participação popular. No entanto, as rendas petrolíferas não haviam ocupado papel central em nenhuma das atividades anteriores, o que evidenciava a necessidade de aprofundar o tema para que os participantes compreendessem, de forma mais consistente, os impactos desses recursos nos municípios.

Se, por um lado, a expectativa era facilitar a compreensão dos cálculos, contratos e legislações que estruturam o pagamento dos *royalties* do petróleo no cenário brasileiro; de outro, a experiência revelou novos potenciais para o jogo criado. A apresentação dos diferentes contextos econômicos, sociais e políticos durante a realização do Grupo de Estudos nos nove municípios de abrangência do PEA Rendas fortaleceu o pensamento crítico dos participantes em relação à gestão das rendas petrolíferas. De forma complementar e de grande relevância, a compreensão desse caminho dos *royalties*, somada à análise conjuntural, conduziu o processo educativo a uma reflexão mais profunda sobre a justiça distributiva.

ORGANIZAÇÃO E APLICAÇÃO DA METODOLOGIA

O jogo propõe integrar a materialização dos processos de recebimento das rendas petrolíferas com o debate crítico. Por isso, cada etapa pode gerar momentos únicos de diálogo e análise, o que impossibilita dimensionar com precisão o seu tempo de aplicação.

Devido à complexidade e à densidade do tema abordado no jogo, é fundamental que o grupo passe por uma preparação teórica prévia. Nessa etapa, o mediador ou mediadora deve trabalhar os principais conceitos que envolvem o circuito do “Caminho dos *Royalties*”. Esse momento favorece debates relevantes, permitindo esclarecer dúvidas, corrigir equívocos acerca do recebimento das rendas petrolíferas e nivelar minimamente o grupo sobre o tema. Por essa razão, é essencial que quem conduz a atividade esteja devidamente apropriado da temática.

Os principais conceitos necessários para uma boa aplicação da atividade estão sistematizados, de forma sucinta, na Tabela 1, a seguir.

Conceito	Descrição
<i>Royalties</i>	Palavra de origem inglesa que remete à ideia de realzeza. Refere-se a valores pagos pelo uso de um recurso que pertence a outra pessoa ou instituição, uma compensação financeira. No setor do petróleo, <i>royalties</i> são valores pagos pelas empresas que exploram petróleo e gás por utilizarem recursos naturais que pertencem à União. É uma forma de compensar a sociedade pelos impactos da atividade e pela retirada de um bem não renovável.
Alíquota	Percentual ou valor fixo usado para calcular quanto será pago sobre uma determinada base. Ou seja, é a taxa aplicada para determinar o valor de um tributo, contribuição ou repasse. No caso dos <i>royalties</i> do petróleo, a alíquota define qual percentual da produção ou do valor do petróleo deve ser repassado ao poder público. No Brasil, essa alíquota varia conforme o contrato firmado entre as operadoras e a ANP.
<i>Royalties</i> até 5%	A alíquota básica de <i>royalties</i> no Brasil foi estabelecida em até 5% pela Lei nº 7.453/1985 (ou seja, é a parcela básica da compensação, definida como o valor mínimo obrigatório decorrente da exploração de petróleo). A Lei nº 7.990/1989 definiu como esses 5% devem ser distribuídos entre os entes federados quando há produção de petróleo: • 10% – Fundo Especial; • 30% – Estados confrontantes; • 30% – Municípios confrontantes; • 20% – Comando da Marinha; • 10% – Municípios com instalações de apoio. Essa distribuição vale sempre para os primeiros 5%, independentemente do campo ou contrato.

Conceito	Descrição
<i>Royalties</i> excedentes a 5%	É a parte que ultrapassa os 5% iniciais e pode chegar até 10%, conforme os contratos. Essa parcela segue a regra de distribuição da Lei nº 9.478/1997, dividindo valores de forma diferente entre União, estados e municípios. Nesse caso, a lei define que o excedente (acima de 5%), é distribuído da seguinte forma: • 15% – Comando da Marinha; • 25% – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); • 22,5% – Estados confrontantes; • 22,5% – Municípios confrontantes; • 7,5% – Fundo Especial; • 7,5% – Municípios com instalações. Esse percentual excedente varia conforme as condições técnicas e econômicas definidas pela ANP para cada contrato.
Área geoeconômica	Conceito apresentado na Lei n.º 7.525 de julho de 1986 que estabelece três zonas de produção: principal, secundária e limítrofe, para determinar a relação dos municípios com as áreas de produção em <i>offshore</i>. Essa classificação influencia o direito de recebimento das rendas petrolíferas. A área geoeconômica influencia no direito ao recebimento das rendas petrolíferas: • Zona de Produção Principal (ZPP): municípios confrontantes (ver conceito “Linhas paralelas e ortogonais”) e municípios com 3 ou mais instalações de apoio à exploração, produção e escoamento do petróleo e gás natural; • Zona de Produção Secundária (ZPS): municípios atravessados por gasodutos ou oleodutos; • Zona Limítrofe (ZL): municípios contíguos (vizinhos) aos da ZPP, bem como os municípios que sofrem as consequências sociais ou econômicas da produção ou exploração do petróleo ou do gás natural.
Linhas paralelas e ortogonais	Critério estabelecido pela Lei n.º 7.525 de julho de 1986 e regulamentado pelo Decreto 93.189 de 1986, que orientam o IBGE a usar essas linhas (paralelas e ortogonais) para projetar, em direção ao mar, os limites territoriais dos municípios e estados brasileiros. Essas linhas determinam quais municípios são considerados confrontantes às áreas de exploração, influenciando também no recebimento das rendas petrolíferas.
Participações especiais	Compensação financeira extraordinária devida pelas empresas quando os campos de petróleo apresentam grande volume de produção ou alta rentabilidade. Elas fazem parte das rendas petrolíferas e complementam os <i>royalties</i>, garantindo que campos mais lucrativos gerem retorno adicional ao Estado.

Conceito	Descrição
Fundo Especial do Petróleo	Parcela dos <i>royalties</i> que vai para o Tesouro Nacional para ser distribuída a todos os municípios e estados do país, independentemente de serem produtores da cadeia petrolífera. Essa distribuição segue os critérios dos Fundos de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados (FPE), nos quais se considera a população e renda per capita.

Tabela 1. Sistematização dos principais conceitos a serem trabalhados com o grupo previamente à aplicação da dinâmica.

Vale ressaltar que o processo de distribuição dos *royalties* pela produção de petróleo e gás natural encontra-se em constante transformação desde a primeira legislação sobre o tema, a Lei n.º 3.470/1958. Desde então, diversas normativas foram se sobrepondo a essa lei inicial, refletindo disputas políticas, necessidades econômicas e as conjunturas específicas da indústria petrolífera em cada período. Assim, o estudo prévio dos conceitos é essencial para preparar os participantes para a vivência da dinâmica.

No que diz respeito à montagem do jogo, é necessário disponibilizar aos participantes os seguintes materiais:

- 1 recipiente para ilustrar a produção de petróleo. Recomenda-se um pequeno galão com água e corante preto, preferencialmente com uma bomba elétrica acoplada para facilitar a "extração" do petróleo fictício;
- 2 garrafas transparentes de 300ml, representando os barris de petróleo produzidos;
- 9 crachás de identificação dos participantes do jogo, distribuídos da seguinte forma:

- 2 petroleiras (na PEA Rendas foram usados os nomes fictícios de PetroMar e Pérola Real);
 - 1 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
 - 1 Comando da Marinha;
 - 1 Estado;
 - 1 Município;
 - 1 Banco do Brasil;
 - 1 Tesouro Nacional;
 - 1 Agência Nacional do Petróleo (ANP);
-
- 2 gráficos de pizza com as porcentagens de distribuição dos royalties até 5% e outros 2 com a distribuição dos royalties excedentes a 5%;
-
- 2 contratos de produção celebrados de forma simbólica entre ANP e as operadoras, sendo um com alíquota de 8% e outro de 10%;
-
- 2 cartões simples com o dizer "A produção mensal foi de 15 barris de petróleo";
-
- Cartões de roteiro com os cálculos prontos para facilitar a distribuição dos recursos;
-
- 1 roleta com quatro cores diferentes, representando possíveis cenários para o mercado internacional de petróleo. É importante incluir cenários de estabilidade, diminuição e aumento dos valores;
-
- Notas ou moedas simbólicas.

O jogo requer a participação de nove pessoas (identificadas pelos crachás), sendo oito representantes das instituições e uma responsável pela mediação. É possível adaptar a dinâmica, duplicando alguns crachás conforme o número de participantes, com exceção dos crachás das petroleiras e da ANP. Essa última deve sempre representar o papel de mediação. Além disso, os cálculos de distribuição das rendas petrolíferas estão baseados em apenas duas petroleiras. Durante as aplicações no campo, observou-se que grupos menores apresentaram maior dinamismo e engajamento na atividade em comparação aos grupos mais numerosos.

A dinâmica começa com a apresentação de sua intencionalidade, evidenciando o objetivo de esclarecer o processo de cálculo e distribuição dos *royalties*, desde a extração do recurso natural até a destinação dos valores arrecadados. O mediador explica que os participantes assumirão diferentes papéis, representados pelos crachás distribuídos (Imagem 1). Quem conduz utiliza o crachá da ANP, deixando claro seu papel fiscalizador e mediador do processo.

Nos momentos iniciais, as petroleiras recebem um *kit* contendo um montante de notas ou moedas (mínimo de \$1.300,00), um contrato e uma garrafa para a etapa de extração. Esse valor representa o capital inicial da empresa, ou seja, o recurso financeiro que a empresa já possuía antes da exploração. Em seguida, as petroleiras leem seus contratos em voz alta para todos os participantes. Um contrato terá alíquota de 8% e o outro de 10%.

A etapa seguinte é a extração simbólica do petróleo, conduzida pela ANP, que acompanha as petroleiras até a plataforma. Utiliza-se o galão com a solução escura, a bomba elétrica e as garrafas entregues às petroleiras. Após a extração, a ANP entrega os cartões de produção, revelando que ambas as petroleiras produziram 15 barris. Esse momento é fundamental para compreender como os contratos afetam o pagamento dos *royalties*, pois, embora a produção seja igual, as alíquotas contratuais diferem (8% e 10%).



Imagem 1. Grupo de Estudos em Guapimirim (RJ), com destaque para a placa de identificação de um participante.

Em seguida, as petroleiras são direcionadas ao mercado internacional para vender os barris de petróleo, sendo o cenário definido aleatoriamente por uma roleta. Os cenários do jogo incluem: estabilidade do mercado com o barril a 60 dólares; aumento do valor com o barril a 80 dólares; valorização causada por conflitos internacionais que elevam o preço para 88 dólares; e queda provocada por fatores inesperados, reduzindo o valor do barril para 40 dólares. Após girá-la e compreender o cenário estabelecido, as petroleiras deixam seus barris no mercado e recebem cheques correspondentes ao valor obtido na venda, que pode variar entre \$600, \$900, \$1.200 e \$1.320.

As petroleiras são orientadas a separar o valor referente ao pagamento dos *royalties*, que deve ser entregue ao representante do Tesouro Nacional. Com os *royalties* em mãos, o Tesouro Nacional distribui os valores conforme as duas legislações vigentes: *royalties* até 5% e *royalties* excedentes a 5% (Tabela 1). Esse é um momento crucial da dinâmica, no qual a pessoa responsável pela condução esclarece a diferença entre as duas legislações e explica como cada uma pode impactar o uso desses recursos nas áreas municipais, como saúde e educação. É importante reforçar que ambas as legislações continuam coexistindo.

Na sequência, o Tesouro Nacional entrega diretamente as parcelas correspondentes ao MCTI e à Marinha, por serem entes da União. O restante das parcelas é repassado ao Banco do Brasil, responsável por transferir os valores destinados a estados e municípios. O mediador pode conduzir essa etapa de forma detalhada, exemplificando: “Agora o Tesouro Nacional vai entregar ao Banco do Brasil o valor referente aos *royalties* dos estados. Agora o representante dos estados vai repassar aos municípios.”

Por fim, nos gráficos de pizza, restarão apenas os valores correspondentes ao Fundo Especial do Petróleo. É importante que a pessoa responsável pela condução explique que esse fundo é essencial para democratizar os benefícios da exploração dos recursos naturais, transformando uma riqueza concentrada em uma fonte de recurso compartilhada por todo o país. Esses valores são distribuídos entre todos os municípios e estados, ainda que em pequenas proporções. Para encerrar a atividade, o mediador convida os participantes a exporem e discutirem as percepções em relação ao jogo e à realidade.

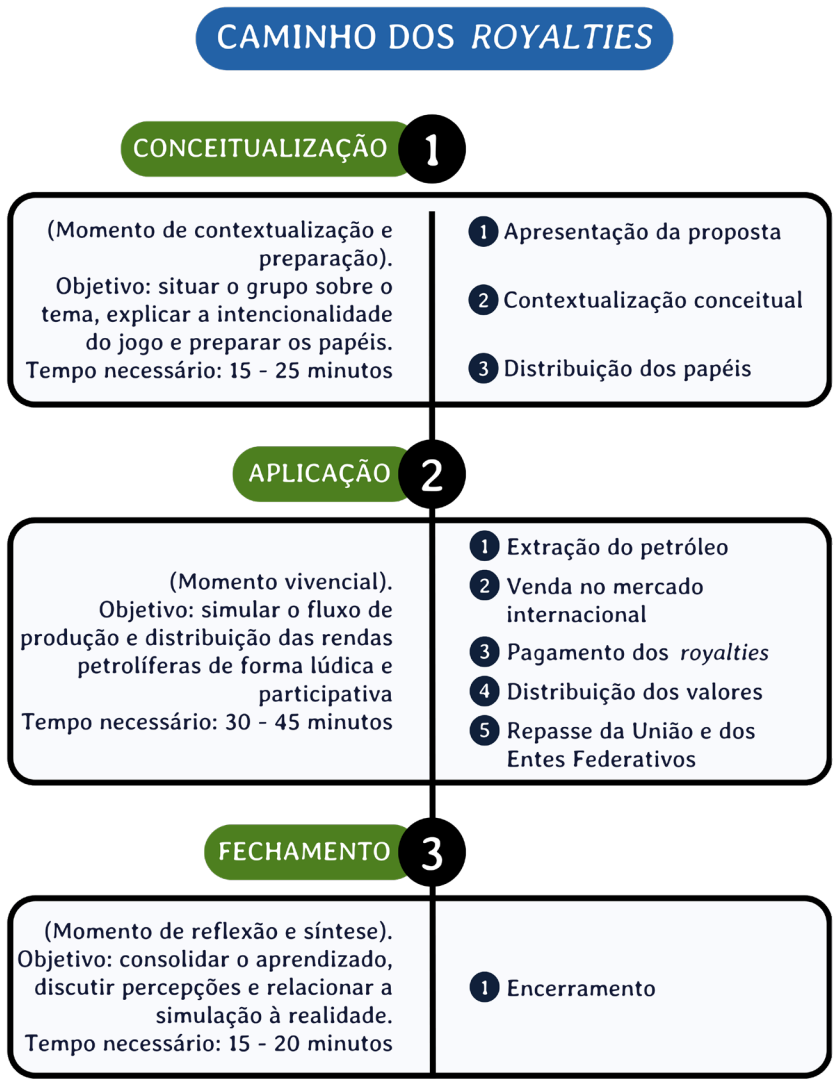


Figura 1. Estrutura resumida dos processos de condução do “Caminho dos *Royalties*”. O tempo de duração das etapas mencionadas na figura é apenas uma proposta, visto que pode variar conforme as características do grupo e discussões.

RELATO DAS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NOS TERRITÓRIOS

De modo geral, nos nove municípios de atuação do PEA Rendas, a metodologia cumpriu a função de traduzir um processo complexo em uma linguagem acessível a um público composto por pessoas de diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade. A contagem e repartição dos valores arrecadados permitiram que os caminhos percorridos pelos *royalties*, que antes eram abstratos, passassem a ser mais tangíveis e compreensíveis para os Elos. Ainda que a apresentação que antecedia o jogo fosse densa, devido à natureza do tema e à necessidade de contextualização conceitual, o jogo favoreceu a participação e estimulou a formulação de perguntas.

O tempo de execução da atividade variou entre uma hora e uma hora e meia, dependendo do nível de compreensão do grupo sobre o tema e do grau de engajamento dos participantes em cada etapa. Por envolver diretamente os próprios participantes como as “peças do jogo”, a metodologia mostrou-se adequada tanto para jovens quanto para públicos mais maduros. No entanto, observou-se em campo que, quanto mais jovem o grupo ou menor a familiaridade com o tema e com as instituições abordadas, maior foi o tempo e o esforço exigidos dos mediadores para alcançar os objetivos propostos.

Durante a condução do jogo, muitos participantes expressaram indignação em relação à atual distribuição dos *royalties* e apontaram as desigualdades regionais decorrentes desse cenário. Embora a estrutura da dinâmica fosse a mesma, o debate pós-aplicação refletiu as particularidades e os problemas históricos de cada município. Na região do Litoral Norte paulista, por exemplo, observou-se que Ilhabela concentrava grande parte dos recursos da cadeia de óleo e gás em comparação aos municípios vizinhos.

Cabe destacar que, à época da realização dos Grupos de Estudos em que o “Caminho dos *Royalties*” foi aplicado, estava em andamento uma disputa judicial entre Ilhabela e São Sebastião pela divisão de 50% dos *royalties* recebidos pela ilha¹. Essa situação demandou alterações na

118 ¹ Os Grupos de Estudos foram realizados em 2022 e apenas em 2023 a justiça decidiu

definição das linhas paralelas e ortogonais, que ensejou uma nova disputa jurídica, agora envolvendo municípios do estado do Rio de Janeiro, como São Gonçalo, Guapimirim e Magé, contra a concentração de recursos nas cidades do Rio de Janeiro, Niterói e Maricá. Como era de se esperar, essas disputas se tornaram motrizes das discussões nos municípios.

Os diferentes entendimentos jurídicos sobre a distribuição dos *royalties* reforçaram e adicionaram um novo elemento à questão da volatilidade no recebimento desses recursos pelas prefeituras. Em 2022, uma liminar acatou o pedido e reconfigurou a distribuição das receitas entre os municípios fluminenses envolvidos no processo. Contudo, após apenas um mês, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu os efeitos da decisão, restabelecendo a distribuição original até o trânsito em julgado da ação. Com essa breve redistribuição, a receita municipal de Guapimirim passou de 266 milhões de reais em 2021 para 536 milhões em 2022.

A aplicação da metodologia também levou à reflexão crítica sobre a importância do controle social das rendas petrolíferas. Em diversos municípios, os participantes manifestaram o desejo de compartilhar as informações em suas comunidades e de cobrar mais transparência das prefeituras, reconhecendo a importância de participar das audiências públicas e dos conselhos municipais de políticas públicas.

O entendimento sobre a dependência orçamentária levou à discussão sobre o futuro das políticas públicas e o risco da chamada “maldição dos *royalties*”, fenômeno que ocorre quando municípios que recebem grandes volumes dessas compensações financeiras, em vez de utilizá-las para diversificar a economia, investir em infraestrutura ou promover políticas públicas sustentáveis, acabam destinando os recursos a gastos imediatos e pouco estruturantes, criando uma dependência que fragiliza o município diante de eventuais reduções ou interrupções nos repasses.

pela divisão dos recursos, estabelecendo que São Sebastião passasse a receber metade dos valores anteriormente concentrados em Ilhabela, redefinindo assim o arranjo distributivo das rendas petrolíferas na região.

ANÁLISE CRÍTICA DA METODOLOGIA

O guia de Schultz (2005) para o monitoramento de orçamentos e receitas do petróleo e gás natural revela dois passos cruciais para o bom desempenho de trabalhos com a sociedade civil sobre a gestão pública dos recursos oriundos da cadeia de óleo e gás:

- 1) A realização de um trabalho analítico sólido, no qual as “organizações devem desenvolver a capacidade de analisar a informação e determinar as questões mais relevantes a serem abordadas”; e
- 2) A tradução dessa análise para uma linguagem acessível ao público.

Nesse contexto, a proposta e a execução do “Caminho dos *Royalties*” mostraram-se potentes ao articular esses dois passos, pois se basearam em um estudo consistente, fundamentado na legislação e na bibliografia especializada, ao mesmo tempo que traduziram esse conhecimento em uma experiência lúdica e participativa.

Houve uma vinculação entre dados técnicos e percepções locais, aspecto central para despertar nos participantes não apenas a compreensão do processo, mas também a capacidade de se reconhecerem como sujeitos potencialmente ativos no debate sobre as rendas petrolíferas em seus territórios.

Ao se analisar sua aplicação, o jogo mostrou-se uma ferramenta eficaz e envolvente para abordar um tema complexo como as rendas petrolíferas e sua relação com o orçamento público municipal. Em diferentes contextos de aplicação, a atividade estimulou o debate, a curiosidade e a reflexão crítica, especialmente ao relacionar o conteúdo com situações concretas, como audiências públicas e peças orçamentárias municipais.

A articulação entre teoria e prática, representada pelo simbolismo do processo de extração do petróleo e pela entrada dos recursos nos cofres municipais, favoreceu a compreensão dos fluxos de distribuição das rendas do petróleo. Essa abordagem despertou o interesse dos participantes em aprofundar o conhecimento sobre os mecanismos de gestão e fiscalização desses recursos, contribuindo para o desenvolvimento do senso crítico e aproximando o debate da realidade dos territórios.

A atividade também funcionou como um catalisador de discussões mais amplas, extrapolando o tema dos *royalties* e participações especiais. Observou-se elevado nível de engajamento dos Elos, com ampla participação em perguntas e reflexões sobre políticas públicas, dependência orçamentária, responsabilidade social, legislação, impactos socioambientais e projetos de mitigação, entre outros temas.

Entretanto, como toda metodologia pedagógica, a dinâmica apresentou algumas limitações. Devido à densidade do tema, constatou-se maior efetividade quando aplicada a públicos com conhecimentos prévios sobre rendas petrolíferas, orçamento público e transparência orçamentária. Em grupos com menor familiaridade, a mediação tornou-se essencial para garantir uma condução mais leve e acessível, priorizando o entendimento geral do fluxo dos recursos e evitando aprofundamentos técnicos sobre contratos, alíquotas e legislação. Essa adaptabilidade, contudo, constituiu um dos pontos fortes da metodologia.

Com o público entre 15 e 17 anos, a dinâmica demonstrou excelente potencial de engajamento. O formato lúdico e a participação ativa dos estudantes como peças do jogo mostraram-se eficazes para introduzir o tema de forma atrativa e significativa, permitindo que se sentissem parte do processo.

De modo geral, os resultados observados na aplicação da dinâmica confirmaram que o “Caminho dos *Royalties*” cumpriu seu papel educativo, promovendo um processo crítico, participativo e transformador. A atividade ampliou o entendimento dos participantes sobre a origem, a destinação e os desafios de gestão das rendas petrolíferas, consolidando-se como um método de formação cidadã, dialógica e de fortalecimento do controle social.

POTENCIAL DE REPLICAÇÃO E ADAPTAÇÃO

A primeira versão do jogo “Caminho dos *Royalties*” foi confeccionada com materiais de fácil acesso, como papelão, fita adesiva, tintas, filme adesivo transparente, barbante, entre outros. Essa escolha de materiais torna sua replicação viável em diferentes contextos, pois são simples, de

baixo custo e amplamente disponíveis. A simplicidade na confecção não comprometeu a funcionalidade nem a durabilidade do jogo, permitindo que fosse transportado e utilizado em diversas atividades sem prejuízo à sua estrutura.

A experiência acumulada com a aplicação do “Caminho dos *Royalties*” evidenciou sua capacidade de estimular a participação e o debate entre públicos heterogêneos. Essa plasticidade pedagógica indicou um forte potencial de replicação e adaptação da metodologia. A ideia de utilizar crachás para designar papéis em um processo estruturado, pode ser transposta para o acompanhamento de outros caminhos, como o do orçamento público municipal, dando continuidade assim ao processo educativo.

A principal dificuldade para a replicação da dinâmica consiste na necessidade de o facilitador dominar os conceitos fundamentais apresentados na seção 1 deste capítulo. O jogo deve ser compreendido não como um fim em si, mas como uma ferramenta pedagógica voltada a promover o estudo, o diálogo e a construção coletiva de conhecimento. Para isso, a pessoa responsável pela mediação precisa estar preparada para acolher as dúvidas e questionamentos que surgirem durante a atividade, o que exige não apenas familiaridade com a metodologia, mas também um conhecimento técnico sólido capaz de sustentar e aprofundar as discussões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “Caminho dos *Royalties*” se consolidou como mais do que uma dinâmica educativa: tornou-se um espaço simbólico de aprendizado coletivo, reflexão e pertencimento. Ao transformar um tema técnico e, muitas vezes, distante, em uma experiência lúdica e participativa, a metodologia revelou o poder da educação popular em tornar compreensível o que era complexo e aproximar as pessoas das decisões que moldam o futuro de seus territórios.

Mais do que compreender fluxos financeiros e disputas jurídicas, os participantes se reconheceram como sujeitos ativos, capazes de questionar, propor e acompanhar o uso dos recursos públicos. Cada rodada

do jogo representou um exercício de cidadania e de construção de sentidos sobre justiça, responsabilidade e bem comum.

O legado do “Caminho dos *Royalties*” foi o de uma educação viva, transformadora e dialógica, pautada na escuta e na partilha do saber como caminhos para fortalecer o controle social e a democracia. Reafirmou-se como uma ferramenta potente de educação crítica, capaz de provocar reflexões sobre a gestão de um recurso finito que, embora essencial à economia, impõe desafios éticos e estruturais aos territórios produtores. Ao estimular o debate sobre o uso das rendas petrolíferas, a proposta também evidenciou a necessidade de garantir a intergeracionalidade desses recursos, assegurando que sua exploração presente não comprometa o futuro das próximas gerações.

Por fim, mais do que uma dinâmica, o “Caminho dos *Royalties*” representou um convite permanente para que educadores, jovens e gestores sigam trilhando juntos novos caminhos para o uso responsável, sustentável e transparente das riquezas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO (ANP). Guia dos royalties do petróleo e do gás natural. Rio de Janeiro: ANP, 2001. Disponível em: https://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2017/05/Guia_Royalties.pdf. Acessado em: 03 de dezembro de 2025.

PETROBRAS; SOMA. Relatório final do diagnóstico participativo do PEA-BC – Referente ao Plano de Trabalho para continuidade do Diagnóstico Participativo da Bacia de Campos – PEA-BC. [Rio de Janeiro]: Petrobras, 2014.

SHULTZ, Jim. Seguindo a pista do dinheiro: um guia para monitorar orçamentos e receitas do petróleo e gás natural. Nova York: Revenue Watch Institute; The Democracy Center, 2005.

Capítulo 7

METODOLOGIAS MUNICIPAIS: CAMINHOS DE REINVENÇÃO E APRENDIZAGEM

Gabriela Santiago
Emanuelle Spironello



Nos capítulos anteriores, foi registrado um conjunto de experiências que evidenciaram a riqueza das metodologias adotadas pelo PEA Rendas do Petróleo em diferentes momentos e formatos de atuação. Do “Varal das Artes” ao “Cine Interação”, passando pelo “Bolão/Bexigão do Cifrão” e chegando a vivências como “Prefeito por um Dia” e “O Caminho dos *Royalties*”, cada capítulo destacou práticas realizadas nos municípios conduzidas pela equipe técnica em diálogo com públicos diversos. Essas experiências demonstraram como a mediação pedagógica aproximou diferentes atores da reflexão crítica sobre as políticas públicas, orçamento público e o uso dos recursos do petróleo e seus impactos socioambientais.

Neste capítulo, o foco se desloca para um conjunto de práticas que foram adaptadas pelos educadores. São experiências desenvolvidas em Cananéia, Caraguatatuba, Paraty, Ilhabela e Maricá, que revelam como o Rendas foi apropriado e reinventado nos diferentes municípios, em sintonia com o nível de maturidade de cada grupo e com as especificidades de cada território. Nessa trajetória, as equipes buscaram formas de retomar e aprofundar conceitos trabalhados ao longo do Projeto, estimular debates sobre as realidades locais e incorporar temas de interesse dos grupos sociais, sempre articulados às temáticas centrais do PEA Rendas. Assim, o leitor encontrará, nestas páginas, experiências metodológicas que, para além das atividades já apresentadas, revelam a potência da criação territorial e os efeitos concretos que ela pode gerar no cotidiano da educação ambiental crítica.

Nome da Metodologia	Objetivo	Resumo do passo a passo
Simulação de Sessão Legislativa na Câmara	Aproximar conceitos de gestão pública e controle social da realidade dos participantes por meio de uma simulação teatral da Câmara Municipal, permitindo que compreendam, na prática, a elaboração e votação de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular e fortaleçam sua participação cidadã.	1) Preparação do espaço e dos materiais – 30 minutos; 2) Distribuição e orientação dos papéis – 20 minutos; 3) Encenação da sessão (leitura, debate e votação do Projeto de Lei) – 40 a 60 minutos; 4) Reflexão final e socialização dos aprendizados – 20 a 30 minutos. Tempo estimado da atividade – 1h50 a 2h20.
Jogo da Memória	Revisar, de forma lúdica, os temas trabalhados pelo Projeto, facilitando a compreensão de conteúdos complexos, fortalecendo o aprendizado coletivo e alinhando os conhecimentos entre os integrantes do Elo.	1) Organização das cartas – 5 minutos; 2) Formação dos grupos e explicação das regras – 5 minutos; 3) Jogadas alternadas – 30 a 40 minutos; 4) Finalização e checagem dos pares – 5 minutos. Tempo estimado da atividade – 45 min a 55 min.
Jogo Quem Sou Eu?	Revisar e fortalecer conceitos já trabalhados no Projeto, especialmente sobre orçamento público.	1) Preparação dos materiais – 5 a 10 minutos; 2) Organização do grupo e explicação das regras – 5 minutos; 3) Execução do jogo – 30 a 40 minutos (dependendo da quantidade de participantes); 4) Encerramento e breve retomada dos conceitos – 20 minutos. Tempo estimado da atividade – 1h a 1h15.

Nome da Metodologia	Objetivo	Resumo do passo a passo
Resenha Resumida	Sintetizar e organizar, de forma visual e acessível, os principais conteúdos, debates e encaminhamentos das Reuniões Mensais, fortalecendo a memória coletiva do grupo e facilitando a continuidade das ações.	1) Revisão do registro das falas e encaminhamentos da reunião anterior – 20 a 30 minutos; 2) Elaboração do texto da resenha – 30 a 40 minutos; 3) Construção do painel visual – 30 a 60 minutos. Tempo estimado da atividade – 1h20 a 2h10.
Linha da Memória	Resgatar memórias coletivas e reconhecer mudanças no território, articulando passado, presente e futuro para fortalecer a reflexão crítica sobre as transformações socioambientais vividas pela comunidade.	1) Preparação do espaço e acolhimento inicial – 25 minutos; 2) Contextualização da atividade – 20 minutos; 3) Diálogo mediado e sistematização coletiva – 1 hora e 30 minutos; 4) Roda de encerramento – 20 minutos; 5) Registro pós-atividade (pela equipe) – 40 minutos. Tempo estimado da atividade – 3h15.

Tabela 1. Síntese das metodologias adaptadas e desenvolvidas nos municípios do PEA Rendas.

SIMULAÇÃO DE SESSÃO LEGISLATIVA NA CÂMARA

A atividade foi realizada com o Elo de Cananéia durante a 12ª Reunião Mensal, em julho de 2024. A proposta nasceu da necessidade de tornar mais acessíveis os conceitos trabalhados no Projeto, como rendas do petróleo, orçamento público e controle social, frequentemente percebidos como abstratos ou distantes da vida cotidiana. O grupo participante era diverso, reunindo pessoas de diferentes idades, níveis de escolaridade e vínculos com o território.

Inspirados no Teatro do Oprimido, especialmente na técnica do Teatro Fórum, em que o público é convidado a entrar em cena e, por meio da ação teatral, construir coletivamente estratégias de transformação para

os conflitos apresentados, a equipe municipal, formada pelos educadores Antonia Norberto Rafael, Carlos Eduardo Garisto De Nicola, Lilia Gomes de Souza e Mariana Luciana Ramos de Almeida, estruturou a metodologia para que os participantes vivenciassem simbolicamente uma sessão ordinária da Câmara Municipal. O objetivo era permitir que compreendessem, na prática, os ritos e procedimentos de elaboração e votação de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP).

A dinâmica foi planejada com antecedência de três dias, período dedicado à elaboração de materiais e ao estudo da legislação municipal. Utilizaram-se recursos simples, como cartolinas, canetões, mesas, cadeiras, microfone e cópias de um PLIP. O espaço foi organizado de modo a reproduzir o ambiente de uma sessão real, com a mesa diretora, cadeiras para vereadores e assentos para o público.

Os papéis atribuídos aos participantes refletiram tanto a estrutura política brasileira quanto a realidade local, incluindo: presidente da Câmara, vereadores, secretário, líder comunitário, comunicador popular e representantes da sociedade civil. Cada personagem recebeu um roteiro com sugestões para representar diferentes posturas políticas, desde a defesa do interesse público até a resistência à proposta do PLIP, por interesses particulares e/ou privados. Vale destacar que o roteiro trouxe orientações, mas a ideia foi explorar o improviso dos participantes, que ficaram livres para atuar de forma espontânea.

A inclusão do papel de comunicador popular buscou reforçar a importância da comunicação na construção da cidadania. A ideia foi inspirada na música “Zé do Carço”, da sambista Leci Brandão, que narra a história verídica de um líder comunitário de Vila Isabel, na cidade do Rio de Janeiro, que utilizava um alto-falante para informar e mobilizar a comunidade.

O projeto de lei debatido foi inspirado na Lei Municipal nº 1.359/2019, de Ilhabela, que criou o Conselho Municipal de Acompanhamento das Aplicações dos *Royalties* (Confiro). O texto foi adaptado à realidade de Cananéia, tornando-se um exemplo prático sobre a criação de políticas públicas locais.

Durante a encenação, a dinâmica seguiu etapas semelhantes ao funcionamento de uma sessão legislativa real. O presidente da Câmara abriu os trabalhos, o secretário fez a leitura do PLIP, o líder comunitário apresentou os argumentos em defesa da proposta, a tribuna foi aberta para manifestações dos comunitários e, ao final, os vereadores realizaram a votação. Concluída essa etapa, os votos foram contabilizados e o resultado proclamado pelo presidente, que encerrou a sessão. Os votos dos vereadores não estavam previamente definidos, de forma que, durante o debate, cada um se posicionou favorável ou contrariamente ao PLIP, uma vez que o resultado da votação não havia sido previamente definido.

A atividade foi encerrada com uma roda de conversa para socialização das percepções de cada participante e reflexão coletiva acerca da ocupação de espaços de decisão pública no município.

Resultados e Aprendizados

O convite aos participantes a assumirem papéis ativos em um espaço de poder constituiu um exercício pedagógico orientado à participação, ao protagonismo social e ao controle social. Cada pessoa, ao representar seu respectivo personagem, foi chamada a experimentar as tensões, responsabilidades e conflitos inerentes à vida política. Os conceitos como *royalties*, participações especiais e orçamento público foram traduzidos de modo que o aprendizado não se deu apenas pela exposição de conteúdo, mas sobretudo pela prática coletiva.

A integração do diálogo e participação mostrou que, mesmo em um exercício simbólico, é possível cultivar valores democráticos e preparar a comunidade para ocupar, de forma mais qualificada, os espaços de decisão. O interesse despertado e a intensa participação ultrapassaram os limites da experiência pedagógica, levando alguns participantes a ocuparem posteriormente espaços reais de incidência política, como sessões legislativas, audiências públicas e conselhos municipais, fortalecendo o controle social e a cidadania em Cananéia.

JOGO DA MEMÓRIA

O jogo da memória foi aplicado na 17ª Reunião Mensal do Elo de Caraguatatuba, em fevereiro de 2025, com o objetivo de revisar, de forma lúdica, os conceitos de políticas públicas, transparência pública e rendas petrolíferas, trabalhados ao longo do processo formativo, tornando mais leve a abordagem de temas complexos do PEA Rendas. Inspirada no jogo da memória tradicional, a equipe de educadores composta por Bianca Santos, Jacqueline de Castro Vieira, Leonardo Cauan Soares Marcelo e Vagner Pereira Gonçalves adaptou a dinâmica ao contexto do Projeto, transformando-a em uma ferramenta de educação ambiental crítica alinhada às temáticas locais.

Foram utilizados materiais simples e de fácil acesso, suficientes para estruturar as cartas de maneira prática e durável. A produção contou com a criação dos *layouts* em plataforma gratuita, como o Canva, o que permitiu confeccionar as peças de forma rápida e adequada ao uso nas atividades. Ao todo, foram produzidas 40 peças, 20 para a frente e 20 para o verso, coladas em placas de papelão tamanho A4 e plastificadas com papel vinílico para aumentar a durabilidade.

As cartas foram dispostas no chão, e os participantes foram divididos em dois grupos, organizados em círculo ao redor delas. Cada grupo virava duas peças por jogada e precisava mostrar o conteúdo a todos. Caso virasse uma carta com texto, fazia-se a leitura em voz alta; se fosse uma imagem, bastava exibi-la ao grupo. Antes de virar cada peça, o grupo precisava chegar a um acordo e justificar sua escolha, promovendo uma breve discussão sobre o conteúdo. A dinâmica se repetia até que todos os pares fossem encontrados. Quando o grupo encontrava o par correspondente entre texto e imagem, ganhava o direito a uma nova jogada; caso contrário, a vez era passada para a outra equipe.

Um educador conduziu o jogo, enquanto os demais permaneceram de apoio, sem interferir no raciocínio dos grupos, apenas auxiliando na organização das regras e mediando diálogos quando necessário. Uma ampulheta foi utilizada para marcar o tempo de cada jogada.

Resultados e Aprendizados

A metodologia contribuiu para esclarecer dúvidas sobre os temas trabalhados pelo Projeto, especialmente aqueles relacionados a políticas públicas e ao uso do portal da transparência. Durante a leitura das cartas para identificação dos pares, surgiram questionamentos que estimularam novas reflexões e ajudaram a direcionar os assuntos aprofundados nas Reuniões Mensais seguintes.

A dinâmica mostrou-se versátil e aplicável a diferentes áreas do conhecimento, tendo permitido à equipe ampliar e adaptar textos e imagens conforme novos temas emergiram ao longo do processo formativo. O jogo atendeu a participantes de diversas faixas etárias, exigindo apenas habilidades básicas de leitura. No Elo municipal, composto por pessoas de diferentes gerações e níveis de conhecimento, a metodologia favoreceu a integração do grupo e estimulou o aprendizado de forma espontânea e prazerosa.

Nessa adaptação do jogo da memória, encontrar pares exigiu mais do que reconhecer imagens. Os participantes mobilizaram conhecimentos prévios, discutiram conteúdos e justificaram escolhas, o que aprofundou a compreensão dos temas já trabalhados. Assim, a atividade atuou simultaneamente como revisão para os integrantes antigos e como introdução para os novos membros do Elo.

JOGO QUEM SOU EU?

A ideia para o jogo surgiu durante a elaboração do roteiro pedagógico da 17ª Reunião Mensal do Elo de Paraty, em fevereiro de 2025. Inspiradas no jogo “Quem Sou Eu?”, no qual cada participante precisa descobrir a identidade colocada em sua testa por meio de perguntas, as educadoras municipais Ana Beatriz Nunes, Camila Fernandes, Loani Gomes e Raquel Possidônio adaptaram a dinâmica para abordar de forma lúdica e criativa as peças orçamentárias, conceitos do orçamento municipal e as instituições envolvidas.

A proposta foi motivada pela necessidade de desenvolver uma atividade que envolvesse o grupo, composto principalmente por jovens, e

que facilitasse o tratamento de conteúdos densos. A equipe havia observado momentos de dispersão em encontros anteriores, especialmente durante exposições mais longas, e buscou uma metodologia que favorecesse a participação contínua.

Para a execução da dinâmica, foram utilizados materiais simples de papelaria. A equipe confeccionou tiaras de papel amarradas com barbante, preparou pequenos papéis contendo nomes de leis, órgãos ambientais e demais elementos do jogo e imprimiu, em folhas A4, as respectivas descrições. Todos os participantes podiam ver as identidades dos colegas, exceto a que estava posicionada em sua própria testa.

A mediação foi realizada por uma educadora. Cada participante, na sua vez, formulava uma pergunta para tentar descobrir qual identidade carregava, devendo receber respostas do grupo limitadas a “sim” ou “não”. Também podia fazer um palpite quando julgasse ter informações suficientes, não sendo permitido realizar uma pergunta e, em seguida, um palpite na mesma rodada.

Resultados e Aprendizados

A dinâmica contribuiu para a fixação dos conceitos trabalhados pelo Projeto, especialmente aqueles ligados às peças orçamentárias, reforçando a relação entre teoria e prática e permitindo que os participantes revissem conteúdos de forma mais leve e envolvente.

A metodologia integrou o grupo de maneira ativa, estimulando a colaboração. Observou-se entusiasmo durante toda a atividade, incluindo um momento marcante em que um integrante do Elo no espectro autista foi o primeiro a identificar o nome em sua testa, o que gerou manifestações de grande reconhecimento do grupo.

A prática também favoreceu a conexão com a realidade local, ampliando a compreensão dos participantes sobre o funcionamento do orçamento público e das estruturas de decisão no município, aspectos fundamentais para o controle social e a participação popular.

Entre os aprendizados da equipe, destacou-se que temas comple-

xos podem ser abordados de maneira lúdica sem perder profundidade, além da importância de revisitar conceitos periodicamente, considerando a densidade dos conteúdos abordados pelo Projeto. Apesar de sua estrutura simples, o jogo gerou resultados expressivos quando aplicado de forma colaborativa, demonstrando potencial de adaptação a diferentes temas e contextos.

RESENHA RESUMIDA

A “Resenha Resumida” surgiu no final de 2024 e foi aplicada com o Elo de Ilhabela ao longo das Reuniões Mensais de 2025. Organizada pelos educadores Thiago Gomes de Pereira, Marina Rodrigues de Camargo, Larissa de Jesus Machado e Carolina de Castro Oliveira, a proposta nasceu da necessidade de aprofundar os conceitos de participação cidadã e incentivar práticas de controle social e incidência política entre os integrantes do Elo, composto majoritariamente por jovens.

O termo “resenha” remetia à ideia de um registro que ultrapassasse o simples resumo informativo, incorporando análises, interpretações e conexões com as pautas discutidas nas reuniões. O adjetivo “resumida” destacava o compromisso com a concisão e a clareza, tornando o material mais acessível para consulta e continuidade dos debates.

A metodologia foi inspirada em Limaverde (2015), que ressaltou a importância de articular teoria e prática no processo educativo, reconhecendo o papel dos educadores na promoção de leituras críticas da realidade. Ao registrar de forma contínua os conteúdos e processos vivenciados no PEA Rendas, a “Resenha Resumida” organizava informações relevantes e facilitava o acompanhamento do percurso formativo do grupo.

Os materiais utilizados eram simples: um painel de papel pardo servia de base para cartolinas coloridas, que destacavam as informações e organizavam visualmente o conteúdo. Elementos gráficos, como fotos impressas, recortes de revistas, adesivos e colagens, tornavam o material mais atrativo e facilitavam sua leitura.

A metodologia funcionava como uma ata visual das reuniões, reunindo um resumo descritivo dos temas abordados e das falas signifi-

cativas dos participantes. Sua elaboração ficava a cargo dos mediadores e antecedia cada encontro, sendo apresentada ao Elo no início da reunião seguinte.

A execução ocorria em três etapas. Primeiro, os educadores registravam as falas, ideias e encaminhamentos dos encontros. Em seguida, elaboravam uma versão escrita e organizada da resenha, em linguagem simples e acessível, preservando a essência do debate. Por fim, construíam o painel visual, selecionando materiais gráficos e sistematizando as informações de forma coesa e atrativa.

A opção por linguagem acessível e recursos visuais buscava ampliar a compreensão dos conteúdos, inclusive para quem não havia participado de reuniões anteriores, fortalecendo a comunicação, a transparência, a inclusão e o engajamento coletivo.

Resultados e Aprendizados

A “Resenha Resumida” foi um importante marcador coletivo das discussões e aprendizados do Elo de Ilhabela. A leitura mensal dos painéis favoreceu a continuidade das ações municipais, articulou os temas trabalhados e orientou o planejamento futuro, fortalecendo a conexão entre os conhecimentos construídos e a realidade local.

A diversidade de perfis, especialmente jovens, mulheres e lideranças comunitárias, enriqueceu os debates e ampliou a recepção da metodologia, trazendo diferentes pertencimentos e experiências territoriais para o centro das reflexões. Esse aspecto ganhou ainda mais relevância por se tratar de um Elo majoritariamente composto por jovens que ainda não desenvolviam ações de incidência política. Nesse contexto, o uso de materiais simples reforçou o caráter inclusivo, criativo e adaptável da metodologia, facilitando a aproximação desse público com os temas e estimulando a construção coletiva de novos sentidos para a participação cidadã.

Ao estimular o protagonismo local e fortalecer lideranças, a “Resenha Resumida” deixou de ser apenas um registro e transformou-se em uma prática educativa potente, pautada pela escuta respeitosa e pela valo-

rização dos vínculos comunitários. Essa dinâmica consolidou a articulação entre educadores e participantes, resultando em maior engajamento e na formulação de propostas mais alinhadas às demandas do território.

Seu principal legado foi demonstrar que práticas pedagógicas simples podem articular teoria e prática, dar visibilidade às iniciativas comunitárias e estimular uma participação social consciente, fortalecendo os processos de controle social e de incidência política.

LINHA DA MEMÓRIA

A “Linha da Memória” surgiu durante a etapa de mobilização do Projeto, como uma metodologia destinada a dar voz às transformações socioambientais vivenciadas pela população de Maricá diante da presença da indústria de petróleo e gás.

Concebida pelas educadoras Farah Mahrmud, Luana Wanderley e Jéssica Barbosa, a proposta nasceu a partir da identificação da necessidade de criar uma abordagem inclusiva para um público frequentemente marginalizado pelos processos formais de aprendizagem, como pessoas não letradas, idosos e indivíduos com necessidades especiais. Esse contexto demandava estratégias sensíveis, capazes de dialogar com as trajetórias de vida dos moradores, especialmente daquelas cujas memórias estavam profundamente ligadas à transformação dos territórios pesqueiros.

A metodologia estruturava-se em uma linha do tempo visual composta por três dimensões: passado (fotografias e registros históricos), presente (imagens atuais) e futuro (planos e projetos previstos nas políticas públicas municipais). Essa composição permitia comparar temporalidades, reconhecer mudanças e discutir caminhos desejados para o território.

A preparação exigia cuidado na organização do espaço, com a fixação de uma faixa de papel pardo na parede, disposição das cadeiras em semicírculo e separação de materiais como fotografias, papéis e canetinhas. As educadoras atuavam de forma integrada: uma pessoa apresentava a metodologia, outra mediava o diálogo e uma terceira registrava todo o processo. Um roteiro de perguntas orientadoras era elaborado para

conduzir a conversa e incentivar o engajamento do grupo.

A atividade durava cerca de três horas e seguia etapas articuladas. Na mobilização e preparação, organizava-se o espaço e oferecia-se o primeiro contato dos participantes com as imagens. Na contextualização, as educadoras explicavam o propósito da “Linha da Memória” e introduziam uma breve narrativa histórica sobre os materiais expostos. Em seguida, iniciava-se o compartilhamento de memórias e percepções, abrindo espaço para o reconhecimento coletivo do território.

Com o apoio das perguntas orientadoras, a mediação aprofundava reflexões sobre o que havia mudado, o que permanecia e o que se projetava para o futuro. As contribuições podiam ser registradas diretamente na “Linha da Memória”, reforçando a autoria coletiva do processo. Depois, a equipe organizava visualmente esses registros, destacando os elementos que estruturaram o pensamento coletivo. A roda de encerramento convidava cada pessoa a expressar o significado de sua participação, fortalecendo vínculos com o território e com o grupo. Ao final, a equipe realizava a documentação completa da atividade, com fotografias, anotações e síntese das falas, compondo a memória do processo.

Resultados e Aprendizados

A aplicação da metodologia revelou-se uma experiência sensível e potente de educação ambiental crítica e cidadania, conectando gerações e atribuindo novos significados às histórias locais. A partir da comparação entre imagens do passado, do presente e de projeções de futuro, os participantes refletiram sobre as transformações do território e sobre o papel que cada pessoa desempenhava nesse processo.

A escuta e o diálogo fortaleceram o sentimento de pertencimento, tanto em escolas, onde assumiu caráter formativo, quanto em comunidades, onde funcionou como gesto de reconhecimento das memórias compartilhadas. Fotografias antigas despertaram narrativas espontâneas e vínculos afetivos, enquanto imagens atuais estimularam reflexões sobre continuidades e mudanças no território. As projeções de futuro geraram esperança e senso de responsabilidade coletiva, ao mesmo tempo que fi-

zeram emergir sentimentos ambíguos, como nostalgia diante das perdas ambientais e culturais, e orgulho acompanhado do desejo de reconstrução.

As rodas de conversa reuniram histórias familiares, acontecimentos comunitários e referências às políticas locais, permitindo relacionar memória e território. A metodologia mostrou potencial de replicação com diferentes públicos e contextos. Ao criar espaços de escuta e partilha, contribuiu para reforçar identidades, fortalecer vínculos geracionais e reconhecer o território como construção histórica coletiva.

Em uma das aplicações da “Linha da Memória”, a atividade foi finalizada com a construção coletiva de um painel de políticas públicas desejadas, no qual os participantes registraram propostas para garantir que as rendas petrolíferas contribuíssem para o bem-estar das próximas gerações. Esse desdobramento permitiu ampliar o olhar para o futuro, estimulando a imaginação política e o pensamento crítico. As contribuições apresentadas foram diversas e criativas, revelando expectativas, prioridades comunitárias e caminhos possíveis para um desenvolvimento mais justo e sustentável.

SÍNTESE INTEGRADA E CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

O conjunto de experiências apresentadas neste capítulo evidencia o amadurecimento coletivo do PEA Rendas em sua trajetória pelos municípios. O processo de recriação, adaptação e aplicação das metodologias, muitas delas já existentes em outros contextos e ressignificadas no âmbito do Projeto, revelou-se um campo fértil de aprendizagem compartilhada, no qual educadores, Elos e comunidades locais experimentaram modos diversos de ensinar e aprender a partir da realidade vivida.

Embora cada vivência tenha surgido de contextos e públicos distintos, mantiveram elementos comuns que lhes conferiram unidade: valorização da participação popular, incentivo ao protagonismo comunitário e o uso de linguagens acessíveis e lúdicas para promover a reflexão sobre temas complexos como orçamento público, políticas públicas, rendas pe-

trolíferas e impactos socioambientais. Observou-se também o uso recorrente de materiais simples e a centralidade do diálogo como ferramenta de mediação, presente em rodas de conversa, jogos, dinâmicas coletivas e reflexões individuais.

Cada município, entretanto, trouxe contribuições próprias que ampliaram o repertório metodológico do Projeto. Em Ilhabela, priorizou-se o vínculo entre grupo e território, com práticas de escuta e reconhecimento coletivo. Em Cananéia, destacaram-se a cooperação e a construção compartilhada de conhecimento, integrando a diversidade sociocultural local. Em Caraguatatuba, evidenciou-se o potencial do lúdico na revisão de conteúdos e na integração intergeracional. Em Paraty, valorizou-se a leveza e a criatividade para abordar temas complexos, fortalecendo o engajamento da juventude. Já em Maricá, articulou-se passado, presente e futuro para fortalecer identidades, memórias e vínculos comunitários.

Essa diversidade metodológica mostrou-se complementar entre si, demonstrando que não havia uma única forma de promover a educação ambiental crítica, mas múltiplas possibilidades enraizadas na realidade de cada território. As diferenças entre os municípios revelaram um PEA dinâmico, que se reinventava conforme os grupos envolvidos, sem perder sua essência formativa e transformadora.

O legado dessas práticas para a educação ambiental crítica manifestou-se na capacidade de traduzir princípios teóricos em ações concretas, sensíveis e participativas. Cada experiência evidenciou que a educação ambiental, quando orientada pelo diálogo e pela problematização, se constitui como instrumento de gestão social do território, fortalecendo a leitura crítica da realidade e a participação comunitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOAL, Augusto. Teatro do oprimido e outras poéticas políticas. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

LIMAVERDE, Patrícia. Pedagogia ecossistêmica: educação transdisciplinar da Escola Vila. 1. ed. Fortaleza: Editora da Vila, 2015.

CANANÉIA (Município). Portal de Legislação do Município de Cananéia. Disponível em: <<https://irai.cespro.com.br/visualizarDiploma.phpcdMunicipio=8969&cdDiploma=20191359&NroLei=1.359>>. Acesso em: 18 nov. 2025.

Capítulo 8

APRENDIZADOS E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PEA RENDAS

Débora Cubateli Redivo

Kamila Louzada Rangel

Emanuele Spironello

Rodolfo Victório Carvalho Guido

Isabela Mariz

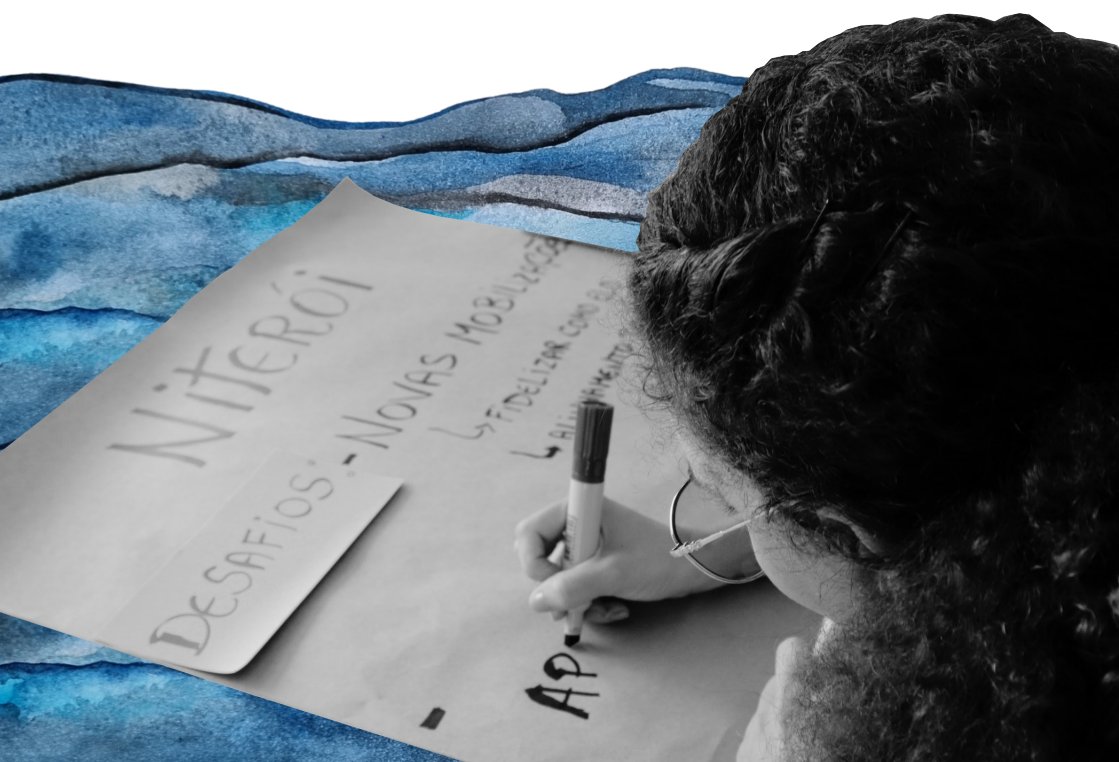
Luis Patricio Prado Filho

Rodrigo Silva Lemos

Marcos Bruno da Silva

Fernanda Nunes Gonçalves

Carolina Rodrigues Alves da Silva



Encerrando este livro, este capítulo reúne os principais aprendizados e desafios da implementação do PEA Rendas do Petróleo. Após a apresentação nos capítulos anteriores das etapas do Plano de Trabalho e das metodologias que sustentaram a prática educativa nos territórios, este último capítulo amplia o olhar para os desafios e aprendizados relacionados à gestão, à pedagogia, à governança e à atuação territorial, sistematizando percepções acumuladas ao longo de aproximadamente cinco anos de trabalho.

Mais do que um balanço, o texto apresenta os sentidos construídos nessa caminhada, oferecendo subsídios para o fortalecimento de outras ações de educação ambiental e reafirmando a construção coletiva que marcou todo o percurso do PEA Rendas.

CICLOS FORMATIVOS E GESTÃO INSTITUCIONAL

Como apresentado no Capítulo 1, a trajetória do PEA Rendas consolidou-se como um processo contínuo de aprendizagem institucional, no qual a escuta ativa e a flexibilidade metodológica se firmaram como eixos centrais da gestão. Essa flexibilidade, associada ao monitoramento permanente, à avaliação e ao diálogo com os territórios, permitiu à equipe técnica do Projeto compreender o Plano de Trabalho como um instrumento vivo, sujeito a revisões ao longo da execução.

A complexidade de comunicar temas como rendas petrolíferas, orçamento público e controle social a públicos diversos exigiu ajustes metodológicos importantes. Mesas-redondas foram transformadas em Rodas de Diálogo; a carga horária do EmTendas foi ajustada e complementada pelos EmTendinhas; e os Intercâmbios passaram a incluir trocas internas entre os Elos municipais e agrupamentos.

Um dos aprendizados centrais foi reconhecer que a construção do conhecimento no Projeto se organizou em ciclos sucessivos, estruturados como uma espiral. Nessa espiral, os mesmos temas foram retomados ao longo das atividades, cada vez mais aprofundados, permitindo aos sujeitos da ação educativa avançarem da compreensão inicial para análises mais complexas. Exemplos disso incluem: os conteúdos trabalhados nas

Oficinas Ampliadas, retomados e aprofundados nos Grupos de Estudo; a transição dos EmTendas para os EmTendinhas, marcada pelo crescente protagonismo dos Elos; e as Rodas de Diálogo, cujos debates permitiram identificar lacunas no entendimento sobre políticas públicas e deram base aos Diagnósticos Municipais.

Essas retomadas não representaram simples repetições, mas processos espirais de análise, síntese e ressignificação, em que cada etapa incorporava a experiência anterior e abria novas possibilidades de ação e construção coletiva do conhecimento. Paralelamente, as Oficinas de Formação Continuada da Equipe Executora acompanharam esse movimento, estruturadas em frentes que fortaleceram tanto a atuação pedagógica quanto a formação profissional e a incidência política dos educadores nos municípios. Essa incidência expressou-se na maior capacidade da equipe de dialogar com gestores públicos, ocupar espaços institucionais, interpretar políticas públicas e apoiar os Elos em processos de controle social, contribuindo para que o Projeto ganhasse consistência territorial e influência nas agendas locais.

Essa dinâmica dialoga diretamente com Paulo Freire, para quem a educação é práxis, movimento permanente entre ação e reflexão; e reforça que o processo educativo é histórico, coletivo e contínuo. Também converge com a concepção de Bruner (1960), cuja proposição do currículo em espiral destaca que a aprendizagem significativa ocorre quando um tema é revisitado em diferentes níveis de profundidade.

LEITURA CRÍTICA DAS RENDAS PETROLÍFERAS NOS MUNICÍPIOS

Em alinhamento com a flexibilidade metodológica e com a concepção de construção de conhecimento em ciclos espirais, as rendas petrolíferas constituíram o fio condutor das atividades do Projeto. Esse tema foi trabalhado em diferentes momentos por meio de abordagens diversas, incluindo as metodologias que foram descritas neste livro.

A partir dessa trajetória crescente de aprofundamento conceitual, a equipe técnica, em conjunto com os Elos, elaborou um diagnósti-

co participativo municipal do orçamento público com foco nas rendas petrolíferas nos nove municípios do Projeto. Nesse processo, estudaram, coletaram e analisaram criticamente cerca de 40 documentos, incluindo PPA, LDO e LOA, além dos Planos Diretores. Essa construção funcionou simultaneamente como instrumento formativo e como base para análises críticas sobre a gestão das rendas petrolíferas, culminando na produção do Plano de Contribuições do PEA Rendas do Petróleo para o Planeja+.

Os principais desafios e aprendizados apresentados no Plano de Contribuições incluíram:

- a) **Dependência e risco orçamentário:** em Ilhabela (SP) e Maricá (RJ), mais de 50% das receitas advêm das rendas petrolíferas, expondo os municípios a riscos estruturais e comprometendo a manutenção de políticas públicas, dada a natureza finita e volátil dessas receitas, evidenciando a necessidade de promover o debate sobre justiça intergeracional e sustentabilidade fiscal;
- b) **Priorização de despesas correntes:** grande parte das rendas petrolíferas tem sido aplicada em despesas de manutenção da máquina pública, reduzindo o potencial de uso estratégico desses recursos em investimentos estruturantes, diversificação econômica e políticas de longo prazo;
- c) **Fragilidades na transparência e no planejamento:** identificou-se conformidade legal apenas parcial no planejamento orçamentário, além de fragilidades na clareza, detalhamento e acessibilidade das informações. A ausência de linguagem cidadã e as dificuldades de navegação nos Portais de Transparência comprometem o exercício do controle social, objetivo central do PEA Rendas. Observou-se ainda falta de coesão entre PPA, LDO e LOA e, em muitos municípios, desatualização dos Planos Diretores.
- d) **Ausência de padronização:** constatou-se falta de padronização na classificação das receitas e despesas provenientes das rendas petrolíferas, dificultando o exercício da transparência e inviabilizando comparações objetivas entre municípios.

Essas descobertas reafirmaram o PEA Rendas como um processo formativo voltado ao fortalecimento da cidadania ativa. Ao identificar

lacunas de planejamento e transparência, tanto os Elos quanto as equipes técnicas ampliaram sua qualificação no nível de conhecimento, fortalecendo sua capacidade de intervir de maneira mais informada e estratégica nas decisões relacionadas ao uso das rendas petrolíferas.

A DISPERSÃO TERRITORIAL COMO DESAFIO ESTRUTURANTE

A atuação em nove municípios distribuídos entre os estados de São Paulo (Caraguatatuba, Ilhabela, Iguape, Ilha Comprida e Cananéia) e Rio de Janeiro (Niterói, Maricá, Guapimirim e Paraty) configurou um dos maiores desafios do PEA Rendas, sobretudo devido à ampla dispersão territorial. A distância de cerca de 780 Km entre Cananéia, no extremo sul paulista, e Maricá, localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, com um ponto médio situado aproximadamente a 470 km de cada polo, impôs obstáculos que extrapolaram a dimensão logística e impactaram diretamente a mobilização e a manutenção da unidade metodológica do Projeto.

Essa dispersão dificultou o acompanhamento direto das atividades pela coordenação, que precisou lidar com longos deslocamentos, agendas descentralizadas e contextos locais muito distintos, intensificando a complexidade da supervisão contínua e do alinhamento metodológico entre as equipes municipais. Da mesma forma, os deslocamentos dos educadores para formações presenciais, especialmente aquelas que reuniam todos os profissionais do Projeto, e a circulação de especialistas responsáveis por conduzir atividades com os Elos demandaram organização minuciosa, compatibilização de agendas, planejamento detalhado de viagens e rigorosa gestão financeira.

A diversidade ambiental, cultural e política entre os municípios exigiu um planejamento atento às singularidades territoriais. Embora as propostas formativas compartilhassem princípios comuns, sua aplicação exigiu adaptações quanto a estratégias, ritmos e formatos. Realidades comunitárias contrastantes pediram abordagens diferenciadas: enquanto alguns grupos tinham histórico de organização social e participação ativa em debates públicos, outros apresentavam menor engajamento, o que im-

pedia a condução de processos no mesmo ritmo. A própria temática das rendas petrolíferas era percebida de forma desigual: onde as estruturas da indústria do petróleo eram evidentes, havia maior familiaridade, enquanto em municípios como Iguape, Ilha Comprida e Cananéia o assunto parecia distante, produzindo níveis de compreensão e engajamento muito distintos a partir das mesmas propostas pedagógicas.

As diferenças geográficas acentuaram esses contrastes. Comunidades afastadas, ilhas, áreas de conservação e estradas de difícil circulação exigiam mais tempo, recursos e criatividade nas atividades presenciais. Essas condições evidenciaram que a logística não era apenas uma tarefa administrativa, mas parte constitutiva do próprio exercício pedagógico de territorialização, contribuindo para a leitura crítica dos contextos e para o reconhecimento dos limites e potencialidades de cada local.

Nesse cenário, as bases físicas instaladas nos municípios desempenharam papel estratégico ao funcionarem como suporte operacional, pontos de referência para encontros da sociedade civil organizada e espaços de continuidade das ações formativas, fortalecendo a presença territorial do Projeto e consolidando vínculos locais.

Assim, a pluralidade territorial revelou-se simultaneamente um desafio e uma potência. De um lado, tensionou a coesão metodológica, pressionou as estratégias logísticas e exigiu grande capacidade de organização. Do outro, qualificou a ação pedagógica e reafirmou o princípio freireano de que toda prática educativa deve partir da realidade concreta de cada sujeito e de cada território.

CAMINHOS E LIÇÕES DA GOVERNANÇA DO PEA RENDAS

Além dos aspectos pedagógicos, territoriais e operacionais, houve o desafio da governança interna. A atuação simultânea em nove municípios, articulando equipes diversas, instituições e diferentes níveis decisórios, exigiu a criação de fluxos claros, processos permanentes de comunicação e rotinas coletivas de planejamento, monitoramento e avaliação.

O PEA Rendas operou por meio de uma arquitetura organizacional distribuída, composta por coordenação geral, coordenação téc-

nica, coordenação pedagógica, coordenação logística, coordenações de agrupamento, equipe administrativa, especialistas temáticos e educadores. Essa estrutura demandou mecanismos consistentes de alinhamento e acompanhamento contínuo para assegurar a coerência da atuação.

A experiência demonstrou que projetos distribuídos em múltiplos territórios requerem arranjos de governança capazes de articular decisões verticais, de natureza institucional, metodológica e contratual, com decisões horizontais, relacionadas às dimensões territoriais, pedagógicas e comunitárias. Essa combinação garantiu unidade metodológica sem comprometer a autonomia necessária para a adaptação local das atividades.

No plano interinstitucional, a articulação entre FIA, Petrobras e Ibama exigiu previsibilidade, transparência e registro formal das decisões, de modo a assegurar o alinhamento entre as exigências do licenciamento ambiental e a metodologia desenvolvida em campo. Reuniões periódicas, acompanhamento técnico e fluxos de validação dos produtos fortaleceram a governança do Projeto e garantiram legitimidade às escolhas realizadas.

Os aprendizados evidenciaram que a governança não é apenas um componente administrativo, mas parte constitutiva da prática educativa. Funcionou como eixo de sustentação para que as equipes atuassem de forma horizontal, crítica e colaborativa, permitindo enfrentar de maneira integrada os desafios pedagógicos, estruturais e territoriais.

Também ficou claro que implementar um Projeto de Educação Ambiental no contexto das rendas petrolíferas é simultaneamente uma ação formativa e uma prática política. A experiência do PEA Rendas mostrou que a transformação social não ocorre apenas pelo acesso à informação, mas pela formação crítica e coletiva dos sujeitos.

A execução do Projeto gerou um conjunto expressivo de produtos, entre os quais destacam-se diagnósticos participativos sobre rendas petrolíferas, diagnósticos de políticas públicas setoriais, relatórios temáticos, vídeos institucionais, a criação de um banco de dados com informações orçamentárias e socioeconômicas locais e a produção de instrumentos de sistematização de experiências e avaliações. Esses materiais atenderam às metas pactuadas e constituíram um legado técnico-pedagógico.

gico relevante, que permanece disponível para uso público e para apoiar futuras iniciativas de educação ambiental e gestão das rendas petrolíferas.

Em síntese, o Projeto deixou como contribuição um corpo metodológico inovador que combina teoria crítica, educação popular e pesquisa aplicada, articulado a uma rede de sujeitos locais com potencial de incidência política e capacidade técnica para acompanhar a aplicação das rendas petrolíferas. Mais do que resultados, produziu sentidos: fez emergir novas perguntas sobre o papel da educação ambiental na governança pública e reafirmou que processos participativos são espaços de aprendizagem compartilhada e de emancipação social.

Composição e rotatividade da equipe

A dinâmica de governança descrita anteriormente evidencia que a estrutura organizacional do Projeto dependia diretamente da atuação integrada de suas equipes. Por isso, os desafios relacionados à composição, permanência e formação dos profissionais tiveram impacto direto sobre a manutenção de fluxos estáveis de trabalho, a coerência metodológica e a qualidade das ações nos territórios.

A gestão enfrentou alta rotatividade, influenciada pela competitividade do mercado. Esse cenário exigiu estratégias para preservar a memória dos processos e evitar o enfraquecimento dos vínculos com os grupos participantes. Como resposta, foram desenvolvidas ações de acolhimento, integração e nivelamento de novos membros, fortalecendo o senso de pertencimento e a continuidade metodológica.

Outro desafio foi a dificuldade de encontrar profissionais com perfil aderente às necessidades do Projeto, especialmente no que se refere à experiência em educação ambiental crítica no licenciamento ambiental, educação popular e temas relacionados a políticas públicas, orçamento público e rendas petrolíferas.

A construção do conhecimento ocorreu de forma horizontal, por meio de processos coletivos de ensino-aprendizagem entre equipe e os grupos participantes do Projeto. Nessa perspectiva, o PEA Rendas funcionou como um espaço formativo para novos profissionais e de aper-

feiçãoamento para os mais experientes, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas à educação ambiental crítica, ao licenciamento ambiental e às políticas públicas.

O recurso de incentivo à formação ampliou essas oportunidades, permitindo a participação da equipe em congressos, seminários e cursos, além da apresentação de artigos em eventos diversos. Esse movimento formativo interno fortaleceu a equipe e contribuiu para a consolidação de práticas mais qualificadas.

SÍNTESE CONCLUSIVA: APRENDIZADOS, LIMITES E POSSIBILIDADES

A trajetória do PEA Rendas evidenciou que seus aprendizados e desafios dialogavam diretamente com os referenciais da educação ambiental crítica no licenciamento. A prática cotidiana confirmou que a gestão ambiental, como aponta Quintas (2006), exigia processos educativos capazes de mediar conflitos, democratizar informações e criar condições para a participação crítica da sociedade nas decisões sobre os bens ambientais. Nesse contexto, o Projeto atuou como espaço de mediação, especialmente diante da complexidade de comunicar temas técnicos, como rendas petrolíferas e orçamento público, em territórios diversos.

A superação de desafios operacionais e pedagógicos ocorreu graças à flexibilidade metodológica e à escuta ativa, fundamentos alinhados à perspectiva crítica e emancipatória da educação ambiental. Inspirado na educação popular de Paulo Freire, o PEA estruturou seus processos formativos como uma práxis contínua, indissociável entre ação e reflexão, orientada pelo diálogo e pela leitura crítica da realidade concreta. Essa abordagem traduziu-se em ciclos formativos que revisitaram temas complexos com maior profundidade, de modo semelhante ao currículo em espiral de Bruner (1960).

Nessa dinâmica, os participantes puderam reconhecer situações-limites, condições que se apresentavam como obstáculos à participação, como a percepção de que o orçamento público seria excessivamente téc-

nico ou inacessível. Ao problematizar esses limites coletivamente, equipe e Elos tornaram visível o “inédito viável”, conceito central da pedagogia freiriana que se refere às alternativas concretas e coletivamente construídas para transformar a realidade (SILVA, 2007; FREIRE, 1987). Assim, o processo educativo possibilitou a passagem da consciência dos limites à construção de caminhos possíveis de ação crítica nos territórios.

O conhecimento assim produzido constituiu o ponto de partida para a ação transformadora, essencial para que o PEA Rendas cumprisse seu objetivo de fomentar a participação qualificada.

Um momento importante desse percurso refletiu-se na produção do Diagnóstico Participativo Municipal sobre o orçamento público com foco nas rendas petrolíferas, fruto da análise crítica realizada conjuntamente pela equipe técnica e pelos Elos. O diagnóstico examinou não apenas a estrutura orçamentária de cada município, mas também a proporção das receitas provenientes das rendas petrolíferas em relação ao orçamento total, revelando o peso efetivo desses recursos na dinâmica financeira dos municípios.

Esse legado analítico forneceu subsídios diretos para a gestão pública no âmbito do licenciamento, ao sintetizar aprendizagens sobre a realidade orçamentária dos municípios e ao evidenciar fragilidades relacionadas à transparência, à padronização das informações e à disponibilidade dos dados fiscais. Essas contribuições constituíram insumos relevantes do PEA Rendas para o Planeja+.

Ao instrumentalizar a população com capacidade técnica para acompanhar a aplicação das rendas petrolíferas, o PEA Rendas reafirmou que a educação ambiental no licenciamento constitui uma prática política que fortalece o controle social e qualifica a tomada de decisão (LOUREIRO, 2010). Seus processos formativos foram baseados no diálogo, na escuta e na valorização dos saberes locais; em vez de práticas centradas na transmissão de informação, buscou-se criar espaços em que os participantes interpretassem criticamente sua realidade e elaborassem, coletivamente, caminhos para transformá-la. Essa abordagem, que compreende cada sujeito como protagonista do próprio território, orientou o desenvolvimento das metodologias do Projeto.

Nesse percurso, o PEA Rendas consolidou-se como espaço formativo capaz de ampliar a compreensão crítica sobre as rendas petrolíferas e orçamento público, tensionando assimetrias históricas de informação e estimulando leituras problematizadoras da realidade (LOUREIRO, 2010).

Ao aplicar a perspectiva da educação ambiental crítica, que requer a transformação das estruturas de opressão e a compreensão da totalidade, o Projeto demonstrou que é possível municiar a população (os Elos) com recursos materiais e cognitivos para exercer o controle social (QUINTAS, 2006) e para intervir qualificadamente nas decisões sobre a aplicação das rendas petrolíferas, contribuindo para que esses recursos se convertam em um legado duradouro. Assim, o PEA Rendas atuou diretamente no aprimoramento da gestão pública ao fornecer, por meio de uma metodologia participativa, conhecimentos e uma rede de sujeitos capazes de realizar o controle social do uso dessas rendas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

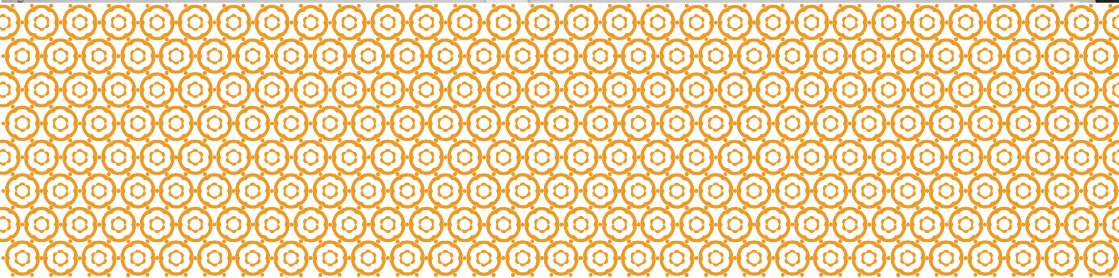
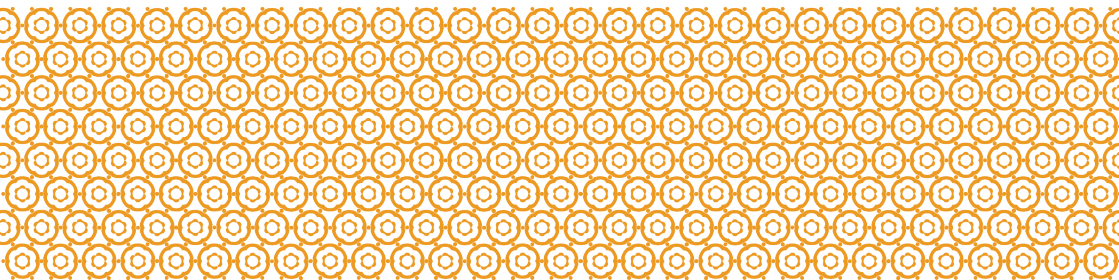
BRUNER, Jerome. *The Process of Education*. Cambridge: Harvard University Press, 1960.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação ambiental no licenciamento: uma análise crítica de suas contradições e potencialidades. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 10-35, set.-dez. 2010.

QUINTAS, José Silva. *Introdução à gestão ambiental pública*. 2. ed. Brasília: IBAMA, 2006.

SILVA, Antonio Fernando Gouvêa. *A busca do tema gerador na práxis da Educação Popular*. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007



Equipe PEA Rendas do Petróleo

Adair José de Aguiar da Silva
Adriel Cosme Fortes
Alex Felix de Sousa
Alexandre Rycheta Arten
Aline Christina Marins Marinho
Aline Cipriano Valentim Bastos
Amanda Lamara Demetrio Santos
Amanda de Oliveira de Paula
Amanda Regis Faro
Amanda Rocha Nogueira
Ana Beatriz Nunes dos Santos
Ana Carolina Pavão Leite de Oliveira
Ana Maria Masson
Anna Carolina Rodrigues Monte Santana
Angélica Oliveira da Costa
Antonia Norberto Rafael
Bianca Santos
Camila Fernandes Alves de Souza
Carla Perrone Muniz da Silva
Carlos Eduardo Garisto de Nicola
Carlos Gustavo Santos Pacheco
Carolina de Castro Oliveira
Carolina Machado Dias
Daniela Domeneghini
Davi Paiva
Débora Cubateli Redivo
Diego Lourenço Rosendo
Éder da Costa Remédios
Eliza Maria Lopes Barbosa
Elvis Roberto de Andrade
Emanuelle Spironello
Fabiane Rodrigues Ribeiro
Fharah Mahrmud da Costa Lima
Gabriel Ferreira de Oliveira
Gabriela Carvalho Cunha
Gabriela Santiago
Heloamir Paiva da Conceição
Isabela Mariz Pereira de Araújo
Isabelly Cristine Lara de Brito

Israel Raimundo dos Santos
Jacqueline de Castro Vieira
Jamille Silva Glass
Jennifer Rodrigues de Souza
Jéssica Barbosa de Almeida
Jéssica de Souza da Nobrega
Jéssica Toledo Brandão
Jéssika da Conceição Chagas de Souza
Jhonata Barcelos dos Santos
João Baccarin Xisto Paes
Joyce Santana Podest
Júlia Santos Albuquerque
Juliana Aparecida Leonel Viana
Kaíque Rodrigues
Kamila Louzada Rangel
Kananda Albuquerque da Silva
Lais Helena da Silva
Larissa de Jesus Machado
Leonardo Cauan Soares Marcelo
Leonardo Santos Gomes
Lília Gomes de Souza
Loani Gomes da Silva
Luana Acosta Cristo
Luana Carvalho de Souza Wanderley
Luís Eduardo Guerra Domingos Nogueira
Luis Guilherme Rosa Martins
Marcos Bruno da Silva
Maria Isabel Rebolho Rego
Mariana Luciana Ramos de Almeida
Marina Rodrigues de Camargo
Maurício de Queiroz Santiago
Mayara Bazolli de Araújo
Monaliza Melo Brandão Assis
Murillo Inojosa Wolf
Naely Fernanda Silva Brito
Nikolas Daves dos Santos
Paula Araujo
Paula Lopes da Conceição
Paulo Roberto Carneiro Gonçalves

Pedro Mello Bourroul
Rafaela Neves Luis
Raquel Dias Possidonio
Raylon Anderson Anacleto de Jesus
Roberto Nicacio da Costa
Rodrigo Silva Lemos
Salyssa Diédre Mariano Corrêa dos Santos
Suzan Roberta Pontes
Tainá Silva Figueiredo
Tayná Sotto Mayor de Sousa Pádua
Thales Duarte Gil
Thiago Gomes Pereira
Vagner Pereira Gonçalves
Vanessa de Souza Vieira da Rocha
Verônica Parente Gomes de Araujo
Victor Guilherme Medeiros de Campos Gato
Yuri Maciel de Oliveira